



INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DIÊGO MACIEL DE SOUSA

**O PAPEL DA MORFOLOGIA NA INOVAÇÃO ANTROPONÍMICA NO BRASIL:
UM OLHAR SOBRE O FORMATIVO -LÂNDIA**

BRASÍLIA-DF

2023

DIÉGO MACIEL DE SOUSA

**O PAPEL DA MORFOLOGIA NA INOVAÇÃO ANTROPONÍMICA NO BRASIL:
UM OLHAR SOBRE O FORMATIVO -LÂNDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília–PPGL/UnB como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Teoria e Análise Linguística da linha de pesquisa Léxico e Terminologia.

Orientadora: Dr^a. Juliana Soledade Barbosa Coelho.

Coorientador: Dr. Nátival Almeida Simões Neto.

BRASÍLIA – DF

2023

DIÉGO MACIEL DE SOUSA

Banca Examinadora:

Dr.^a Juliana Soledade Barbosa Coelho
Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL-UnB/Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura – PPGLINC-UFBA (Orientadora/Presidente)

Dr. Nival Almeida Simões Neto
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos – PPGL-UEFS
(Coorientador)

Dr.^a Marina Silva Magalhães
Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL – UnB (Membro Interno)

Dr.^a Márcia Sipavicius Seide
Programa de Pós-graduação em Letras da Unioeste – PPGL-UNIOESTE
(Membro Externo)

BRASÍLIA – DF

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Eterno, Senhor de toda a sabedoria e conhecimento, Autor da vida, Fonte de fé.

A Maria do Carmo de Sousa, motivação de toda a minha vida.

À minha família e aos meus familiares, lugar de aconchego e amor incondicional.

A Marcos Roberto, pelo exemplo em tudo, pelas palavras de fé e esperança constantes.

A Edna Ferreira, por ser uma amiga de todas as horas.

A Elias Mateus, irmão de tudo, menos de sangue.

A Maria Mist e Socorro Gomes, pelos sonhos em fé.

A Henrique Viana, amigo da graduação para a vida e exemplo de generosidade, “um parça é um parça, é ou não é, meu amigo?”

A Ian Salvador, pelas boas conversas sobre a vida acadêmica, que mesmo a distância, aliviaram os dias intensos de estudo, leitura e escrita.

Aos meus demais amigos, que com sorrisos, abraços e boas conversas tornam os meus dias mais calmos e leves e me deram forças para seguir.

A Juliana Soledade, pelo carinho, pela resistência, pela mão sempre estendida, pelo jeito solidário de compreender um orientando, fazendo-o acreditar que pode ir além, pelo frescor do aprendizado constante, pelas horas de escrita e pelas ideias compartilhadas. Seu exemplo de mulher, de pessoa e de professora estará sempre presente em minha caminhada.

A Natival Almeida, pela disponibilidade, pelo cuidado e pela parceria.

Às professoras Marina Magalhães (UnB) e Márcia Seide (Unioeste) por aceitarem o convite de nos acompanhar na jornada de escrita e defesa desse trabalho.

A Victoria Regina, pelo empenho na revisão linguística dessa dissertação e pela parceria em todos esses anos e matérias na UnB.

Aos meus professores de toda essa jornada com quem aprendi e aprendo a ser um homem das Letras.

À Universidade de Brasília, por me proporcionar o conhecimento genuíno, por moldar minhas ideologias, por ser um lugar de quem sonha e por proporcionar a realização desses sonhos.

O nome é mais que um rótulo ou etiqueta: serve como uma espécie de cinete ou chancela, que confirma e autentica a nossa identidade. Antônio da Costa Ciampa

RESUMO

O Brasil vem sofrendo uma verdadeira revolução antroponímica desde o segundo quartel do século XIX. Essa revolução tem conferido aos antropônimos do nosso país um caráter inovador a partir de um modelo possivelmente herdado dos povos germânicos, que se utilizavam de dois temas para gerar seus prenomes. Os brasileiros, por sua vez, têm se utilizado de um modelo com dois formativos, portanto, biformativo. Para além dessa associação, é preciso levar em conta que o falante, utiliza-se de formativos deixando de lado, na maioria das vezes, o significado etimológico, que nem sempre é possível de ser encontrado ou recuperado, agregando, em larga escala, as questões de afetividade e sonoridade. Assim, nessa inovação que se consolida no país, muitos prenomes são formados por associações diversas. O objetivo principal dessa dissertação é apresentar o papel da morfologia na constituição de prenomes inovadores no Brasil, em especial, os formados a partir das construções feitas com o formativo *-lândia*. Sob análise teórica da Linguística Cognitiva, da Morfologia Construcional, da Sócio-história da Antroponímia Brasileira, observamos os dados levantados a partir da lista do Relatório de Vidas do plano de saúde dos servidores e dependentes do estado da Bahia, com alguns prenomes já encontrados no *Novo Dicionário de Nomes do Brasil* e a outras inferências junto à plataforma Nomes no Brasil, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados do censo de 2010. Nossos dados evidenciam que o formativo *-lândia* apresenta uso vasto tanto na toponímia quanto na antroponímia brasileira. Seu uso está amplamente consolidado, sofrendo inclusive transcategorização de gênero e ampliação de significado.

Palavras-chave: Onomástica; Antropônimo; Inovação Antroponímica; Morfologia Construcional; Linguística Cognitiva; Sócio-história.

ABSTRACT

Brazil has been undergoing a true anthroponymic revolution since the second quarter of the 19th century. This revolution has given our country's anthroponyms an innovative character based on a model possibly inherited from the Germanic peoples, who used two themes to generate their first names. Brazilians, in turn, have used a model with two formatives, therefore, a biformative model. In addition to this association, it is necessary to take into account that speakers (of the language) use formatives leaving the etymological meaning aside most of the time, it is also important to consider that this meaning is not always possible to find, adding, on a larger scale, questions of affectivity and sonority. Thus, within the bounds of this innovation that is being consolidated in the country, many first names are formed by different associations. The main objective of this dissertation is to present the role of morphology in the constitution of innovative forenames in Brazil, in particular, those formed from constructions made with the formative *-lândia*. Under the theoretical analysis of Cognitive Linguistics, Constructional Morphology, Socio-history of Brazilian Anthroponymy, we observe the data collected from the list of the Report of Lives of the health plan of the servants and dependents of the Brazilian state of Bahia, with some forenames which have already been found in the *Novo Dicionário de Nomes do Brasil* and other inferences alongside the Nomes no Brasil platform, made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), based on data from the 2010 census. Our data shows that the formative *-lândia* is widely used in both Brazilian toponymy and anthroponymy. Its use is largely consolidated, which includes gender transcategorization and meaning expansion of the formative .

Keywords: Onomastics; Antroponym; Anthroponyms; Innovation; Constructional Morphology; Cognitive Linguistics; Social history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interligação dos módulos (Seide).....	23
Figura 2 – Diagrama da tipologia de antropônimos.....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conhecimento onomástico do falante (CO).....	22
Quadro 2 – Tipologia dos antropônimos.....	27
Quadro 3 – Municípios brasileiros com <i>-lândia</i> e motivações.....	69
Quadro 4 – 15 municípios que figuram como prenomes e ocorrências....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1	O QUE É A ANTROPONÍMIA E O QUE SÃO OS ANTROPÔNIMOS	14
2.2	O ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS E SUA RELEVÂNCIA PARA A LINGUÍSTICA E PARA O PORTUGUÊS DO BRASIL	15
2.3	A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO LÉXICO ANTROPONÍMICO BRASILEIRO E A INOVAÇÃO DESSE REPERTÓRIO	31
2.3.1	O registro civil	32
2.3.2	As contribuições do período arcaico	33
2.3.3	As contribuições pós período arcaico	35
2.3.4	Os nomes herdados da colonização no final do século XIX e início do século XX - o apagamento dos nomes indígenas e africanos	36
2.3.5	A revolução antroponímica no Brasil	39
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O PAPEL DA MORFOLOGIA PARA O ESTUDO DOS ANTROPÔNIMOS DA LÍNGUA PORTUGUESA	41
3.3.1	A Linguística Cognitiva (LC)	44
3.3.2	A Morfologia Construcional (MC)	48
3.3.3	Os brasileirismos e os processos de formação de antropônimos	56
4	METODOLOGIA	65
5	ANÁLISE	68
5.1	A ORIGEM ETIMOLÓGICA DO FORMATIVO	68
5.2	UM FORMATIVO TOPONÍMICO E ANTROPONÍMICO	70
5.3	O MODELO CONSTRUCIONAL DOS TOPÔNIMOS FORMADOS A PARTIR DE <i>-LÂNDIA</i>	80
5.4	O MODELO CONSTRUCIONAL DOS ANTROPÔNIMOS FORMADOS A PARTIR DE <i>-LÂNDIA</i>	80
5.5	SOBRE OS ELEMENTOS QUE OCUPAM A MARGEM ESQUERDA	84
5.5.1	As combinações com <i>splinters</i>	84
5.5.2	As combinações com hipocorísticos	85
5.5.3	As combinações com formas livres.....	86
5.5.4	Combinações com quebras não morfêmicas não recorrentes	87
5.5.5	Os casos de antropônimos e topônimos coincidentes	88
5.5.6	Os casos de oposição de gênero	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE A – Segmentação dos prenomes formados a partir de <i>-lândia</i>	100

1 INTRODUÇÃO

O estudo onomástico, ao longo dos anos, vem ganhando cada vez mais ênfase no Brasil. Apesar de ser uma parte importante da linguística, consolidar esse espaço de relevância e destaque não tem sido uma tarefa fácil, sobretudo, pelo fato de a grande maioria dos pesquisadores ter voltado seus esforços para outros âmbitos da linguística, como a sintaxe, por exemplo.

Mesmo assim, podemos encontrar estudos direcionados pontualmente para dois dos grandes campos da ciência onomástica, a antroponímia e a toponímia. José Leite de Vasconcellos (1885-1941), pesquisador português, é, sem sombra de dúvidas, uma das maiores referências nos estudos antroponímicos. No Brasil, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick é uma das principais referências, sobretudo, nos estudos toponímicos.

Outros pesquisadores têm despontado nos estudos antroponímicos, a partir de pesquisas que têm tornado mais acessível o conhecimento acerca do estudo dos nomes próprios de pessoa. Através do empenho desses autores, questões que examinam desde a formação do nome próprio de pessoa até o seu uso social ganham cada vez mais espaço na pesquisa acadêmica, constituindo um olhar linguístico, científico e social ao estudo antroponímico no Brasil. Autores como Juliana Soledade (UnB/UFBA), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG) e Márcia Sipavicius Seide (Unioeste) são expoentes no que diz respeito à formação dos nomes próprios de pessoa, além de sua classificação numa perspectiva que perpassa não só a da gramática tradicional, enquanto substantivos próprios, mas também de itens lexicais reunidos a partir de informações decodificadas num todo composicional que leva em conta o uso, a perspectiva do falante, o armazenamento cerebral e o seu emprego nos diversos âmbitos da sociedade.

Nas últimas décadas, o Brasil tem sido um verdadeiro celeiro de inovação do uso dos nomes próprios. Em torno disso, estão postos diversos eventos de natureza sócio-histórico-cultural que distam desde a formação da língua portuguesa. Por isso, é preciso destacar que se faz necessário observar, por exemplo, que tipo de sociedade constituiu e constitui os nomes próprios de pessoa. Olhando para esses aspectos, entenderemos muitas das questões que

se atrelam ao uso e à inovação antroponímica que vem ocorrendo e se consolidando em nosso país.

Para demonstrar o percurso dessa inovação e para entendermos como ela vem sendo paulatinamente estabelecida, nos valem da Sócio-história da Língua Portuguesa, da Linguística Cognitiva e da Morfologia Construcional. Assim, a partir dos supracitados preceitos teóricos, essa dissertação se debruçará sob o papel da morfologia antroponímica no Brasil, observando o formativo *-lândia* nos prenomes brasileiros.

Para além do objetivo específico do estudo do formativo *-lândia*, essa pesquisa também oferece dados que alimentam o *Novo Dicionário de nomes em uso no Brasil*, ainda em construção. Como tarefa de extrema relevância, a pesquisa científica não pode, de maneira nenhuma, estar presa apenas ao âmbito universitário, mas antes, precisa ser acessível. Nesse sentido, o projeto do *Novo Dicionário de Nomes em uso no Brasil*, atrelado à área de concentração de teoria e análise linguística na linha de pesquisa léxico e terminologia do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília, busca cumprir o dever de fazer com que os estudos onomásticos em âmbito antroponímico no Brasil sejam divulgados, permitindo que a lacuna dos estudos onomásticos no país seja preenchida.

Em face desse objetivo, essa dissertação se estrutura na seguinte configuração: essa **Introdução**, que busca, de forma geral e sucinta, iniciar o leitor a debruçar-se sob a perspectiva dos estudos antroponímicos. Uma **Revisão Bibliográfica**, que conduzirá às bases das principais teorias que fundamentam o estudo dos nomes próprios de pessoa em âmbito onomástico e demonstrarão também em que perspectiva a análise dos dados foi realizada. Na **Metodologia** é demonstrado como foi levantado e compilado o corpus. Além de destacar quais critérios foram utilizados para agrupar os nomes. Na **Análise**, demonstramos qual a forma dos antropônimos brasileiros constituídos a partir de *-lândia* com suas possíveis especificidades. Por fim, nas **Considerações Finais**, expomos um compêndio das ideias apresentadas ao longo do estudo do formativo *-lândia*, apontando cada vez mais para a consolidação de uma antroponímia brasileira totalmente inovadora, baseada num modelo biformativo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O QUE É A ANTROPONÍMIA E O QUE SÃO OS ANTROPÔNIMOS

Os estudos antroponímicos são embasados linguisticamente a partir da *Onomástica*. A onomástica é o campo das ciências lexicais que se dedica aos nomes próprios em geral. O termo vem do grego ὀνομαστικός (*onomástikos*) e quer dizer ‘ato de nomear, de dar nome’ e abriga o interesse não só por nomes próprios de pessoas ou dos nomes de lugares, mas também nomes próprios de diversas naturezas, como de acidentes geográficos, produtos e estabelecimentos comerciais, seres mitológicos, santos católicos, dentre outros. O estudo dos nomes próprios apresenta um caráter multidisciplinar ou pluridisciplinar, levando em conta não só outras áreas da linguística; como a morfologia, a semântica, a pragmática, a etimologia e a dialetologia; mas também se associando a outras disciplinas como a filosofia da linguagem, a história, a sociologia, a antropologia, para citar apenas algumas.

No âmbito dessa pesquisa, nos deteremos na *Antroponímia*, palavra que também vem do grego ἄνθρωπος (*ánthropos* – ‘pessoa’) e ὄνομα (*ónoma* – ‘nome’), isto é, a parte da onomástica que estuda os nomes próprios de pessoa. É de Leite de Vasconcellos a primazia em utilizar o termo antroponímia na língua portuguesa, também é dele o conceito que amplamente utilizamos na pesquisa onomástica relacionada aos nomes próprios de pessoa. Segundo esse autor, antroponímia é: “[...] o estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos; [...]” (Vasconcellos, 1931, p. 03).

É importante ressaltar que, para alguns autores, Amaral e Seide (2020, p. 10), por exemplo, há distinção entre antroponomástica – sendo esta a parte da linguística que estuda os nomes próprios – e a antroponímia, essa última, por sua vez, é considerada como o conjunto de antropônimos de uma língua¹. Nessa dissertação procuraremos sempre utilizar o termo antroponímia, dando a ele a configuração inicialmente feita, ou seja, de parte da onomástica que estuda os nomes próprios de pessoa, além da acepção de antropônimo como

¹ Amaral e Seide (2021, p. 38) declaram essa postura como uma forma de colocar os estudos onomásticos no Brasil em consonância com os estudos da área realizados no resto do mundo; seguindo a recomendação terminológica do ICOS: “a partir da proposta terminológica do ICOS, publicada em 2011, denominamos Antroponomástica ao estudo dos antropônimos e antroponímia ao conjunto desses nomes”.

objeto de estudo da antroponímia. Em resumo, dizemos, portanto, que a antroponímia é a ciência que estuda os nomes próprios, e os antropônimos são o objeto de estudo da antroponímia.

Em relação aos antropônimos, podemos dizer que eles podem se dividir em diversos tipos, Amaral e Seide (2020, p.100) apresentam as seguintes categorias: prenome, sobrenome, agnome, apelido (algunha ou cognome), hipocorístico, pseudônimo, cognome, codinome, heterônimo, nome artístico (e nome de palco), nome de guerra, nome religioso, nome social, nome de urna e nome parlamentar. Soledade (no prelo) nos traz as seguintes categorias: prenome, sobrenome, apelido, hipocorístico, pseudônimo, codinome, heterônimo, nome de fama, nome de guerra, nome social e *nickname*. Embora, a partir dessa taxionomia, possamos identificar uma grande variedade de tipos de nomes de pessoas, a pesquisa que ora se desenvolve se centrará naquilo que os autores supracitados denominam prenome.

2.2 O ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS E SUA RELEVÂNCIA PARA A LINGUÍSTICA E PARA O PORTUGUÊS DO BRASIL

A pesquisa antroponímica no Brasil ainda é embrionária, apesar de toda a relevância que merece em relação às contribuições linguísticas que pode proporcionar para as diversas áreas do conhecimento. No Brasil, alguns autores, como Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, dedicaram-se aos estudos de topônimos de forma mais sistemática, relegando o estudo da antroponímia a um segundo plano. Porém, recentemente, sobretudo a partir da primeira década do século XXI, outros autores, como Eduardo Tadeu Roque Amaral - UFMG, Márcia Sipavicius Seide - UNIOESTE, Juliana Soledade Barbosa Coelho - UFBA/UnB, Nival Almeida Simões Neto - UEFS, Patrícia de Jesus Carvalhinhos - USP e Letícia Santos Rodrigues - USP, têm se debruçado sobre os estudos antroponímicos no Brasil e contribuído para a divulgação e intensificação dessa vertente da onomástica no país conferindo à pesquisa um caráter didático, científico e autêntico. É a partir do que postulam esses autores que traremos algumas considerações sobre o estudo dos nomes próprios de pessoa e da sua relevância para a linguística e para o Português brasileiro. Essas considerações são de fundamental importância para aquilo

que essa dissertação pretende demonstrar na análise do formativo foco da pesquisa, isto é, *-lândia*.

Antes de tudo, precisamos nos deter às contribuições de José Leite de Vasconcellos Pereira de Melo (1858-1951), pioneiro nos estudos da antroponímia. Vasconcellos foi um importante filólogo, etnólogo, linguista e arqueólogo português, ele é uma das mais importantes referências em estudos onomásticos. O autor se destacou na pesquisa onomástica ao publicar, em 1928, o livro *Antroponímia Portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Nessa obra, o autor evidencia determinados aspectos relacionados à categoria dos nomes próprios, defendendo que o nome próprio constitui uma categoria especial destinada a designar os indivíduos entre si. Segundo ele

Postos em relação recíproca e constante os indivíduos que constituem o gênero humano, entender-se-iam dificilmente entre si, ou teriam de a cada passo recorrer a perífrases incômodas, se não houvessem adoptado uma designação especial para cada um, que o distinguisse dos restantes, como Hesíodo, Vergílio, Milton. (Vasconcellos, 1928, p. 01).

Além desse aspecto, Vasconcellos dedicou-se à etimologia dos nomes próprios e aos motivos os quais levavam à nominalização de determinados indivíduos. Também foi Leite de Vasconcellos quem dividiu a onomástica em três ramos: *toponímia, antroponímia e estudo dos nomes vários*. Essas considerações são a base dos estudos postulados pelos demais autores ao longo dos anos, é a partir delas também que faremos nossa análise.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, professora titular, livre-docente e aposentada da Universidade de São Paulo - USP, tem vasta obra dedicada aos estudos onomásticos, sobretudo aqueles voltados para a Toponímia. Sua dedicação nos legou o *Atlas Toponímico do Brasil - ATB*, projeto que se destina a reconhecer a toponímia brasileira inscrita na cartografia estadual a partir de pontos de vistas lexicais, etimológicos, morfossemânticos e etnolinguísticos, em adição ao objetivo de perceber os motivos socioculturais dominantes na onomástica brasileira.

Dick considera que há importante relação, no que diz respeito à

preservação da memória de um povo, entre toponímia e antroponímia. Segundo ela, “topônimos e antropônimos se inscrevem como os elementos mais arcaizantes de uma língua” (Dick, 1992, p. 112). Por suas considerações pode-se observar que, no processo de mudança linguística, um fenômeno naturalmente lento, topônimos e antropônimos levam mais tempo e demoram mais a sofrerem alterações, configurando-se como marcas importantes dentro dos grupos sociais.

Em *Memória Paulistana: os antropônimos quinhentistas na vila de São Paulo do Campo de 1992*, Dick nos traz importantes aspectos da relação significativa que há entre toponímia e antroponímia. Ao explicar a constituição da antroponímia, através da ocupação da Vila de São Paulo do Campo, a autora demonstra o quão a influência dos antropônimos é totalmente relevante para a composição daquela sociedade, fato explicado a partir dos sobrenomes das famílias que ocuparam a região nos anos 1500, que foram trazidas pelos colonizadores portugueses e nos legaram seus sobrenomes².

Alinhada aos estudos de Dick, e também sendo importante referência para os conhecimentos onomásticos brasileiros, está a professora e pesquisadora Patricia de Jesus Carvalinhos, que atua na USP, com foco nos estudos onomásticos (principalmente toponímicos). Dentre as suas muitas contribuições, destacaremos aquelas que envolvem questões de definição linguística dos antropônimos e suas considerações quanto ao aspecto da particularização de um nome próprio de pessoa.

Ao tratar da significação do nome próprio para a teoria do signo linguístico, Carvalinhos (2003) exporá dois conceitos importantes que merecem destaque. O primeiro está atrelado à arbitrariedade do signo linguístico, e o segundo, à motivação. Em suas palavras, Carvalinhos toma por base as correntes linguistas naturalistas e convencionalistas para fazer referência à arbitrariedade e à motivação dos topônimos e antropônimos. Vejamos o que expõe:

Podemos, pois, relacionar a concepção naturalista ao signo

²Posteriormente, essas influências serão mais bem esclarecidas, na seção que tratará dos aspectos sócio-históricos e da influência que os nomes portugueses legaram à antroponímia brasileira.

motivado, assim como a convencionalista à arbitrariedade. Retomaremos esta questão, de modo direcionado à nossa discussão, quando abordarmos a dupla motivação do topônimo. Como objeto de estudo, o nome próprio, atualmente, deve ser encarado por um prisma geral e outro particular. Por esse prisma geral, vale dizer que tanto o topônimo quanto o antropônimo são signos de língua, pertencentes a determinado(s) sistema(s) linguístico(s) e, obviamente, a um universo de discurso. Como tais, são palavras como as outras, estando sujeitas a todas as regras do sistema ao qual pertencem. Ao encarar o nome pelo prisma particular, encetamos a discussão da própria teoria onomástica, suas regras e seus conceitos, singularizando, assim, seu objeto. (Carvalinhos, 2001, p. 303).

Nas considerações de Carvalinhos, importantes conceitos merecem atenção, sobretudo porque ajudam no entendimento do uso de um topônimo que passou a ser usado como um antropônimo e vice-versa. Segundo a autora, em geral, topônimos e antropônimos surgem a partir de nomes comuns e passam por convencionalização, cristalizando-se com mecanismos próprios e fixação. Uma vez consolidados na condição de antropônimos ou topônimos, podem migrar de um para o outro.

Além de nos trazer questões relacionadas ao que considera ser a *motivação dual dos topônimos* (segundo a autora o signo toponímico não deve ser considerado arbitrário, embora seja, assim como o signo antroponímico, esvaziado semânticamente) trará também considerações relevantes para os estudos antroponímicos, afirmando que “o nome de pessoa se particulariza por ser um signo linguístico parcialmente privado de seu significado original do mesmo modo que existe o topônimo, tornando-o opaco” (Carvalinhos, 2003, p. 308).

É preciso levar em conta que o Brasil é diverso em seus vários aspectos: étnicos, culturais, sociais e também em seu sistema onomástico pessoal. Essa diversidade que, de certa forma, tomará novas características a partir de 1925, é um dos principais fatores que contribuem para a inovação antroponímica em nosso país. Para o entendimento momentâneo dessa questão, vale destacar que a influência portuguesa legou ao nosso sistema onomástico marcas de apagamento. Quando olhamos para a sócio-história da antroponímia brasileira, entendemos que durante muito tempo não nos foi dada certa “liberdade” para nomear nossos indivíduos. Essa liberdade só ocorrerá

com a estatização do registro civil.

Nesse sentido, Carvalhinhos ressalta um fato que contribui para o entendimento do legado português na antroponímia do Brasil e que contribui também para o entendimento do esvaziamento semântico do antropônimo, fato em maior destaque nessa seção. Segundo ela:

[...] o sistema antroponímico brasileiro tem suas raízes fincadas em Portugal, não no país atual, mas no Portugal navegador do século XVI. Portanto, muitos dos nomes adotados ainda hoje são extremamente antigos, apesar de sua aparência de modernidade. Nomes como Pedro, atualmente na moda (em autonomia ou em composição), são tão antigos quanto o Novo Testamento; de acordo com Dick (1990), Pedro é um nome perene. A grande diferença é que no começo dos tempos, como veremos adiante, o nome era conotativo, isto é, sua carga significativa era perfeitamente decodificável. Atualmente, o nome é dado principalmente em virtude de sua beleza sonora (Carvalhinhos, 2011, p. 02).

Para além da influência portuguesa nos nomes brasileiros, precisamos levar em conta que, como tratamos até aqui de forma breve, os nomes próprios de pessoa possuem função designativa. Outrora, os indivíduos recebiam o que se alinhava ao significado etimológico do nome (função denotativa, segundo Carvalhinhos (2011)) e, por isso, dizia-se que possuíam função significativa, ou seja, aquela que estava voltada ao sentido lexical³, e esse sentido, relacionado ao significado etimológico, que o nome possuía. Depois, os nomes próprios, num processo que podemos chamar de gramaticalização, sofreram esvaziamento de significado, fato que também ocorrerá com o formativo de estudo dessa dissertação (-lândia). O nome passou a ser, a partir de determinado momento, apenas um invólucro. Sendo usado por outros aspectos que não estritamente os de significado etimológico. Por isso, sofreram esvaziamento, opacidade. Observando o exemplo do nome *Pedro*, citado por Carvalhinhos (2011), o entendimento desse aspecto é claro. Seria muito difícil, sobretudo nos dias atuais, encontrarmos algum indivíduo de nome *Pedro* que tenha recebido esse nome de acordo com o significado etimológico de 'pedra',

³ O sentido lexical é o conjunto de sentidos que um termo adquire ao longo de seu uso, enquanto convencionalizado na língua, que a depender da época, pode estar mais transparente em relação ao sentido etimológico, ou seja, o sentido ou sentidos veiculados em seus primeiros registros históricos.

‘pedregulho’, ou por qualquer outra situação que fizesse alusão ao sentido etimológico do nome, mas sim, porque os pais, algum membro da família, os amigos ou por quaisquer outras influências, sobretudo as da mídia e da religião, tenham considerado o nome bonito, sonoro.

Se nos detivermos a esses aspectos, agregaremos tanto as ideias relacionadas às questões de nomeação e designação – atreladas à teoria dos signos linguísticos – quanto as de opacidade do nome próprio, além daquelas que se atrelam às configurações sócio-históricas já mencionadas. Vemos que tratar de nome próprio, seu significado linguístico e suas contribuições, sejam elas associadas à linguística ou mesmo ao português do Brasil, são evidências claras para o estudo da antroponímia brasileira que possui características muito próprias.

Levando em conta o que está posto, acrescentemos ao entendimento da questão a inovação antroponímica e o seu mecanismo. Se o nome próprio de pessoa se “transformou”, queremos dizer, deixou de ser usado estritamente com o seu significado etimológico e passou a ser usado por seu uso designativo, temos então, como considera Carvalhinhos (2011), o processo de neologia. Neologia⁴ é o ato de criarmos novas palavras a partir daquelas já existentes, aplicando novo significado a essas neopalavras. Nos antropônimos inovadores brasileiros, a neologia é um fator de muita relevância. Assim, há determinados nomes formados a partir da junção do nome do pai e da mãe (pai – *José*, mãe – *Maria*) gerando o nome *Josemar*, por exemplo, que tem significado afetivo oriundo do fato de ser um resultado da fusão dos nomes do pai e da mãe. Em si, o prenome *Josemar* passa a carregar a função designativa e referencial de mencionar, num determinado conceito de mundo, o indivíduo filho de *José* e *Maria*, que por concepção e composição afetiva, recebeu o nome de *Josemar*.

Em termos do que podemos levar em conta e considerar como nome próprio, já que mencionamos que nomes comuns podem ser elevados à categoria de nomes próprios, como ocorre a partir do prenome *Brisamar* (

⁴ O termo neologia aqui será adotado como sinônimo de inovação, embora exista, em relação aos antropônimos, uma problemática que se deve ao fato de que, no Brasil, os nomes criados não estão dicionarizados ou em listas de nomes tradicionais. Mesmo assim, há registros, por vezes, muito antigos e difundidos, o que de fato, gera um problema ao usarmos o termo neologia.

composição dos substantivos comuns *brisa + mar*), num processo de inovação, consideremos o que postula Seide (2021), ao ampliar o conceito de nome próprio e esclarecer questões ainda não abordadas pela gramática, mas prementes e presentificadas a partir de estudos em perspectiva da linguística cognitiva.

Márcia Sipavicius Seide é professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, além de ser editora da *Revista Onomástica Desde América Latina – ODAL* e ocupar a vice-coordenação do *Observatório Onomástico – O-Onoma*. Essa estudiosa nos traz importantes conhecimentos em relação aos métodos da pesquisa onomástica, preocupando-se com as questões lexicográficas e textuais que se vinculam aos nomes próprios.

Ponderando que os estudos onomásticos são de profunda interdisciplinaridade, devemos levar em conta que os estudos antroponímicos também o são. É nessa perspectiva, de interdisciplinaridade, que Seide contribui para o que exporá essa dissertação, ao classificar o nome próprio, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Em relação ao que já foi postulado quanto a classificação do nome próprio, Seide expõe que

Seis gramáticas prescritivas publicadas ao longo do século XX (ALMEIDA, 1991; CEGALA, 1964; CUNHA E CINTRA, 1985, 2008; FARACO, 1990; PEREIRA JUNIOR, 1924 E REUNIÃO DE PROFESSORES, 1937) e três gramáticas descritivas publicadas nas primeiras décadas deste século foram consultadas (BECHARA, 2015; CASTILHO, 2010; NEVES, 2000). Em todas elas, houve a utilização de uma mesma definição de nome próprio, a saber: a de nome próprio como um item lexical caracterizado por sua univocidade, isto é, pelo fato de este nome ser utilizado para fazer referência a um ser visto ou caracterizado como único (Seide, 2021, p. 72-73).

Seide (2021) também menciona amplas discussões em relação ao que alguns autores consideram quanto a não classificação e complexidade de se classificar os nomes próprios por parte dos filósofos. Em seu percurso, a autora demonstra que é com base na Linguística Cognitiva que o conceito de nome próprio encontra definição mais acertada. Ela denominará os estudos embasados a partir desta área de *Onomástica Cognitiva*.

É relevante mencionar que nomes comuns podem ser usados como nomes próprios. Isso ocorre pelo fato de que, no fim, nomes próprios e comuns

são todos nomes e podem exercer, no sintagma nominal, a função de núcleo, de sujeito ou de objeto, por exemplo. Outro fator relevante e muito importante para os nossos estudos, levando em conta, sobretudo, o aspecto da neologia, é o de que, nos processos de formação de palavras, uma das categorias lexicais mais envolvidas é o substantivo. Mas, apesar desses aspectos, é preciso ressaltar que, em relação ao nome próprio de pessoa, a ativação mental é diferente. Concebemos nomes próprios de forma particularizada. Compreender um nome comum como sendo próprio implica não só nas questões pautadas na forma da palavra. É preciso acrescentar ao debate argumentos cognitivos, e é isso o que Seide (2021) faz ao apresentar uma proposta de classificação de nome próprio implicada em amplas questões. A autora considera que nós, seres humanos, armazenamos o nome próprio de forma interligada, associando o nome próprio ao seu portador e a um feixe de descrições definidas. Propõe que há a interligação de módulos mentais para conceituar nomes próprios como mencionado na figura abaixo:

Figura 1 - Interligação dos módulos – Seide



Fonte: (Seide, 2021, p.84)

Após apresentar esta associação modular, que o falante ideal concebe ao entender o que é um nome próprio de pessoa, Seide amplia a versão do conceito de nome próprio e propõe, a partir do conhecimento onomástico do falante, o quadro reproduzido também abaixo

Quadro 1 - Conhecimento onomástico do falante – CO

1. Significado denominativo procedural na linguagem cotidiana (como os nomes próprios são usados).
2. Relação entre nome e o referente conhecidos ou mencionadas no cotidiano (que nomes as pessoas e os lugares têm, por exemplo).
3. Repertório (conjunto e tipos de nomes próprios conhecidos; pode incluir nomes em outros idiomas).
4. Pronúncia dos nomes conhecidos e regras supostas para pronúncia de nomes desconhecidos (como os nomes são pronunciados).
5. Grafia segundo as regras ortográficas dos idiomas (pode incluir conhecimento sobre a grafia de nomes de outros idiomas).
6. Informação gramatical (como gênero e número dos nomes próprios).
7. Constituição (número de nomes que pode haver em um prenome ou em um topônimo, por exemplo).
8. Significado associativo (forma-se de acordo com as vivências do falante, com os referentes dos nomes).
9. Significado emotivo (presente, por exemplo, nos hipocorísticos nos quais há uma conotação afetiva nos nomes).
10. Fatores sociolinguísticos (presunção sobre a classe social e os gêneros dos nomes de pessoas, por exemplo).
11. Imaginários etnosocioculturais (como presunção sobre qualidades atribuídas aos nomes como a de que nomes de pessoas em língua inglesa têm mais prestígio do que nomes na língua portuguesa).
12. Processo de nomeação: quem nomeia e quando (pode incluir os aspectos legais da nomeação oficial).
13. Motivação da nomeação (conhecimento sobre a história da escolha do nome, do por que um determinado nome foi escolhido).
14. Usos e valores de prenomes no mundo ficcional (literatura, cinema, minisséries, telenovelas, <i>games</i> , etc).
15. Significado etimológico e/ou histórico.

Fonte: (Seide, 2021, p. 85)

É a partir dessa visão que a autora considera que um nome próprio de pessoa, na mente do falante ideal, constitui-se de: **1 - entrada lexical**, que porta informações gramaticais e lexicais armazenadas na mente do falante; **2 - entrada lógica**, que está associada às regras de dedução e inferência que o falante pode fazer para um determinado prenome e **3 - entrada enciclopédica**, sendo esta a extensão e/ou a denotação do conceito ou prioridades que o prenome representa. Se observarmos bem, tais conceitos abarcam o que Seide (2021) postula quanto as concepções do falante ideal no quadro 1.

Depois de apresentar todos os conceitos mencionados, Seide (2021) passa a propor que o nome próprio seja definido da seguinte maneira

O nome próprio é um nome singular, um objeto abstrato armazenado num endereço conceitual na mente do falante, composto por um componente lógico, um componente lexical e um componente enciclopédico. Enquanto o primeiro responde pelo processamento necessário das informações para se chegar à compreensão de elocuições, nas quais os nomes

próprios são utilizados, os dois últimos integram o conhecimento linguístico e de mundo relativos ao nome próprio e correspondem ao conhecimento onomástico do falante ideal e pode abranger desde o conhecimento como em determinada língua e cultura os nomes são usados e suas características gramaticais até o conhecimento erudito sobre a etimologia e a origem dos nomes (Seide, 2021, p. 86).

Feitas essas considerações em relação ao conceito de nome próprio, passaremos a demonstrar os demais aspectos relacionados aos nomes próprios de pessoa em relação aos tipos e ao seu uso.

Antropônimos, como já demonstramos até aqui, são, se quisermos nos utilizar de termos tradicionais da gramática, substantivos próprios. Os tipos dos antropônimos estão relacionados a dois critérios específicos, são eles: o uso e os aspectos morfológicos. Sobre as considerações quanto à tipologia antroponímica ou tipologia dos antropônimos, nos deteremos nos critérios apresentados por Amaral (2011), Amaral e Seide (2020) e Soledade (no prelo). Nossa intenção é demonstrar a riqueza que um único prenome pode apresentar em sua tipologia.

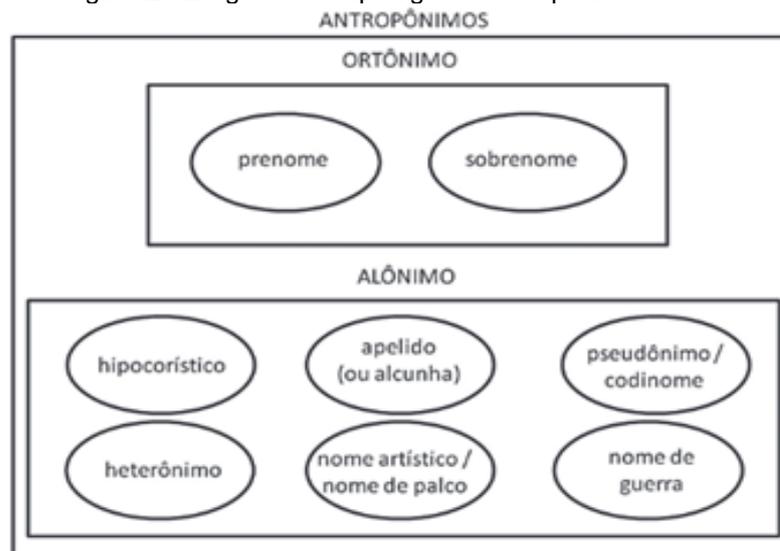
Antes disso, faremos aqui um breve relato quanto à pesquisa onomástica realizada por Eduardo Tadeu Roque Amaral, professor associado da UFMG e pesquisador atuante na onomástica brasileira. Seus estudos têm contribuído significativamente para o desbravar da pesquisa onomástica e linguística no país. Amaral é membro fundador do Observatório Onomástico (*O-onoma*). Seus estudos estão voltados para os diversos âmbitos de análise que a onomástica pode proporcionar e, dentre suas muitas contribuições acerca da antroponímia, destacamos especialmente o livro publicado em parceria com Seide em 2020, intitulado *Nomes Próprios de Pessoa: introdução à antroponímia brasileira*.

Retomando os aspectos tipológicos, precisamos dizer que alguns autores classificam os prenomes de acordo com características que podem estar voltadas para os fatores internos dessas palavras, as questões semânticas, pragmáticas, dentre outras várias características e/ou aspectos. É relevante ressaltarmos um conceito que é fundamental para o entendimento da agregação que fazemos ao classificar um prenome como sendo de um ou outro determinado tipo.

Em poucas palavras, diríamos que o conceito de prototipicidade está relacionado ao que evidencia determinado ser ou objeto como pertencente a uma ou outra categoria. Por exemplo, na categoria das frutas, maçã, laranja e goiaba são frutas mais prototípicas do que o tomate, pois possuem características mais ressaltadas de frutas. Na categoria das aves, papagaio, periquito e arara são mais prototípicos do que galinha. No caso dos prenomes, alguns são tipicamente prototípicos de determinadas tipologias, é por esse critério, o de prototipicidade, além dos mencionados inicialmente (de uso e de forma) que eles são agrupados. Em nossa abordagem, queremos também evidenciar outro critério para tipologizar, isto é, o critério do que é possível aplicar ao português brasileiro.

Em alguns países, certos termos são tomados de maneira diferente daquela que tomamos no Brasil. Em espanhol, *apellido* é sobrenome. No Brasil, apelido, terá outra classificação, ou seja, uma alcunha. O que nos leva a dizer, e entender, que a classificação é específica porque os nomes são tomados de acordo com o uso, o que acarretará uma classificação tipológica diferente. Por isso, uma classificação tipológica acerca dos prenomes de Portugal pode não ter a mesma classificação tipológica dos prenomes do Brasil. Na classificação que ora será feita, a partir dos critérios de Amaral (2011), apontamos dois grandes grupos, sendo eles o grupo dos *ortônimos* (*orto*: correto + *ônimo* = nome: nomes corretos, ou os chamados nomes oficiais, os de cartório) e os *alônimos* (*alo*: outro + *ônimo*: nome = outros nomes, os que não são tomados como oficiais, não são os de cartório). Reproduzimos abaixo a figura elaborada por Amaral, que bem resume a classificação dos grupos.

Figura 2 - Diagrama da tipologia de antropônimos



Fonte: (Amaral, 2011, p. 76)

A partir da figura 2, observamos que há uma gama de tipos de nomes próprios de pessoa (prenome, sobrenome, hipocorístico, apelido, pseudônimo, heterônimo, nome artístico, nome de guerra), a lista é extensa e cada um deles, como já mencionamos, é separado em tipos, levando em conta critérios de uso, forma e lugar de onde são tomados. Amaral e Seide (2020, p. 55) apresentam vasta lista no capítulo *a categoria dos nomes próprios* (In: _____. *Nomes Próprio de Pessoa: introdução à antroponímia brasileira*). Nesse capítulo, Amaral expande sua proposta elaborada em 2011, ao tratar não somente de prenomes, mas também de topônimos, agiônimos e mitônimos, por exemplo. Soledade (no prelo) fará classificação semelhante a de Amaral (2020) de forma mais ampla e voltada especificamente para os nomes próprios do Brasil. Abaixo e em resumo está apresentado quadro comparativo da classificação tipológica para os autores mencionados.

Quadro 2 -Tipologia dos antropônimos

Tipologia dos antropônimos			
(Amaral; Seide, 2020 p. 100)		(Soledade, no prelo)	
Tipo	Definição e principais características	Tipo	Definição e principais características

<p><i>Prenome</i></p>	<p>Antropônimo que distingue o indivíduo dentro dos grupos sociais de maior intimidade. Antecede o sobrenome e pode ser simples, composto ou justaposto.</p>	<p><i>Prenome</i></p>	<p>Porção da frase antroponímica que pode ou não ter relação com a ascendência familiar, mas que se pretende como marca pessoal do indivíduo e que, do ponto de vista organizacional da frase antroponímica, se posiciona à margem esquerda dos sobrenomes, ocupando as primeiras posições na frase, sendo prenome tudo aquilo que não é sobrenome ou agnome. Os prenomes, no Brasil, podem ser simples (<i>João</i>), duplos (<i>José Carlos</i>) ou compostos por justaposição (<i>Josevaldo</i>) e por aglutinação (<i>Analva</i>).</p>
<p><i>Sobrenome</i></p>	<p>Antropônimo que identifica o pertencimento do indivíduo a uma família. Geralmente provém dos genitores e sucede o prenome.</p>	<p><i>Sobrenome</i></p>	<p>Porção da frase antroponímica que está associada às relações de ascendência familiar, depositária da faculdade de integração do indivíduo em um dado grupo em que se praticam as relações de parentesco. Exerce também a importante função social de mitigar as homônimas dentro das comunidades de fala. Do ponto de vista organizacional da frase antroponímica, os sobrenomes se posicionam à margem direita do(s) prenome(s), sendo sobrenome tudo aquilo que não é prenome. Ex.: (<i>Costa, Martins, Gomes, Sousa</i>).</p>
<p><i>Agnome</i></p>	<p>Antropônimo que indica uma relação de parentesco com outro indivíduo, via de regra, por via patrilínea.</p>	<p><i>Agnome</i></p>	<p>Porção da frase antroponímica que tem a função de diferenciar pessoas da mesma família que possuem os mesmos prenomes e sobrenomes na mesma ordem, impedindo uma homonímia dentro do mesmo grupo familiar. Não é transmissível a seus descendentes. Ex.: (<i>Filho, Neto, Sobrinho, Júnior</i>).</p>

<p><i>Apelido (ou alcunha, ou cognome)</i></p>	<p>Antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que costuma aludir a uma característica física ou intelectual ou ainda a um fato ou comportamento social.</p>	<p><i>Apelido</i></p>	<p>Um nome que não integra a frase antroponímica, sendo, portanto, um tipo de antropônimo interdito nas esferas oficiais. Em segundo lugar, apelidos são um tipo de antropônimo, geralmente, atribuído por outra pessoa, que não necessariamente está inserida no círculo de parentesco e que tem por finalidade atribuir uma caracterização específica, seja positiva ou negativa, ao indivíduo que o recebe. Impõem-se, no uso, através de sua função apelativa, em detrimento do seu valor etimológico. Ex.: (<i>Cabeção, Boca do Inferno - Gregório de Matos</i>).</p>
<p><i>Hipocorístico</i></p>	<p>Antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo. Geralmente criado em ambientes de maior intimidade.</p>	<p><i>Hipocorístico</i></p>	<p>Prenomes que se configuram diferentemente dos apelidos, mantêm relação de identidade com os prenomes ou sobrenomes que lhes dão origem e seus usos até mesmo extrapolam os contextos das relações de familiaridade e intimidade. Ex.: (<i>Mateus ~ Teteus, Beatriz ~ Bia, Roberto ~ Beto, do Carmo ~ Duca</i>).</p>
<p><i>Pseudônimo</i></p>	<p>Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e escolhido pelo próprio portador do nome próprio.</p>	<p><i>Pseudônimo</i></p>	<p>Pseudônimos se diferenciam, essencialmente, dos apelidos pelo fato de que são, em geral, escolhidos pelo próprio indivíduo e se comportam, em geral, como uma frase antroponímica (prenome + sobrenome), apresentando uma estrutura que simula o ortônimo, em virtude de seu objetivo que é, de fato, esconder ou recriar a identidade oficial, gerando uma nova identidade, digamos, oficiosa. Ex.: (<i>Suzana Flag – pseudônimo de Nelson Rodrigues</i>).</p>

<p><i>Codínome</i></p>	<p>Antropônimo empregado para ocultar a identidade de um indivíduo. Pode ser escolhido pelo próprio portador ou por outrem e frequentemente possui traço negativo.</p>	<p><i>Codínome</i></p>	<p>Não apresenta a configuração de uma frase antroponímica, podendo aparecer como um prenome simples ou composto, ou ainda como um sobrenome ou apelido, podendo estes ser de escolha do próprio indivíduo ou atribuídos por outrem. Os codinomes, não podem ser oficializados já que se subentendem como sendo de uso em contextos de práticas ilegítimas ou desreguladas por uma lei. Ex.: (<i>Lagarto, Sapato, Fantasma</i>).</p>
<p><i>Heterônimo</i></p>	<p>Antropônimo atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.</p>	<p><i>Heterônimo</i></p>	<p>Os heterônimos, assim como, os pseudônimos, possuem a característica de simular uma frase antroponímica, incluindo prenome(s) e sobrenome(s). Também como os pseudônimos, são escolhidos pelo próprio sujeito que deles fará uso. Os heterônimos são motivados pela criação não apenas de um novo nome para o mesmo indivíduo, mas de uma nova identidade, biografia e estilo. Podem aparecer na esfera da ilegalidade, sob o nome de falsa identidade. Ex.: (<i>Alberto Caeiro, Álvoro de Campos, Ricardo Reis – heterônimos de Fernando Pessoa</i>).</p>
<p><i>Nome artístico (e nome de palco)</i></p>	<p>Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins.</p>	<p><i>Nome de fama</i></p>	<p>Todo nome artístico, de placo, de palanque, de circulação midiática que faça o sujeito ser reconhecido como atuante naquela determinada seara da vida pública, daí o emprego do termo fama, que se relaciona ao adjetivo famoso 'que tem fama, renomado, célebre'. Não apresenta relação explícita com o nome civil completo do indivíduo. Pode ser incluído no nome civil. Ex.: (<i>Machado de Assis - Joaquim Maria Machado de Assis</i>).</p>

<i>Nome de guerra</i>	Antropônimo empregado como substituto do nome civil em ambientes restritos, especialmente no meio militar, na maçonaria, na prostituição e no crime organizado.	<i>Nomes de guerra</i>	Termo genericamente empregado em várias esferas sociais e se caracteriza do ponto de vista formal por ser um prenome simples ou duplo, um sobrenome simples ou complexo (mais de um elemento) ou, ainda, um apelido ou hipocorístico. Se diferem dos nomes de fama, pois não se tratam de nomes de figuras públicas e sim da nomeação de um indivíduo comum ou de fama relativa dentro dos seus espaços de atuação. Ex.: (<i>Bruna Surfistinha</i>)
<i>Nome religioso</i>	Antropônimo empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil.	*	*
<i>Nome social</i>	Antropônimo pelo qual a pessoa, especialmente transexual e travesti, se identifica e é reconhecida socialmente.	<i>Nome social</i>	Um prenome, simples, duplo ou composto, que substitui o prenome declarado no registro civil anterior. Conformam-se por ser uma escolha do indivíduo, que embora possa ter sido feita em períodos anteriores à maioridade civil, só pode ser legitimamente integrada ao nome oficial por um adulto. Ex.: (<i>Fabíola</i> , que tinha por nome <i>Fábio</i> , pode-se acrescentar aqui, quaisquer outros nomes vexatórios dados na infância e alterados na vida adulta).
<i>Nome de urna</i>	Antropônimo escolhido pelo candidato às eleições proporcionais para registrar-se na Justiça Eleitoral.	*	*
<i>Nome parlamentar</i>	Antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa.	*	*

*	*	<i>Nickname</i>	É um tipo específico de apelido usado em contextos virtuais: redes sociais, chats, fóruns, jogos online, blogs, entre outros. Os jogos online são os privilegiados quanto aos usos de Nicks. Ex.: (<i>Jul17off</i>).
<p>Observações: Para Soledade, há duas grandes categorias antroponomásticas e uma categoria especial, sendo elas: <i>Categoria 01 - Nome oficial, Nome civil completo, frase antroponímica:</i> todo antropônimo que possa aparecer nos registros civis dos cidadãos brasileiros será considerado, aqui, nome oficial. <u>Fazem parte dessa tipologia o prenome, o sobrenome, o agnome e o nome social.</u> <i>Categoria 02 - Antropônimos não oficiais:</i> antropônimos que não corresponderiam a nomes oficiais garantidos pelo registro civil e que são atribuídos ao indivíduo em contextos variados fora dos convencionados pela legislação. Comporta nomes de natureza e funções variadas. <u>Fazem parte dessa categoria: Hipocorístico, Apelido, Nickname, pseudônimo, Codinome, Heterônimo, Nome de fama, Nomes de guerra.</u> <i>Categoria Especial:</i> fornece evidências para a tese de que há uma íntima relação entre o sistema lexical comum e o sistema lexical antroponímico. <u>Fazem parte dessa categoria: a Antonomásia e a Eponímia.</u></p>			

Fonte: (Amaral; Seide, 2020, p.100) e (Soledade, no prelo)

2.3 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO LÉXICO ANTROPONÍMICO BRASILEIRO E A INOVAÇÃO DESSE REPERTÓRIO

Para termos uma melhor compreensão do fenômeno linguístico envolvendo a criação de prenomes inovadores com o formativo *-lândia*, é preciso que tenhamos percepção de como se dá a formação sócio-histórica da antroponímia brasileira e como fatores históricos acabam por possibilitar a inovação em nomes de pessoas, através de processos morfológicos vernaculares e alógenos. Por isso, faremos um breve apontamento de eventos e momentos decisivos para o advento da chamada revolução antroponímica⁵ que atinge o português brasileiro depois do primeiro quartel do século XX.

⁵ O termo '*revolução antroponímica*' foi cunhado pela pesquisadora Tânia Lobo, no âmbito do projeto de pesquisa *Todos os nomes*, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2007 e 2009. A expressão diz respeito ao fato de que dados históricos não revelam prenomes inovadores de forma sistemática até antes de 1930, porém após esse período, os brasileiros passam a inovar de forma mais profunda e radical nos processos de nomeação de seus descendentes.

2.3.1 O registro civil

Antes de fazermos uma retomada da sócio-história da antroponímia brasileira, faremos, de forma breve, algumas considerações sobre o registro civil. Afinal, os prenomes constituem-se também de base legal, em termos daquilo que se vincula a lei. Para essas considerações, levamos em conta o que apresenta Makrakis (2020) e Marcílio (2004).

Os aspectos sociais que envolvem o registro civil no Brasil são vários, entendê-los é importante para analisarmos a estrutura e a composição social do nome próprio de pessoa no Brasil.

Registro civil é a obrigação legal que cada indivíduo tem de registrar determinado evento relacionado à pessoa natural, seja ele casamento, falecimento, nascimento, emancipação, dentre outros. É a partir do registro civil que um indivíduo passa a existir para a sociedade brasileira. O documento legal que valida ou comprova o registro civil é a certidão de nascimento. É nesse documento que atribui nome ao ser, que esse dito prenome – referência que se faz ao primeiro nome – é registrado, e esse é o objeto direto dessa dissertação.

Atualmente no Brasil, são responsáveis pelos registros civis, por delegação do poder público, os Registros Civis das Pessoas Naturais (RCPN). No entanto, como veremos, só em fins do século passado é que o Registro Civil no Brasil foi efetivamente regido pelo Estado. Esse fato também implicará em marcas significativas em nossa antroponímia.

Apesar de sua estatização tardia no Brasil, as primeiras formas de fazer os registros dos indivíduos distam da Grécia Antiga. Depois, é possível encontrar formas de registros a partir da igreja católica, o chamado registro eclesiástico que, na grande maioria das vezes, preservava critérios muito diferentes dos quais os registros civis empregam hoje. Muitas vezes, preservava-se o dia do batismo e não o do nascimento, o dia do sepultamento e não o da morte. O que acarretava problemas relacionados a real identificação do indivíduo em meio social. Uma vez que o que a igreja preservava eram as questões religiosas e não as civis.

2.3.2 As contribuições do período arcaico

Em *Origens e Estruturação do Léxico Antroponímico Brasileiro*, Soledade (2019) faz uma retomada histórica de nossa herança antroponímica. A partir dos preceitos adotados por ela, buscaremos apontar a composição da atual antroponímia brasileira.

A formação do léxico antroponímico do português brasileiro remonta ao período de formação da língua portuguesa. Por isso, é preciso lembrar que, quando o processo de romanização teve início, já habitavam a Península Ibérica os povos celtas, os iberos, os celtiberos, os bascos e os turdetanos. Foi o contato dos latinos com os povos pré-romanos que nos legou muitas das características que serão mencionadas para o modelo antroponímico brasileiro. Dentre essas muitas características, está a forma clássica romana dos *trínomia* (o *praenomen* -prenome, nome individual-, o *gentilicium* -aquele que estabelecia uma relação inerente a estrutura familiar, elemento principal da frase antroponímica- e o *cognomen* -nome do grupo familiar menor). Posteriormente, foi agregado ao sistema antroponímico romano o *agnomen* (que era uma espécie de alcunha). No entanto, apesar da formação do léxico antroponímico remontar ao período de formação da língua portuguesa, é preciso levar em conta que as contribuições gregas ao léxico comum e antroponímico também aparecem, por esse motivo, Soledade (2019), em sua abordagem a respeito do léxico antroponímico, trata do fundo denominado por ela de greco-latino.

[...] optamos aqui por tratar de um fundo que chamamos greco-latino, no sentido de entender que a cultura romana que foi levada à Península Ibérica, bem como a sua língua, já possuía um elevado nível de influência grega, influxos que continuaram a atingir o latim ao longo do medievo. (Soledade, 2019, p. 417)

O sistema grego de nomeação era mais simples do que o romano. No sistema grego, o que predominava eram os nomes únicos ou um nome único acompanhado de um gentílico. No português, as fontes para os nomes de origem grega são 3, sendo elas:

As fontes de antropônimos de origem grega na língua portuguesa são variadas, e podemos dividi-las em três grandes grupos principais: 1) filósofos, escritores, pensadores e figuras históricas, 2) nomes de personagens mitológicos, 3) nomes de personagens literários. (Soledade, 2019, p. 417- 418)

Na construção histórica do léxico antroponímico, o elemento germânico figura como sendo um dos mais importantes e significativos⁶.

Os prenomes de origem germânica, para além do intenso legado, terão um importante papel na construção da antroponímia brasileira, uma vez que acreditamos fortemente na influência do modelo de formação de nomes germânicos sobre a criação de novos nomes no Brasil, além do emprego de formativos tirados de nomes germânicos [...]. (Soledade, 2019, p. 422).

Tal importância se dá, em primeiro lugar, pelo fato de os nomes germânicos serem constituídos de dois elementos e, em segundo lugar, porque é a partir dos elementos de formação dos nomes germânicos, herdados na colonização, que os brasileiros passarão a inovar na formação de nomes próprios de pessoa, a partir do segundo quartel do século XX.

Além disso, o elemento germânico figura, em grande parte, nos nomes masculinos, isso porque uma parte dos nomes germânicos não permaneceu na tradição posterior, o que afetou os nomes femininos levando-os a certo apagamento.

Na Idade Média, os nomes portugueses passaram a se constituir de nome + sobrenome. Em geral, o prenome era uma forma simples, já o sobrenome era um designativo que o integrava à família, muitas vezes era um patronímico (Álvares, filho de Álvaro) e outras vezes, podia indicar o seu local de nascimento (por exemplo: Ribeiro), a região onde residia (como: Vilela), a profissão (exemplo: Ferreira) ou ainda, alguma característica física (por exemplo: Beçudo).

Posterior ao elemento germânico, mas não menos importante, são os elementos hebraicos e aramaicos. A chegada desses elementos está

⁶ Em trabalho de 2016, Rodrigues irá defender que o modelo biformativo do português para a construção de prenomes teria como base o modelo bitemático dos nomes herdados da colonização relacionados à tradição germânica. Há que se ressaltar, contudo, que também nomes de tradição latina (*Mariana, Juliana*, entre outros) também podem ser interpretados pelos falantes do português brasileiro como biformativos, reforçando o padrão linguístico.

diretamente ligada à difusão do cristianismo na Península Ibérica.

Em que pese dizer em termos de contribuição, o elemento árabe contribuiu de forma predominante no léxico onomástico para a toponímia portuguesa, contudo, quanto ao léxico onomástico pessoal, é quase nula a contribuição árabe. Isso ocorre porque a antroponímia germânica foi privilegiada na reconquista cristã.

Muitos prenomes de origem árabe entram no Brasil através da imigração síria, libanesa, palestina e iraquiana que se inicia em fins do século XIX e se intensifica nas primeiras décadas do século XX. (Soledade, 2019, p. 427).

Toda a contribuição do período arcaico consiste no legado deixado pelos seguintes elementos: pré-latino, greco-latino, germânico, hebraico e aramaico e o elemento árabe.

2.3.3 As Contribuições do período pós-arcaico

No período do Brasil colônia, as chegadas dos portugueses, holandeses, franceses e espanhóis nos trouxeram muitas contribuições da antroponímia europeia, sobretudo a lusa. Soledade destaca:

O contato que se dará entre a civilização europeia e a civilização autóctone gerará um complexo cenário linguístico, que terá matizes muito diferentes considerando os fatores diatópicos, diastráticos e diacrônicos, ou seja, a realidade da experiência linguística no Brasil seria um mosaico em que incidem tanto fatores geográficos, sociais, quanto cronológicos (Soledade, 2019, p. 428).

Isso legará à antroponímia brasileira o apagamento quase que total da antroponímia indígena nacional. As razões são diversas, como bem apontou Soledade (2019), e incidem de maneira significativa sobre os nomes indígenas. Nomes próprios de origem indígena não são abundantes, pelo contrário, são nomes encontrados com pouca frequência. Em adição a esses fatores, é preciso lembrar que a influência da igreja católica, que dominava o sistema onomástico pessoal, também levará ao apagamento da antroponímia indígena.

Mesmo diante desses aspectos, precisamos considerar que o elemento

indígena contribui, assim como o elemento árabe, de forma significativa, para a toponímia brasileira. Da mesma sorte, ocorre com o léxico antroponímico africano. Estão atrelados ao forte apagamento de prenomes africanos as questões sociais, étnicas e culturais, apesar de haver, no léxico comum, muitos nomes que são de origem africana, pouco encontraremos prenomes dessa matriz originária. Soledade aponta que:

Entre a identificação dos negros escravizados a partir de características físicas e números, passando pelo batismo de ferro fundido até chegar à atribuição de simples prenomes da tradição antroponímica lusitana, temos o contexto histórico em que se deu o apagamento dos nomes de origem africana do Brasil (Soledade, 2019, p. 432).

A contribuição italiana é significativa. Vale destacar que o italiano e o espanhol, por serem línguas de origem latina, assemelham-se em muitas palavras ao português. Já a antroponímia alemã reforça o elemento germânico e nos lega novos prenomes. Apesar do grande número de imigrantes japoneses, há poucos prenomes porque os imigrantes que aqui chegaram tiveram dificuldades para registrar os nomes de sua origem no Brasil. A solução foi, então, adequar-se ao sistema antroponímico brasileiro.

A influência norte americana se dá a partir de 1940 na era Vargas e a americanização do Brasil. Vejamos o que considera Soledade (2019, p. 441): “ademais dos prenomes que entram e continuam entrando na antroponímia do Brasil, as influências dos EUA tem afetado a construção de novos antropônimos, sobretudo através dos formativos *-son, -ilson, -elson, -erson, -irson* [...]”.

2.3.4 Os nomes herdados da colonização no final do século XIX e início do século XX – o apagamento dos nomes indígenas e africanos

A composição da antroponímia brasileira é densa, como já temos demonstrado até aqui através da sócio-história. Por essas razões históricas, é que passaremos a demonstrar, e assim entender, que a inovação antroponímica no Brasil possui características que a individualizam, conferindo-lhe peculiaridades que a distanciam do português dos continentes europeu e africano.

A inovação é um fenômeno que se apresenta de forma mais recorrente após os primeiros vinte e cinco anos do século XX. O que pode ser comprovado devido ao fato de que, antes desse período, não há registros anteriores de nomes inovadores. Na plataforma do IBGE (Nomes no Brasil, fruto do censo de 2010), os registros dos nomes são contados a partir de 1930.

Destacaremos fatores que legaram singularidade à antroponímia do Brasil a partir desse ponto, estabelecendo uma relação com fatos anteriores que levaram ao apagamento dos nomes africanos e indígenas, que, por sua vez, decorre de um predomínio absoluto da denominada antroponímia luso-judaico-cristã, nomenclatura adotada por Soledade (no prelo), pelo menos até fins do século XIX.

O Brasil é uma nação composta por um povo diverso em suas muitas camadas sociais. A diversidade brasileira pauta-se em muitos fatores, dentre eles, a escravidão. Foram trazidos ao Brasil e escravizados diferentes povos – com predominância Sudanesa e Bantu – em três grandes ciclos. A escravidão, para além das marcas deixadas aos brasileiros, legou ao sistema onomástico pessoal impactos profundos. De um lado, levou ao apagamento dos nomes africanos e, de outro, à imposição da antroponímia cristã por meio dos batismos católicos.

Segundo Soledade (no prelo), os negros escravizados que chegavam ao Brasil, pelo fato de serem capturados, não podiam usar o nome que lhes fora conferido em sua nação de origem. Aqui, no Brasil, o que eles recebiam era uma marca a ferro, que continha informações referentes ao lote do qual eram comprados ou do senhor daquele escravo. Por imposição da Igreja Católica, posteriormente, receberam nomes de batismos que se alinhavam aos ditames da igreja que, naquele período, era a responsável pelo registro civil, que se constituía a partir do batismo.

Pelo fato de os negros terem sido trazidos em condições degradantes e permanecerem no país nas mesmas condições, não bastava apagar-lhes os nomes, era necessário também apagar-lhes a cultura, os costumes. A imposição do colonizador implicava em total apagamento. Soledade (no prelo) considera que só a partir da CLT (1943) é que a população preta e parda do Brasil passa a ter mínimas condições de ser inserida socialmente de maneira equitativa. A escravidão deixou marcas na antroponímia brasileira, apagando a

antroponímia africana e deixando espaço para o predomínio irrestrito da antroponímia cristã. A difusão generalizada da tradição antroponímica cristã assume um papel fundamental para entendermos o processo de formação da composição dos nossos antropônimos.

Esses fatos demonstram a importância social do nome próprio de pessoa e de como atribuir nome ao indivíduo o constitui cidadão de uma pátria, tal como institui a lei brasileira: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e sobrenome” (Brasil, 2002). Infelizmente, isso foi negado ao povo negro que; diferentemente de outros povos que vieram para o Brasil, como holandeses, Italianos e alemães; que não tiveram os seus nomes apagados e ou impostos, tal ocorreu com os escravizados.

Estudos recentes, a exemplo do elaborado por Simões Neto (2021) em que o autor analisa prenomes associados a pessoas mais velhas, revelam que o prenome passa por uma associação de valoração social. Assim, apagar um nome, era muito mais do que apagar somente o nome, era também apagar cultura e existência desses povos oprimidos.

Soledade (no prelo) aponta que nas listas elaboradas pelos compradores de escravos não havia nomes, mas sim, quantidades. Dizer x homens, x mulheres, x negrinhos e x negrinhas bastava para o colonizador.

Por isso, destacamos que a total ausência de prenomes de origem africana no Brasil, aliada às raízes fincadas na escravidão, construíram alicerces sobre um racismo estrutural amplamente estabelecido. Tais razões nos levam a pensar que o apagamento conduziu o brasileiro a criar um modelo próprio de nominalização, com herança composicional herdada das raízes históricas de sua construção social.

A situação dos povos indígenas, atualmente denominados povos originários, não foi diferente. Apesar de haver, no léxico comum, substantivos de origem totalmente indígena, como é o caso de *jabutí*, o léxico antroponímico indígena também sofreu apagamento, tal qual os prenomes africanos.

Assim como os negros oriundos da África, os povos originários também tiveram os seus prenomes apagados. A Igreja Católica, detidora do registro civil, era responsável por dar nome tanto aos negros como aos índios através do batismo. Esses povos recebiam um prenome diferente daquele que outrora fora concedido em sua origem. A prática do batismo cristão instituiu a

antroponímia luso-judaico-cristã. Temos de ressaltar, contudo, que a associação da figura indígena a uma identidade nacional, ainda que muito perpassada por estereótipos, deu a alguns nomes indígenas a possibilidade de se difundirem entre os antropônimos brasileiros, como é o caso de *Jaci*, *Jacira*, *Ubiratã*, entre outros.

Os portugueses eram os dominadores da colônia e eram, por sua vez, cristãos, tendo suas concepções fincadas no judaísmo. Por isso, a instituição no Brasil, em larga escala, de uma antroponímia recheada de nomes de origem portuguesa, judaica e cristã. Exemplos claros desta afirmação são nomes como *Maria* (registrado com 11.734.129 ocorrências na plataforma *Todos os Nomes*) e *José* (que aparece registrado com 5.754.529 ocorrências).

Não bastassem tais ocorrências, se observarmos com um pouco mais de critério a etimologia dos nomes brasileiros, entenderemos que a antroponímia luso-judaico cristã fundamentou firmemente a brasileira.

A imposição da igreja sobre a forma de nomear gerou uma marca que perdura na antroponímia brasileira até os dias atuais, no entanto, estamos a caminho da mudança. Na mudança que vai se desenhando e, aos poucos, sendo consolidada no Brasil, o que se vê é: de um lado, o uso do modelo biformativo herdado do paradigma bitemático dos germânicos, muito comum entre prenomes das tradições germânicas, gregas e mesmo latinas; e do outro, associação ligada a formativos que são utilizados não de acordo com o seu significado etimológico, mas sim, por uma constituição feita pelo próprio falante com valoração afetiva, sonora e social.

2.3.5 A revolução antroponímica no Brasil

Do final do século XIX até o início do século XX, havia pouquíssimo espaço para inovações no rol dos antropônimos em uso pela comunidade linguística em nosso país. É no início do século XX que acontece a chamada “Revolução Antroponímica”. Para entendermos esse processo revolucionário, precisamos considerar que a abolição da escravatura, o aumento do fluxo migratório, a estatização do registro civil e a proclamação da república são eventos que contribuíram significativamente para que o processo de revolução antroponímica acontecesse.

A abolição tardia da escravatura legou a pobreza e a miséria ao povo negro brasileiro. Afinal, essas pessoas, agora ditas livres, não tinham moradia, estudo e nem posição social privilegiada. A segregação social está representada em diversos âmbitos, na antroponímia, inclusive. Contudo, o povo marginalizado se multiplicou sobremaneira, o que acarretou o crescimento da população preta e parda no país. Olhando para a antroponímia, Soledade (no prelo) irá defender que esse grupo social precisava de uma identidade própria. Tal identidade deveria ser capaz de abandonar as marcas deixadas pela imposição que outrora foi estabelecida através do apagamento de seus nomes e da obrigação de uma antroponímia ditada pela Igreja Católica.

Com o processo de industrialização e o capitalismo, o Brasil passou a ser entendido como um lugar para novas oportunidades, já que a Ásia e a Europa passavam por crises financeiras. Além disso, havia uma tentativa de tornar a população mais branca e fazer a transição do modelo de trabalho (do trabalho escravo para o trabalho livre). Isso acarretou a chegada de diversos estrangeiros, principalmente europeus, ao Brasil. Diferentemente dos negros e dos indígenas, os imigrantes não tiveram seus nomes apagados, pelo contrário, em tudo, inclusive em seus costumes, foram preservados.

O elemento imigrante, como afirma Soledade (no prelo), é importante para o entendimento do que virá a ser a Revolução Antroponímica. Quando tratamos do elemento imigrante na antroponímia brasileira, tratamos da forte influência que o modelo germânico nos legou. Como já bem mencionamos, é a partir do modelo germânico que passamos a constituir novos nomes em nossa antroponímia.

Examinando o forte fluxo imigratório que insuflou o país, temos também a estatização do registro civil como fator importante. Ao passo que a Igreja Católica deixa de ser a detentora do registro civil e o Estado passa a ser o responsável pela regulamentação dos critérios de nomeação dos indivíduos, fato que lega também à antroponímia brasileira a condição de construir um modelo de nominalização. Obviamente, esse modelo será constituído com tudo que já estava entranhado à tradição antroponímica que até aquele momento se consolidara. Todas as influências das formas de nomear estavam agora firmemente capazes de compor uma antroponímia brasileira.

O Brasil, após tantos eventos sociais e históricos, precisava sair, mais

uma vez, do entremeio que as questões administrativas, políticas e econômicas se lhe impunham. Foi proclamada, então, a República Brasileira, em 15 de novembro de 1889. Em ligeiras palavras, ocorreu mais por questões controversas que são apontadas ao longo da história, a instauração de um novo sistema de governo. O país deixou o modelo monárquico, adotado pelo império e passou a estabelecer a república presidencialista, o que implicava no despertar de um sentimento nacionalista, gerado na ideia de pertencimento, a partir da composição política, social e cultural.

Esses eventos despertaram mudanças muito significativas na nossa antroponímia e, até hoje, elas são sentidas, como temos demonstrado. A partir de 1930, todas essas mudanças passam a ser observadas mais contundentemente. Daí, então, se passa uma verdadeira revolução antroponímica no Brasil. Essas inovações constituem um modelo próprio, sistematizado e organizado.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O PAPEL DA MORFOLOGIA PARA O ESTUDO DOS ANTROPÔNIMOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Em seu capítulo intitulado *Antropônimos, Uso e Cognição*, Soledade (2021) faz, de forma sistemática e esclarecedora, abordagens quanto ao significado dos nomes próprios, questão amplamente referendada ao abordamos o significado do nome próprio a partir do que postula Carvalinhos (2011).

Diante de todas essas considerações que perpassaram as questões de significação, classificação e tipologização dos antropônimos, precisamos, agora, destacar os aspectos morfológicos. Para tanto, abordaremos o que têm apontado Rodrigues (2016), Soledade (2018, 2019, 2021), Simões Neto e Rodrigues (2017) e Simões Neto e Soledade (2018).

Nosso primeiro aporte faz referência às abordagens mencionadas por Rodrigues em dois estudos sistemáticos, o primeiro é o que está postulado em seu trabalho de graduação, *Neologismos Antroponímicos com Base na Utilização de Formativos Germânicos no Brasil* (2016) e o segundo, de sua dissertação intitulada *Neologia Antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?* (2019). Tais abordagens ressaltam os conceitos de

bitematicidade e de biformaticidade dos antropônimos no Brasil.

O conceito de bitematicidade se apresenta, segundo Rodrigues (2016), a partir da forma de nomear dos germânicos, que nomeavam seus pares produzindo nomes a partir de dois temas. Por exemplo, o prenome germânico *Arnaldo* é constituído de dois temas. Vejamos: *Aar*: águia (um tema) + *wald*: forte, poderoso (um tema) = *Arnaldo*, portanto, significa ‘águia forte, poderosa’. Levando em consideração esse conceito, de bitematicidade, Rodrigues (2016) apontará que o sistema de nomeação do português brasileiro herdou do sistema germânico o modelo de usar duas formas para produzir nomes inovadores. A diferença essencial é que no Brasil, o modelo adotado é o biformativo, ou seja, em lugar de dois temas, dois formativos que não necessariamente têm em si mesmos significados. É o que se pode notar no prenome *Francisberto* (*francis* ‘franco’: formativo de margem esquerda + *berto* ‘brilhante’: formativo tipicamente de margem direita e que pode, em alguns prenomes, assumir a margem esquerda. Tal discussão é amplamente fundamentada nos trabalhos de Rodrigues (2016), Soledade (2018, 2019, 2021), Simões Neto e Rodrigues (2017), Simões Neto e Soledade (2018), e é partir desses pressupostos que o estudo da morfologia antroponímica trará muitas contribuições à linguística do português do Brasil.

Aventadas as contribuições de Rodrigues, voltaremos nosso olhar ao que considera Soledade (2018, 2019, 2021). Atualmente, Juliana Soledade é coordenadora do Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR, o mais antigo grupo de pesquisa de Linguística Histórica em atividade no Brasil. Além de dedicar-se aos estudos morfológicos do português arcaico, Soledade tem se dedicado com afincamento aos estudos onomásticos no Brasil e à sua divulgação. Através do projeto Novo Dicionário de Nomes em uso no Brasil, desenvolvido na UnB e na UFBA, a autora tem consolidado a pesquisa onomástica aliada à lexicográfica. Ela é um expoente dos estudos onomásticos no Brasil, e suas contribuições são a base para a constituição dessa dissertação. Por esses motivos, queremos ressaltar o que Soledade tem apontado quanto à morfologia dos nomes próprios de pessoa no Brasil.

Sabemos que no português do Brasil, como afirma Basílio (2021 [2004], p. 23) “as classes de palavras também podem ser chamadas de categorias lexicais. As classes envolvidas em processos de formação de palavras são o

substantivo, o adjetivo, o verbo e, de um modo marginal, o advérbio”. Dentre as classes de palavras mencionadas, estamos tratando dos nomes substantivos, sejam eles comuns ou próprios. Essa afirmação se faz pelo fato de muitos nomes comuns serem atrelados ao léxico antroponímico para formar novos nomes.

Para gerar novas palavras, nossa língua se vale de, pelo menos, dois processos que chamamos concatenativos, são processos que ocorrem em cadeia lógica, sequenciada. Sendo eles: composição e derivação. Desses dois processos, o que mais nos interessará será o da composição. Nas palavras de Rocha

A composição configura-se como um processo autônomo de formação de palavras em português, diferente da derivação e da onomatopeia [...]. Juntando-se duas bases preexistentes na língua, o falante pode criar um novo vocábulo, dito composto. (Rocha, 2003, p.187).

A partir da composição, Soledade (2021) aponta que os nomes no Brasil podem se constituir da seguinte maneira: **1 - dois formativos do léxico comum podem formar uma palavra do léxico antroponímico** (rosa + flor: *Rosaflo*); **2 - um formativo do léxico comum e um formativo do léxico antroponímico podem formar uma palavra do léxico antroponímico** (ed + mar: *Edmar*) e **3 - dois formativos do léxico antroponímico podem formar uma nova palavra do léxico antroponímico** (gil + berto: *Gilberto*). Levando em consideração esses aspectos, Soledade (2021) demonstra o comportamento dos formativos na composição dos nomes próprios de pessoa no Brasil e menciona outros processos de formação. Isso se dá, segundo a autora por ser o léxico

[...] uma classe naturalmente aberta dentro do sistema linguístico das línguas naturais e as inovações ou neologismos cumprem a função de dar nome a novos objetos, novas tecnologias, novas ideias, novos comportamentos em uma sociedade em constante transformação. (Soledade, 2021, p. 261).

Essa abertura do sistema antroponímico personativo relaciona-se,

também, segundo a autora, ao fato de o povo brasileiro possuir “[...] menor apego a cânones e tradições, sobretudo se comparado a outras culturas, nas quais o rol de prenomes em uso fica circunscrito a listas de nomes permitidos ou interditos”. (Soledade, 2021, p. 263).

Diante desses argumentos, é importante ressaltar que, ao apontarmos um processo concatenativo, precisamos apontar também processos não concatenativos⁷, aqueles que não obedecem a uma lógica, uma sequência, uma linearidade, na construção de prenomes inovadores brasileiros. Pois como afirma Soledade

O sistema lexical antroponímico, tal qual o sistema lexical comum, não se organiza apenas em torno de listas herdadas e armazenadas na memória dos falantes, mas também em torno de redes, hierarquicamente organizadas, de padrões e esquemas construcionais que permitem a criação de novas unidades tomando como base o que denominamos formativos antroponímicos. (Soledade, 2021, p. 265).

É importante também destacar que, tradicionalmente, nos estudos morfológicos, o conceito abordado é o de morfema ou morfe, como sendo a unidade mínima de significação. Para os estudos da morfologia antroponímica dessa dissertação, adotaremos o termo *formativo*, que vem a ser o elemento que não é necessariamente morfêmico, que se apresenta na construção de prenomes, quer tradicionais, quer inovadores e, embora esse termo seja usualmente utilizado para a descrição de elementos de natureza morfológica, principalmente de processos ditos não canônicos na formação de palavras, podemos aplicá-lo também a elementos que aparecem em processos morfolexicais tradicionais.

3.3.1. A Linguística Cognitiva (LC)

Há variados referenciais teóricos na Linguística. O Estruturalismo, o Funcionalismo, a Sociolinguística, o Gerativismo e a Linguística Cognitiva (LC) são exemplos desses vários paradigmas. Dentre todos eles, adotaremos, para esta dissertação, o viés da LC. Esse viés teórico surge como uma ruptura do

⁷ Segundo Gonçalves (2016), processos como *blend*, *clipping* e *splinters* seriam exemplos de fenômenos não concatenativos.

Gerativismo, de Noam Chomsky. Diante do que apresentam Martellota e Palomanes (2011 [2008]), para o Gerativismo, cada indivíduo possui conhecimento autônomo de uma Gramática Universal (GU) formada a partir de conhecimentos inatos sobre o sistema das línguas e que se constitui de uma ordenação modular. Em cada indivíduo existiria um módulo para cada função: o da linguagem, o da matemática, o da música, por exemplo. Essa corrente de pensamento considera também que todos esses módulos trabalham de maneira independente e que a língua é subdividida em mais módulos independentes, tendo o módulo da sintaxe, papel central na construção das línguas. Por isso, para os que abraçam essa corrente teórica, a sintaxe é a essência da descrição linguística.

Esses princípios ganharam largo espaço na linguística moderna e têm sido difundidos sobremaneira nas últimas décadas. Porém, não foram suficientes para explicar muitas questões relacionadas à linguagem. Surgem, então, opiniões diferentes para conceber a linguagem. Nessas alegações aparecem outros nomes importantes no cenário da linguística.

Ferrari (2020, p. 13) aponta que o termo *Linguística Cognitiva* “foi inicialmente adotado por um grupo particular de estudiosos, entre os quais se destacam George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore e Gilles Fauconnier”, esses estudiosos pretendiam “dar conta das relações entre sintaxe e semântica, investigando especialmente as relações entre forma e significado na teoria linguística”. A LC embasa-se, diferentemente da Linguística Gerativa, em termos de uma perspectiva não modular da linguagem,

que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais e compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual (Ferrari, 2020, p. 14).

Dessa maneira, abre-se espaço para os questionamentos e alegações quanto ao modo de conceber a linguagem de maneira modular. É nesse ponto que residem as principais críticas e questionamentos ao modelo teórico estabelecido pelos gerativistas.

Os linguistas cognitivistas não desacreditam, por exemplo, no fato de

que há, de certo modo, uma habilidade inata para a linguagem. No entanto, deixam de concebê-la como um módulo separado de outras percepções e experiências cerebrais. Assim, para os teóricos dessa corrente linguística “existe uma estreita relação entre linguagem, pensamento e experiência” (Martellota; Palomanes, 2011 [2008], p. 179). Portanto, a experiência linguística é integrada, isto é, não acontece sozinha, mas antes, está inserida numa rede coletiva de sentidos que levará o falante a perceber determinados padrões e, a partir deles, produzir palavras, sentenças e relações entre elas.

Na concepção cognitivista não há significados prontos, mas mecanismos de construção de sentidos a partir de dados contextuais essencialmente ricos e dinâmicos. Em outras palavras, os significados não são elementos mentais únicos e estáveis, mas resultam de processos complexos de integração entre diferentes domínios do conhecimento (Martellota; Palomanes, 2011 [2008], p. 180).

Levando em conta essas considerações, entendemos que a sintaxe deixa de ter um lugar autônomo, de modo que falantes e ouvintes são agora o centro da discussão linguística, passando ao lugar da construção dos significados de suas enunciações. Assim, a LC é uma abordagem que leva em conta o conhecimento humano a partir do seu próprio contato com o mundo e que se volta para o estudo de uma relação entre suas capacidades cognitivas gerais:

Assim, se a teoria gerativa postula que o significado de uma sentença é definido pelas condições sob as quais se pode interpretá-la como falsa ou verdadeira (e, portanto, o significado é concebido como reflexo da realidade), a Linguística Cognitiva defende que a relação entre palavra e mundo é mediada pela cognição. Assim, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Sob essa perspectiva, as palavras não *contêm* significados, mas orientam a construção do sentido (Ferrari, 2020, p. 14).

É através dessa perspectiva que embasaremos nossos estudos em relação aos antropônimos, pois não é de agora que se procura estabelecer um consenso em relação aos nomes próprios de pessoa, tanto no que diz respeito à referência que os nomes próprios podem assumir quanto a sua divisão para a

gramática tradicional em termos de próprios e comuns e isto sem deixar claro o real motivo dessa divisão.

Soledade (2021) nos traz as seguintes constatações:

[...] podemos dizer que nomes próprios podem se referir a uma pessoa de gênero identificado ou não, a uma categoria de pessoas, a características próprias de uma pessoa. O significado original pode ou não ser recuperado, seja na motivação para atribuição do nome, seja em contextos específicos de uso, quando o valor semântico primitivo do nome pode ser recuperado no discurso. [...] nomes próprios não possuem significado léxico declarado, mas exibem significados pressuposicionais de vários tipos: categórico (nível), sentidos associativos/referenciais (introduzidos através do nome do portador ou através do nome), sentidos emotivos e significados gramaticais. (Soledade, 2021, p. 08).

Assim, fica claro que a interpretação que nosso cérebro faz quanto a um substantivo próprio é diferente da que ele faz quanto a um substantivo comum.

Para além dessa distinção, é preciso destacar que há uma similaridade na forma como nosso cérebro armazena informações para construção de novos itens lexicais.

Para construir o significado, segundo os cognitivistas, passamos por importantes processos de conceitualização que envolvem o contato corporal com o meio interno e diversas associações metafóricas. No que diz respeito ao contato através do corpo, entende-se o nosso contato com o mundo se dá através de nosso corpo e a nossa capacidade de entender e estabelecer conceitos se dará de acordo com as limitações físicas que o corpo possui. Um exemplo clássico é a noção de tempo, na qual utilizamos o corpo como referência. Vejamos: nossa noção de passado está sempre para trás, nunca para frente. Essa noção, inclusive, é universal. Quando dizemos que determinada coisa ocorreu tempos atrás, fazemos projeção corporal (com as mãos) para as costas, não usamos a testa ou a parte da frente do corpo para indicar tempo decorrido, mas sim, tempo futuro. Em suma, essa é a noção, ou seja, de pensamento corporificado. Diante disso, podemos entender que nossas experiências se dão das mais gerais, para as mais específicas e que partimos do que é mais concreto para compreender o que é mais abstrato (*Projeção entre Domínios*).

Outro ponto importante a respeito das concepções da LC é o da

mesclagem. Nossa compreensão também se dá a partir do entendimento da união de conceitos. Essa união, aqui chamada mesclagem, criará novos conceitos. A ideia de mesclagem surge a partir das metáforas (associações mentais feitas a partir de um significado analógico entre duas palavras empregando uma palavra a partir do significado de outra), assim, quando associamos uma palavra 1 (suas características) a outra palavra 2, há uma seleção dos atributos/características das palavras 1 e 2, teremos uma terceira palavra 3 com a forma de uma das palavras mas com os atributos da outra. Um exemplo bastante prototípico é aquele em que dizemos que uma determinada pessoa é um cachorro, algumas mulheres dizem de seus parceiros: “meu marido/namorado é um cachorro, sai com várias mulheres”. Se observarmos bem, o termo “cachorro” é empregado tanto pelo fato de que o cachorro é um animal que pode copular com várias cadelas sem estabelecer relações mais significativas; diferente dos psitacídeos, que são monogâmicos; quanto pelo fato da atitude dizer de seu caráter infiel. Isso denota, inclusive, que as questões semânticas estão imbricadas nas questões sintáticas.

É através de muitos dos conceitos tomados da LC que embasaremos nosso olhar para a forma dos prenomes formados a partir do formativo *-lândia*. Buscaremos, em nossa observação, demonstrar que as questões ligadas à formação dos antropônimos gerados a partir desse formativo estão ligadas a critérios que se estabelecem por associações coletivas e de conceitos que podem muito bem ser abordados e explicados pela LC.

3.3.2 A Morfologia Construcional (MC)

A morfologia guarda relação direta com a noção de forma em diferentes usos e construções que abrangem a análise da estrutura interna das palavras e seus constituintes menores, dotados de expressão e conteúdo. A linguagem é abordada em dupla articulação. Pode ser vista em dois planos, um que é o da realização sonora, da forma fonética (plano da expressão) e o outro, que é o do significado, da função (plano do conteúdo). Mattoso Camara Jr, baseado nas concepções de Martinet (1960), concebe a linguagem em duas articulações, a primeira é a morfológica, a segunda é a fonológica.

Um aspecto de suma importância, na caracterização das línguas humanas, é o que o linguista francês André Martinet chamou “a dupla articulação da linguagem” (MARTINET, 1960:17). Ele entende, por essa denominação, a circunstância de que a enunciação linguística se compõe de uma sequência vocal, suscetível de análise, até seus elementos últimos indivisíveis, e uma correspondência, também suscetível de análise, entre os grupos vocais e certas significações que a língua comunica. Como a função fundamental da língua é a comunicação entre os homens, tem-se nessa correspondência a primeira articulação. A segunda articulação é a das sequências vocais consideradas em si mesmas. Quando ouvimos uma língua que não conhecemos, só percebemos, de maneira mais ou menos exata, ou bastante aproximada, essa segunda articulação. (Martinet 1960 *apud* Camara Jr., 2019, p. 43).

Feitas essas acepções no âmbito dos estudos morfológicos, voltemos nossos olhos ao que nos propõe a *Morfologia Construcional – MC* sob o modelo de Booij (2010). Para tal, queremos apresentar duas considerações de Gonçalves (2016) que explicitam de modo geral as concepções desse viés teórico:

(1) o modelo de Booij (2005, 2007, 2010) se inscreve no paradigma da Linguística Cognitiva e adapta a abordagem construcionista de autores como Goldeberg (1995) e Goldberg e Jackendoff (2004) voltados para a sintaxe, à descrição de fatos morfológicos. Na Linguística Cognitiva (cf Langacker, 2008), a gramática é essencialmente simbólica, o que implica dizer que há um pareamento fundamental entre estrutura semântica e estrutura fonológica. A diferença dessa afirmação para a noção de signo saussuriano é que, por signo, na Gramática de Construções (Goldeber, 1995, 2006) entendem-se quaisquer estruturas linguísticas, de qualquer nível, não havendo, portanto, separação dos chamados componentes da gramática, como no gerativismo. (Gonçalves, 2016, p. 20-21).

(2) Booij (2010) mostra que uma abordagem construcional possibilita tratar mais satisfatoriamente a relação entre semântica, sintaxe, morfologia e léxico, observando melhor as semelhanças de formação dos níveis de palavra e da frase. Assim, a MC constitui enfoque bem mais integrado para a morfologia. Esquemas morfológicos podem ser interpretados como padrões sintáticos gramaticais ou expressões idiomáticas no nível da palavra [...]. (Gonçalves, 2016, p. 23).

Levando em conta as assertivas acima, podemos dizer que existe, na mente de cada falante, um tipo de abstração que pode ser identificada como esquema de construção. Essas abstrações são fruto de generalização que

determina a apreensão de padrões linguísticos, denominados esquemas construcionais. Os esquemas, em morfologia, são grandemente responsáveis pela renovação do léxico das línguas por parte dos falantes, uma vez que, a partir deles, é possível a criação de novos nomes, sejam eles comuns ou próprios.

Por todas essas relevantes considerações dos estudos linguísticos, e a partir delas, essa dissertação se volta para o modelo da morfologia construcional. Nesse sentido, cabe a nós apresentar e explicar o entendimento teórico desse modelo e em que se constituem os esquemas construcionais dos nomes próprios de pessoa. O esquema abaixo representa o modelo construcional dos nomes de pessoa:

$$\langle [X]_{F1} [X]_{F2} \rangle_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa associado ao formativo X}]_{NP}$$

Para explicá-lo referendamos o que afirma Rodrigues (2021)

Na demarcação do esquema atuam os símbolos “menor que” (<) e “maior que” (>). No primeiro bloco, estão representados, dentro dos colchetes, os formativos X, denominados de “F1” e “F2”. Ao formular esquemas pautados no uso, um dos *slots* será ocupado pelo formativo investigado, enquanto o outro permanecerá sendo representado por X. O que vai estabelecer o preenchimento dos *slots* será a posição ocupada pelo formativo em análise – se em posição inicial ou com base mais à esquerda ou se em posição final ou com base mais à direita. Nesse sentido, são a recorrência e o encadeamento morfolexical previsível duas características associadas aos formativos, porém, o que realmente determinará a posição de cada um em dada construção é o uso, resultante da criatividade do falante. O símbolo da seta dupla (\leftrightarrow) indica a correção entre a contraparte formal e a contraparte significativa. Após, está a informação semântica. Em ambos, há a indicação “NP”, que se refere a um nome próprio. (Rodrigues, 2021, p. 67).

Ao longo dos anos, muitas investigações e estudos têm procurado explicar melhor algumas questões sobre a morfologia, sobretudo as que se voltam para a questão do signo e do significado e das fronteiras entre derivação e composição.

Nessas investigações e estudos, a grande base tem sido as principais diferenças pautadas por Joaquim Mattoso Câmara Júnior, ao estabelecer

fronteiras significativas entre a derivação e a flexão. Aliado ao pensamento de Câmara Jr., há também as demais proposições de diversos autores que identificam ligeiras diferenças nos padrões de formação de palavras do português brasileiro que não são possíveis de serem explicadas somente com a argumentação outrora pautada por nosso renomado linguista. Assim, nesse cenário de investigação dos estudos morfológicos, surgem autores que buscam, através de um viés descrito por meio da morfologia construcional, explicar, de forma mais adequada, questões como as chamadas formas combinatórias descritas por Gonçalves (2011) e a própria formação dos nomes próprios de pessoa, nos termos de Soledade (2018, 2019, 2021), Simões Neto (2020) e Rodrigues (2016, 2020, 2021).

Por isso, é necessário entender no que se pauta a Morfologia Construcional e quais são as suas contribuições para o modelo de estudo dos antropônimos.

Antes de prosseguirmos, traremos uma definição do que vem a ser a Morfologia Construcional (MC). Dizemos que a MC é uma teoria de análise que entende o léxico mediado através de uma rede hierárquica de sentidos que se ativam por meio de esquemas morfológicos, os quais permitem ao falante interpretar e criar novas palavras. Esses esquemas morfológicos têm duas funções básicas: “(i) motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas; (ii) preveem como esse conjunto pode ser expandido por meio de uma rede de relações hierárquicas” (Simões Neto, 2017, p. 471).

Levando em conta a definição de MC e as funções que os esquemas construcionais possuem, é importante registrarmos também que tais esquemas são representados da seguinte maneira:

Os esquemas morfológicos são representados por meio de estruturas arbóreas em que há esquemas dominantes que tendem a apresentar maior generalização que os esquemas dominados, que, dentro dessa visão, são chamados de subesquemas. (Simões Neto, 2017, p. 471).

Retomando o que já apontamos em relação ao que representa, dentro do esquema, cada marcação gráfica a partir da abordagem de Rodrigues (2021), precisamos considerar que os esquemas construcionais apresentam, e,

talvez, seja essa a maior e mais significativa contribuição da MC para os estudos morfológicos, um pareamento entre forma, significado e função. Com argumentação diferente da já postulada por Câmara Jr. e da Regra de Formação de Palavras (RFP) apresentada pelo modelo gerativista de Aronoff. Assim, questões que ainda estão sem uma definição ou uma explicação mais clara no âmbito da formação de palavras podem ser bem elucidadas a partir da MC.

A MC vem sendo difundida ao longo dos anos, portanto não é de toda uma teoria recente, porém ainda é pouco difundida no Brasil. A base para o modelo é dada por Geert Evert Booij, um linguista holandês e professor emérito de linguística na Universidade de Leiden. Três trabalhos do autor são fonte importante para entendermos no que se pauta a MC. No primeiro deles, denominado *Compounding and derivation: evidence for construction Morphology* (2005), Booij aborda um novo modelo de conceber as estruturas morfológicas das línguas naturais. No segundo, intitulado *Construction Morphology and the Lexicon* (2007), o autor aborda o papel que o léxico desempenha nos processos de formação de palavras e por fim, no terceiro trabalho, *Construction Morphology* (2010), Booij nos traz uma introdução ao paradigma da MC.

Assim, a partir dessas publicações, identificam-se três demarcações da morfologia contemporânea: **1 - a diferença entre construções compostas e sintáticas; 2 - a distinção entre composição e derivação e 3 - os limites entre a composição e a derivação.** De forma breve, percorreremos cada uma dessas demarcações a partir do detalhamento considerável dos professores Carlos Alexandre Victório Gonçalves e Maria Lúcia Leitão de Almeida (2014) e também das considerações bastante esclarecedoras de Natival Almeida Simões Neto (2017).

No que diz respeito à questão da limitação entre construções compostas e sintáticas, Booij (2005), segundo Gonçalves e Almeida:

Procura comprovar que a demarcação entre composição e derivação não é viável, contrariando propostas como a de Anderson (1992), para quem compostos apresentam estrutura interna acessível à sintaxe e, por isso mesmo, não constituem objeto de estudo da morfologia. Com o objetivo de mostrar que composição e derivação constituem processos semelhantes, Booij (2005) enumera alguns

casos fronteirços na morfologia, como a relação entre a composição e a prefixação (Gonçalves; Almeida, 2014, p. 167).

Nesse sentido, a alegação feita pelo autor é a de que a fronteira entre composição e derivação não é totalmente explicada com a divisão entre formas lexicais e gramaticais.

Se levarmos em conta as diferenças de organização e de realização segmental, voltaremos o nosso olhar para o segundo critério apontado por Gonçalves e Almeida (2014), isto é, o da **distinção entre composição e derivação**. Segundo Booij (2005) palavras gramaticais podem possuir contraparte prefixal e algumas diferenças, se apresentam apenas por questões de realização segmental. Nos exemplos abordados por Gonçalves e Almeida (2014) temos o caso de “pós” e “após” que se realizam de forma segmental diferente, no entanto, possuem o mesmo significado, o de ser algo realizado depois de outra coisa.

Observando ainda outros exemplos apreciados por Gonçalves e Almeida (2014), apontamos o caso das palavras “vale-refeição” e “tubarão-martelo”. Usaremos esses exemplos para tratarmos da **delimitação entre a composição e a derivação**. Se observamos as palavras apresentadas (vale-refeição e tubarão-martelo), entenderemos que elas se apresentam como compostos de base livre e que sua cabeça lexical oscila de posição, com núcleo sempre à direita. No caso, por exemplo, das palavras “entreaberta” e “contra-ataque”, em que aparecem preposições já cristalizadas na língua (entre e contra) tais palavras, denominadas de preposições-prefixos, jamais assumem o lugar da cabeça lexical, o sentido da palavra resultante será sempre o da palavra a qual foi acoplada. Vejamos: o sentido de entre-aberta está muito mais para a palavra aberta do que em entre, que, em ligeiras palavras, não tem sentido sem a palavra “aberta”, nesse caso de composição,mas, se acoplada, nos dará total entendimento do que precisa expressar. Além disso, *entre* quer dizer de uma coisa que está no meio de outras duas coisas, já *entre-aberta* diz-se de algo que não está fechado e nem aberto, quer dizer outra coisa, outra entrada lexical. O mesmo acontece com a palavra contra-ataque.

É diante destes exemplos significativos que Gonçalves e Almeida (2014) apresentam que para Booij (2005) a semelhança estrutural entre composição e derivação pode ser formalizada por meio de esquemas generalizados.

[...] a forte semelhança entre derivação e composição pode ser responsável pela adoção de um modelo de descrição baseado na teoria da Morfologia Construcional. Padrões derivacionais e sub-padrões de composição são construções idiomáticas, esquemas intermediários entre palavras complexas individuais no léxico e esquemas de formação de palavras mais abstratos (Booij, 2005, p.130 *apud* Gonçalves; Almeida, 2014, p. 169).

Através dessas considerações, procuramos demonstrar o entendimento dessa relevante teoria para a análise da formação de palavras no português do Brasil. Passaremos a demonstrar as contribuições da MC diante da análise da formação de antropônimos.

a) A herança do corpo fônico

O papel que a fonologia exerce no modelo booiijiano é coadjuvante. Para Booij, nas palavras de Simões Neto (2017, p. 472) “é por meio dos recursos fonológicos que as palavras são materializadas simbolicamente”. Diríamos que é através da semelhança fônica das palavras que o falante faz determinadas associações e que tais associações levam-no à produção e correlação entre as palavras. No entanto, é preciso considerar que há casos em que essa correlação (palavra – som – semelhança - palavra nova) não estará potencialmente estabelecida. Exemplos de casos assim na língua são os das palavras que na sua passagem do latim ao português, ora apresentam-se de forma mais arcaica, ora apresentam-se em sua nova forma na nova língua (casos de alomorfia). Simões Neto considera que

Diante disso, sugere-se que um falante possa, facilmente, estabelecer a relação entre *família* e *familiar*, mas o mesmo talvez não se possa dizer de um par como *cabelo* e *capilar*, que se lança como exemplo para o fato de o fenômeno da alomorfia ser um provável entrave para assunção da herança do corpo fônico como propriedade imprescindível nesse modelo (Simões Neto, 2017, p. 473).

Mesmo assim, não devemos anular a herança do corpo fônico, mas sim, nesses casos, levar em conta que é necessário agregar as palavras que apresentam alomorfia, as relações léxico-semânticas e históricas.

A herança total do corpo fônico é uma propriedade, até certo ponto, anulável, se e somente se o fenômeno de alomorfia não impedir que as relações léxico-semânticas possam ser claramente estabelecidas entre *input* e *output* (Soledade; Simões Neto, 2015 *apud* Simões Neto, 2017, p. 475).

b) A categoria lexical do *output*

Outra característica importante para o modelo construcional de Booij é o da categoria da palavra resultante ou produzida a partir de outra, da semântica de outra. Para o autor, segundo afirmam Gonçalves e Almeida (2014) e Simões Neto (2017), o modelo construcional volta-se para o *output*.

Algumas palavras, para formarem outras, se utilizam de uma categoria específica de palavras. Basílio (2021 [2004], p. 23) afirma que verbos, substantivos, adjetivos e alguns advérbios, de forma marginal, são as classes de palavras que se destinam a formar outras. No entanto, essas palavras, selecionam categorias gramaticais específicas. É nesse aspecto que o modelo de Booij contribui substancialmente para o caso das palavras resultantes.

Com essa assunção de que a categoria do *input* seja uma informação anulável, o modelo booiiano se verá livre de outro entrave no modelo aronoffiano: as palavras complexas cujas bases não são formas livres na língua. Uma maneira de como Booij (2010) lidou com essa situação está na proposição das *relações paradigmáticas* que se assemelham com as propostas por Basílio (1980), dentro de um quadro gerativista. Entretanto, há, agora, uma ênfase para o fator semântico. Tanto as proposições de Booij (2010) quanto as de Basílio (1980) intentam não marginalizar esses casos, enquadrando-os em esquemas/regras mais gerais, a fim de diminuir o nível de arbitrariedade dessas palavras (Simões Neto, 2017, p. 479).

Ainda fazendo referência ao *output*, para o modelo booiiano a palavra resultado conterá o significado da palavra da qual foi tomada e terá também o mesmo grau de complexidade. Por isso, o *output* leva em conta a carga semântica que a palavra resultado tem em relação à palavra da qual foi tomada. Assim, considera-se que “a categoria do *output* e as propriedades semânticas de um processo morfológico são fundamentais para a sua formulação” (Simões Neto, 2017, p. 481).

c) A contraparte semântica

A última categoria elencada para o modelo boijiano é a de que, apesar de uma palavra composta ser formada a partir de dois constituintes, seu resultado não implicará, de todo, na soma de suas duas partes, mas sim, em um significado específico

Embora destaque a centralidade do componente semântico para um modelo construcional aplicado à morfologia, é tímida a incursão de Booij sobre as questões que por implicam uma reflexão acerca dos sentidos e das relações que estes estabelecem entre si (Simões Neto; Soledade, 2015, p. 115 *apud* Simões Neto, 2017, p. 489).

No entanto, essas considerações são um tanto quanto problemáticas, uma vez que tratar de polissemia podem levar a questões que não ficam, de todo, solucionadas no esquema, devido à alta produtividade polissêmica de uma mesma palavra.

3.3.3 Os brasileirismos e os processos de formação de antropônimos

A inovação antroponímica no Brasil parece surgir a partir do modelo herdado pelos povos germânicos. Segundo Letícia Rodrigues (2016), em seu trabalho de conclusão de curso denominado *Neologismos Antroponímicos com Base na Utilização de Formativos Germânicos no Brasil*, pode-se levantar a hipótese de que a inovação antroponímica no Brasil tem base no modelo bitemático que era utilizado pelos povos germânicos. A investigação dessa hipótese resultou também na dissertação de mestrado da mesma pesquisadora em (2019), intitulada: *Neologia Antroponímica: o que os Nomes de Origem Germânica têm a nos dizer?* e posteriormente, no livro editado pela EDUFBA – *Antropônimos Inovadores – de germânicos a baianos* (2021), esses trabalhos de Rodrigues foram amplamente consolidados por outros autores como Soledade (2018, 2019, 2021) e Simões Neto e Soledade (2018) atestando que a inovação antroponímica no Brasil é, de fato, gerada a partir de um modelo biformativo, pois, diferentemente do que ocorria com os prenomes de origem germânica, grega ou mesmo alguns latinos, nos utilizamos de dois formativos e não dois temas. Como já bem mencionamos, ao apresentarmos o nome germânico *Arnaldo* (constituído por dois temas, sendo eles: *Aar*: águia + *wald*:

forte, poderoso) esse prenome é composto por duas partes significativas, cada uma destinada a designar, possivelmente, características, sejam elas físicas ou relacionadas a outros aspectos sócio-culturais do indivíduo que o recebeu. Assim, o prenome é constituído de dois temas e, nesse caso, por duas palavras do léxico comum. A essa característica, denominamos modelo bitemático.

Os brasileiros, por sua vez, na construção de sua inovação antroponímica, assimilaram, por razões históricas e sociais já apresentadas, o modelo bitemático de formar prenomes, mas com outra configuração. O que se pode notar é que a partir de sua criatividade, o falante gera novos prenomes com base na utilização de formativos antroponímicos (formas recorrentes em prenomes de diversas origens), com muitas especificidades. A esta peculiaridade da antroponímia brasileira, chamamos biformatividade.

Diríamos, então, que essa é uma das principais características da inovação antroponímica no Brasil, além das já mencionadas até aqui. Exemplos de prenomes formados dessa maneira são aqueles em que o pai e a mãe associam partes de seus nomes para nomearem seus filhos. O prenome *Adilan* é formado, possivelmente, a partir de outros dois prenomes (*Adilson* + *Ana*), assim como o prenome *Carleana* que é, provavelmente, formado a partir dos prenomes *Carlos* e *Ana*. Olhando para esses prenomes e para a sua composição, o que podemos destacar é que mais importa para o falante a afetividade e a sonoridade, ademais dessas questões, o nome será utilizável para quem os constitui, assim como os prenomes já estabelecidos e utilizados com recorrência, como é o caso dos prenomes *Maria* e *José*.

Outro aspecto importante para mencionarmos é que o falante toma tais partes dos prenomes e as utiliza como se fossem formas presas, atribuindo-lhes caráter de afixos. Apesar de mencionarmos estes termos, vale frisar que adotamos a nomenclatura utilizada por Gonçalves (2016) e denominaremos de *formativo* todas as partes segmentáveis de um determinado prenome. Assim, pode ser que o falante tome determinada parte de um prenome e nela contenha o seu significado total ou não. Estamos tratando de um processo que vai se estabelecendo na antroponímia brasileira, por isso, é importante dizer que nem sempre será possível determinar o significado das formas dos prenomes, o que não acontece de modo geral nas palavras do léxico comum.

Na grande maioria de suas ocorrências, é possível identificar o significado etimológico de suas partes. Nos exemplos que mencionamos, ao nos utilizarmos dos prenomes *Adilan* e *Carleana*, dificilmente, encontraremos um significado para o novo nome que se construiu a partir deles, possivelmente, encontraríamos o significado dos formativos germânicos que constituíram os nomes do quais eles foram tomados (*Adilson, Carlos e Ana*). Por isso, o significado dos nomes inovadores não está na associação das razões ligadas às questões etimológicas, mas sim, das razões afetivas e sonoras. Como bem afirma Soledade (2021, p. 265) “cada nome inovador no Brasil carrega em si mesmo uma história própria e particular”.

A partir desses esclarecimentos, passaremos a demonstrar, segundo as concepções de Soledade (2021), os processos de construção de novos prenomes no português do Brasil. Nossa autora aborda oito processos de formação. Discorreremos, brevemente, sobre cada um deles.

a) Transposição do léxico comum para o léxico antroponímico

Atualmente, no Brasil, existem vários prenomes que foram tomados do léxico comum. Italiano Alves (2021) analisa a transparência semântica dos prenomes tomados da cosmogonia. Em seu artigo *A Transparência Semântica dos Prenomes com Origem na Cosmogonia e entes da Natureza*, a autora aponta que

Nomes com significados mais transparentes, geralmente apresentam tal propriedade em virtude de serem palavras do léxico comum, além do fato dessa transcategorização – de nome comum em nome próprio – ocorrer dentro de uma sincronia e no mesmo idioma. (Italiano Alves, 2021, p. 146).

Por isso, encontrarmos prenomes tomados do léxico comum é cada vez mais frequente no processo de inovação. Os prenomes *Sol, Mel* e *Lua*, aparecem, respectivamente, com 527, 4.159 e 2.542 ocorrências no *site* do IBGE, o que demonstra o uso frequente de palavras do léxico comum transpostas para o léxico antroponímico.

b) Alterações gráfico-fônicas

Como temos apontado, o uso dos prenomes carrega particularidades em sua história. O falante, por sua vez, confere a cada nome escolhido as alterações que bem lhe parecem. Assim, em muitos casos, nomes já consolidados na antroponímia recebem alterações em sua grafia e passam a constituir novos prenomes. No entanto, há casos em que o falante promove algumas alterações gráfico-fônicas no prenome por tentativas de conferir a esses prenomes um aportuguesamento e, nesse caso, as razões irão da baixa escolarização até a vontade própria do falante. Determinadas alterações na escrita gerarão novos sons e, conseqüentemente, singularidade ao prenome.

Também é possível encontrar variados casos em que um nome tradicional é levemente alterado em sua configuração gráfico-fônica, a fim de gerar um nome inovador, até agora, os nossos dados revelam que, nesse fenômeno predominam alterações entre os fonemas [b]~[d] e [d]~[t], mas não exclusivamente: *Cívia* (23 f. – *Lívia*), *Dalbino* (35 m. – *Balbino*), *Deatriz* (26 f. – *Beatriz*), *Dejamim* (22 m. – *Bejamim*), *Derenice* (337 f. – *Berenice*), *Fâmela* (60 f. – *Pâmela*), *Ingrit* (152 f. – *Ingrid*), *Talila* (282 f. – *Dalila*), *Tanilo* (97 m. – *Danilo*), *Tiego* (1.287 m. – *Diego*). (Soledade, 2021, p. 266).

Vejamos o caso dos prenomes *Beatriz* e *Diego*, retirados da citação acima, que ao sofrerem alterações gráfico-fônicas, passam a contrastar em suas consoantes iniciais.

No par de prenomes *Beatriz* e *Deatriz*, podemos observar a mudança de [b] ~ [d], ou seja, alteração de uma consoante inicial oclusiva, bilabial, sonora para outra, também oclusiva, sonora, mas alveolar. Já nos prenomes *Diego* e *Tiego*, em que se pode notar a seguinte alteração: [d] ~ [t], o que ocorre é que uma consoante oclusiva, alveolar e sonora é alterada para uma consoante oclusiva, alveolar, surda. Observando bem, entendemos que as alterações foram promovidas de forma contrastiva e, que essas mudanças, tornaram individualizados prenomes já consagrados na língua, de certa forma. Apesar de sua individualidade, não é possível saber, a menos que perguntemos diretamente ao falante, quais razões levaram-no a promover as mudanças nas consoantes iniciais dos prenomes. Esse processo tem sido bastante produtivo

para a inovação. Existe uma série de pronomes alterados em grafia e em som que são, em sua grande maioria, inovações de prenomes já consagrados.

c) Hipocorização

A hipocorização consiste no processo em que os nomes personativos são reduzidos por perdas fônicas (aféreses, síncope e apócope) ou por reduplicação de sílabas tônicas ou átonas e também, por acréscimos de formativos na margem direita (diminutivos ou aumentativos) mantendo sempre, relação direta com o prenome de origem. Lima, Silva e Gonçalves (2008, p. 117 *apud* Gonçalves, 2019) definem hipocorização da seguinte maneira: “processo morfológico pelo qual antropônimos são encurtados afetivamente, resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original”.

A hipocorização é um dos processos morfológicos mais utilizados pelo falante e, cada vez mais, os hipocorísticos têm se consolidado como prenomes. Todas as ocorrências apresentadas abaixo aparecem na plataforma “todos os nomes” como sendo prenomes utilizados no Brasil. Com exceção daqueles tomados por aumentativo, que aqui consideramos os hipocorísticos mais prototípicos, uma vez que não encontramos registro como prenomes, todos os demais são prenomes. Somente *Diegão* e *Cainho*, não aparecem sendo utilizados como prenomes. Vale ressaltar que, apesar da definição apresentada por Gonçalves (2019), Amaral e Seide (2020) e Soledade (no prelo) apontam que diminutivos e aumentativos constituem-se também como hipocorísticos.

Jennyffer ~ *Jenny* (apócope);

Carlos ~ *Cacá* (reduplicação da sílaba tônica);

Elias ~ *Lias* (aférese);

Talita ~ *Tita* (síncope).

Diego ~ *Diegão* (aumentativo);

Caio ~ *Cainho* (diminutivo)

d) Construções Bifformativas

As construções biformativas, base do modelo brasileiro de formação de antropônimos inovadores, advêm da junção de dois elementos (formativos ou itens lexicais) que podem ser tanto do léxico onomástico pessoal quanto do léxico comum. Segundo Soledade (2022, p. 267)

Excetuando-se a transcategorização, as alterações gráfico-fônicas e a hipocorização, nos demais processos, sejam de natureza compositiva, sejam de natureza afixativa, ou não concatenativa, predominam os nomes construídos pela junção de dois elementos (formativos ou itens lexicais) que podem ser tanto provenientes do léxico onomástico pessoal quanto do léxico comum.

Os nomes inovadores brasileiros têm se formado de maneira bastante significativa a partir desse processo. Nos prenomes *Francisvan*, *Brisamar* e *Francismar*, temos as seguintes formações: *Francismar* (*francis* + *van*, dois formativos do léxico onomástico), *Brisamar* (*brisa* + *mar*, dois formativos do léxico comum) e *Francismar* (*francis* + *mar*, um formativo do léxico onomástico pessoal e um formativo do léxico comum).

A partir desses exemplos, podemos afirmar que o léxico onomástico pessoal inovador brasileiro não é restrito e permite construções diversificadas, pautadas muito mais em questões destinadas a agregar valores afetivos, pessoais e não somente os denotativos como outrora se fazia na constituição da antroponímia. Há, majoritariamente, valor referencial, pautado num amplo conceito de nome próprio de pessoa, associado pelo falante numa verdadeira rede de sentidos e agregações.

e) Composição por aglutinação e por justaposição

Nas palavras de Rocha (2003, p.187)

A composição configura-se como um processo autônomo de formação de palavras em português, diferentemente da derivação e da onomatopeia. Juntando-se duas bases preexistentes na língua, o falante pode criar um novo vocábulo, dito composto.

A partir dessa afirmação, dizemos que, no caso do léxico antroponímico, a partir da composição, seja ela com ou sem perda fonológica, podemos formar novos prenomes. Vejamos:

Analídia (*Ana* + *Lídia* - composição por justaposição);

Ivanilton (*Ivan* + *Nilton* - composição por aglutinação).

f) Formação na margem esquerda e na margem direita

Alguns formativos, por seu vasto uso, só ocupam uma das margens. Assim, a depender da margem ocupada, o uso do prenome pode estar destinado a um gênero em específico ou aos dois.

Os formativos que ocupam a esquerda destinam-se a formar prenomes que servem a ambos os gêneros. Já os formativos de margem direita, na grande maioria de suas ocorrências, destinam-se a formar prenomes que servem a apenas um dos gêneros, mas também podem servir a ambos os gêneros.

O formativo *Ed(e/i)-*, por exemplo, ocupa somente a margem esquerda. Os prenomes formados por ele são tanto femininos quanto masculinos. *Edir* é um prenome que serve a ambos os gêneros. Outro formativo, mas que nesse caso, pode ocupar tanto a margem direita quanto a esquerda é o *van-/van*. Dizemos que esse formativo apresenta mobilidade distribucional e que forma tanto prenomes masculinos quanto femininos. O prenome *Van* pode ser utilizado tanto para homens quanto para mulheres. Já o prenome *Vancarlos*, só aparece em ocorrências masculinas e o prenome *Vanise* aparece com apenas três ocorrências masculinas, o que indica que o seu uso é essencialmente feminino. É importante notar que tanto numa ocorrência como na outra, o formativo aparece na margem esquerda.

Os formativos de margem direita, por sua vez, geralmente, se destinam a formar prenomes que servirão a um dos gêneros, mas também poderão servir a dois gêneros. *-elson* é um formativo essencialmente de margem direita, que forma prenomes masculinos. Exemplos que fundamentam essa afirmação são *Francielson*, *Jucielson*, *Julielson*, *Lucielson*, *Marielson*, entre outros.

g) *Splinters*

O uso de *splinter* é de muita relevância para o entendimento dos nomes inovadores. Essas formações ajudam-nos a compreender que a inovação está a dispor do falante. Esse processo de formação bastante fronteiro é assim denominado por Gonçalves (2013, p. 139 *apud* Gonçalves 2019, p. 155).

Em inglês, *splinter* originalmente significa “fragmento”, “pedaço”, “lasca”. Na literatura morfológica, por sua vez, remete a partes de palavras que, retendo o significado de forma original, recorrem numa borda específica de novas formações lexicais.

Nas palavras de Soledade (2021, p. 268) essas quebras não morfêmicas tornam-se, na língua, verdadeiros afixos. Com o léxico antroponímico não é diferente. Assim, esses formativos, tomados a partir de *splinters*, ocupam tanto a margem esquerda quanto a margem direita dos prenomes. Exemplos de uso desse formativo são as formações a partir de *francis-*, como aparece no prenome *Franciscleide*. O que diferencia, no caso dos antropônimos, um formativo de margem direita ou esquerda de um *splinter* é que estes apresentam um grau de recorrência que lhes dá o status de afixos na língua, enquanto os outros aparecem em construções esporadicamente.

h) Cruzamento vocabular

O léxico antroponímico se vale também de cruzamentos vocabulares para gerar novos prenomes. Em muitos dos casos, os pais associam seus nomes para dar um prenome ao filho e, nessa associação, criam nomes inovadores.

Os cruzamentos vocabulares são definidos por Soledade (2021, p. 268) da seguinte maneira: “o fenômeno conhecido como cruzamento vocabular, também identificado como palavra-valise e *blend*, é um processo que origina uma nova palavra a partir de duas palavras matrizes”. É vasta a quantidade de prenomes que, muito provavelmente, foram constituídos a partir desse processo de formação. Vejamos alguns exemplos: *Francitônia* (*Francisco* + *Antônia*), *Adilan* (*Adilson* + *Ana*); *Edívia* (*Edson* + *Olívia*).

Como veremos na análise dos dados, o formativo *-lândia* vem desempenhando um importante papel na renovação da antroponímia brasileira, deixando clara a função relevante das construções morfológicas na organização hierárquica do sistema lexical onomástico personativo.

4 METODOLOGIA

Essa dissertação de mestrado é a continuidade de dois trabalhos de Iniciação Científica. Nos trabalhos desenvolvidos ainda na graduação, nos dedicamos a observar a composição morfológica e o comportamento dos formativos *Ed-* e *-berto*⁸, *Van-* e *-van*⁹. A posição do formativo, bem como a sua origem, pode em muito contribuir para a geração de nomes inovadores. Assim, partindo dos trabalhos já mencionados, intentamos investigar o formativo *-lândia*.

Nossas investigações se vinculam ao do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília – PPGL/UnB, na linha de pesquisa de Léxico e Terminologia, da área de concentração Teoria e Análise Linguística em conjunção com o Projeto *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, que é desenvolvido na Universidade de Brasília – UnB e na Universidade Federal da Bahia - UFBA, sob a coordenação da professora doutora Juliana Soledade Barbosa Coelho. O projeto é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Em atividade desde 2017 com a parceria de outras universidades brasileiras e estrangeiras, como a Universidade Federal da Bahia - UFBA e a Universidade de Coimbra - UC, além de contar com inúmeros colaboradores, entre doutores, mestres, mestrandos e estudantes de graduação, o Projeto *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* está vinculado ao Programa para a História da Língua Portuguesa - PROHPOR, fundado em 1990 e cadastrado no CNPq em 1991, então sob coordenação da professora doutora titular emérita da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*). Atualmente, coordenado pela professora Juliana Soledade, o PROHPOR possui diversos ramos e áreas de estudo correlatas à história, à consolidação e à preservação da Língua Portuguesa no Brasil.

A partir dos dicionários de José Pedro Machado (2002) e Antenor Nascentes (1962), é possível perceber que a antroponímia brasileira passou por uma grande revolução. Com intuito de mapear essas mudanças e registrar

⁸ Prenomes Neológicos Brasileiros numa Perspectiva Morfológica, trabalho de iniciação científica.

⁹ Nomes Inovadores com o formativo Van- e -van, trabalho de iniciação científica.

as inovações ocorridas é que se desenvolve o *Projeto Novo Dicionário de Nomes no Brasil*, além de objetivar também o processo de tornar amplamente divulgados e de fácil acesso os dados por ele levantados.

Observando todos esses aspectos, além daqueles que são relevantes para o embasamento teórico e para a linguística, fizemos o levantamento dos dados, a análise teórica e a construção dessa dissertação.

Inicialmente, procuramos aprofundar as leituras acerca da antroponímia brasileira e dos processos de formação de nomes comuns e próprios. A pesquisa, que é bibliográfica, conta com a produção científica dos colaboradores do projeto *Novo Dicionário de Nomes do Brasil*. Os estudos são associados ao ramo da linguística denominado *Onomástica* e diversos ramos e teorias linguísticas como a Morfologia Construcional, a Linguística Cognitiva, a História da Língua Portuguesa no Brasil e a Sócio-história do Português no Brasil.

Depois, fizemos também um levantamento dos dados a partir do Dicionário de Nomes no Brasil¹⁰. Essa parte da pesquisa contou com quatro nomes já dicionarizados. Em seguida, levantamos dados por meio de pesquisa junto ao Relatório de Vidas do plano de saúde dos servidores e dependentes do Estado da Bahia. O relatório conta com 10.280 páginas com nomes completos e datas de nascimento. Excluindo os nomes repetidos e aqueles que figuravam também como topônimos, foi possível encontrar 81 nomes registrados a partir do formativo *-lândia*. *Aviderlandia*, *Georlandia* e *Marislandia* são exemplos de nomes encontrados no corpus. Outros 21 nomes foram coletados a partir de inferências, conversas informais e por meio de pesquisa na base do censo demográfico de 2010 do IBGE¹¹.

Após o levantamento, os dados foram tabulados conforme sequência a seguir: prenome, gênero (masculino e feminino), ano do primeiro registro, região e estado, segmentação (em margem direita e esquerda), dicionário (levando em conta se havia registro nos dicionários de Nascentes, Machado e Guérios) e observações. Depois, analisamos o formativo a partir de sua origem etimológica, avaliando-o como um formativo onomástico, levando em conta a

¹⁰ <https://dicionariodenomesdobrasil.com.br/>

¹¹ <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#!/search>

relação entre toponímia e antroponímia, uma vez que é, originalmente, um formativo toponímico que passou a ser antroponímico no Brasil. Foram levados em conta também, em relação ao tipo de descrição formal, os seguintes aspectos: posição e natureza da combinação. Fichamos no *Novo de Dicionário de Nomes em uso no Brasil* os nomes que ainda não estavam registrados.

5 ANÁLISE

5.1 A ORIGEM ETIMOLÓGICA DO FORMATIVO

Os estudos etimológicos são um grande aliado dos estudos onomásticos. Saber os significados dos termos que deram origem aos formativos pode ajudar a compreender os motivos pelos quais eles foram tomados por um determinado sistema linguístico. No entanto, como já demonstramos até aqui, os significados, muitas vezes, se perdem, e o uso do formativo associa-se a outras questões.

Na verdade, fazer etimologia de nomes próprios pode tornar-se uma tarefa extremamente difícil, uma vez que muitos deles foram inventados e não é possível acompanhar o seu trajeto. Também, quanto aos nomes tradicionais, em muitos casos é possível descobrir a etimologia, mas o significado é um tanto obscuro (Viaro, 2004, p. 311).

Por isso, para entendermos não só a forma dos antropônimos gerados a partir de *-lândia*, partiremos, inicialmente, de sua origem etimológica. Segundo o Dicionário Onomástico de José Pedro Machado (1952)

-lândia, suf., aportuguesamento moderno do germânico *land*, <<terra>>, usado para traduzir topônimos estrangeiros em que – land entra como elemento de composição, por exemplo, no caso de *Finlândia*, *Groelândia*, *Islândia*; é muito frequente no Brasil em topônimos de formação recente: *Brasilândia*, *Cedrolândia*, *Cipolândia*, *Cirilândia*, *Cordislândia*, *Craolândia*, *Cravolândia*, *Cristalândia*, *Crixalândia*, *Crucilândia*, *Cruzlândia*, *Damolândia*, *Diolândia*, *Divinolândia*, *Goilândia*, etc.; no caso de *Fordlândia* (Amazonas) pode ser ou tradução do ingl. *Fordland* ou formação em port. Antigamente seguia-se o uso do fr. e outras línguas: ou –land era traduzido por exemplo, *England* por *Inglaterra*, ou –land passava a –landa, como em *Ireland* que deu *Irlanda* (Machado, 1952, p. 853).

Gonçalves, Vital e Bernardo (2018) fazem os seguintes apontamentos a respeito da etimologia do formativo a partir dos dicionários Aurélio Virtual e Oxford e consideram que

Segundo o Dicionário Virtual Aurélio, a partícula *lândia* surgiu da junção do radical anglo-saxão *land* (“terra”) com o sufixo latino *ia*, sequência morfológica que, como as vogais temáticas nominais, tem por função dar estatuto de palavra a radicais presos, a exemplo de ‘mania’, ‘fobia’ e ‘terapia’, entre tantos

outros (cf., p. ex., SANDMANN, 1987). Na literatura morfológica recente (WARREN, 1990; LEHRER 1998; KASTOVSKY, 2009), *lândia* vem sendo tratada como forma combinatória: um tipo morfológico que, situado entre a classe dos afixos e a dos radicais, engloba os elementos neoclássicos, os *splinters* e os afixoides e, por isso mesmo, partilha propriedades dos dois principais processos de formação de palavras – a composição e a derivação. (Gonçalves; Vital; Bernardo, 2018, p. 390-391).

Segundo a pesquisa desses autores, o dicionário Aurélio aponta a forma *-land* como sendo um elemento que se constitui de forma composicional, provindo de uma forma livre que significaria: “região, lugar de”. Esse item foi se combinado a outras formas livres para denominar diversos países europeus, como por exemplo, as formas “Iceland” (“Islândia”, “terra do gelo”), “Finland” (“Finlândia”, “terra da tribo denominada Finns”), “Holland” (“Holanda”, “terra da madeira – de Holtland, em que “holt” significa “madeira”).

Levando em conta ainda o que demonstram Gonçalves, Vital e Bernardo (2018), o Dicionário Oxford indica que o uso do radical dista de 897 d.C. – Engla Land > England, que tem a forma Inglaterra no português, uma vez que se seguiu o modelo francês (Angleterre), por sua vez, o formativo *-land* encontrou produtividade no português, recebendo a terminação *-ia* e, atualmente, a forma *-lândia* pode ser considerada uma forma indecomponível, ou seja, não pode ser dividida em unidades menores, apresentando-se como um único item compositivo.

Assim, diante do que é apontado pelos pesquisadores supracitados, diríamos que o formativo *-lândia*, que aparece como elemento de composição primeiramente em *England*, foi tomado de empréstimo pelo português através dos diversos topônimos formados com esse elemento, resultando em um novo formativo como *-lândia/landia*¹², que ainda aparecerá nos topônimos brasileiros relacionados ao significado etimológico de “*lugar de/terra de*”. Temos, portanto, um item lexical, que inicialmente era uma forma livre na língua de origem, mas que se tornará um afixo no português.

Apesar de seu uso primeiro, tipicamente empregado na construção de topônimos, o formativo passou por um processo de mudança, perpassando o

¹² Os dados do corpus bem como o site do IBGE, onde os dados são checados, não fornecem informações sobre acentuação dos nomes de pessoas no Brasil. Assim, muitas vezes, não é possível garantir que a pronúncia seja de fato *lândia*.

uso de topônimos para antropônimos. Ao assumir a formação de antropônimos, seu significado também sofreu alterações. Passaremos a demonstrar algumas implicações desses usos, tanto as que dizem respeito à forma dos antropônimos formados por *-lândia* quanto as que estão voltadas para o significado.

5.2 UM FORMATIVO TOPONÍMICO E ANTROPONÍMICO

Já demonstramos que topônimos e antropônimos guardam relações estreitas. Isso porque tanto um quanto o outro são, em sua forma, pertencentes à classe a qual denominamos nomes próprios. É inegável que, em seus primeiros registros no português brasileiro, *-lândia* teve maior uso nos topônimos. Se observarmos o quadro 3 a seguir, dos nomes de municípios brasileiros construídos com o formativo, entenderemos, do ponto de vista da antroponímia, que estamos tratando de um formativo que foi tomado a partir de seu uso toponímico, cujo sentido e motivação relaciona-se, nesse tipo de construção, ao significado etimológico de “terra de, lugar de”.

Quadro 3 - Municípios brasileiros com *-lândia* e motivações

Município	Fundação e/ou emancipação	Motivação
Abreulândia (TO)	1991	Motivação não encontrada.
Açailândia (MA)	1981	O nome do município vem do açazeiro.
Acrelândia (AC)	1992	Princesinha do Acre, primeira cidade planejada do estado.
Adelândia (GO)	1988	Motivação não encontrada.
Agricolândia (PI)	1962	Recebeu o nome de Agricolândia em decorrência da região, essencialmente agrícola.
Agrolândia (SC)	1962	O nome do Município origina-se de AGRO = agricultura e LÂNDIA = cidade.
Alvinlândia (SP)	1959	Recebeu o nome de Alvinlândia, em homenagem ao Major Juvenal Alvim, pai do deputado Joviano Alvim.
Analândia (SP)	1944	Alteração de Anápolis para Analândia, em virtude de já existir outro município brasileiro com o nome de Anápolis, no Estado de Goiás.
Anaurilândia (MS)	1963	O fundador 'Ciriaco Gonzáles', foi casado com Dona Anaurelíssia Gonzáles. O nome da cidade Anaurilândia é uma homenagem a ela.
Andrelândia (MG)	1930	O município recebe o topônimo Andrelândia, em homenagem ao

		fundador do povoado (André da Silveira e Manoel Caetano da Costa).
Angelândia (MG)	1995	A localidade que, com a chegada de comerciantes e garimpeiros, passaria a chamar-se 'Vila dos Anjos', nome originário de Angelândia.
Aurilândia (GO)	1948	Marilândia, em referência a Mário Melo, incentivador da localidade. Elevado à categoria de município com a denominação de Aurilândia, pela Lei Estadual n.º 173, de 07/10/1948, desmembrado de Paraúna.
Babaçulândia (TO)	1926	"Babaçulândia", terra do "babaçu" abundante na região.
Barrolândia (TO)	1988	Motivação não encontrada.
Brasilândia (MS)	1961	Motivação não encontrada.
Brasilândia de Minas (MG)	1991	Dado pelos ingleses Brazil Land (Terras do Brasil).
Brasilândia do Sul (PR)	1960	Em homenagem a Brasília, que naquela época estava sendo inaugurada.
Brasilândia do Tocantins (TO)	1992	Motivação não encontrada.
Brejolândia (BA)	1962	Antigamente Brejo Velho.
Cacaulândia (RO)	1992	Nome de Cacaulândia devido ser uma grande produtora de cacau.
Cafelândia (SP)	1919	Assim denominada por ser grande a cafeicultura da região.
Cafelândia (PR)	1961	As grandes plantações de café fizeram com que os moradores do local achassem melhor colocar o nome da cidade de Cafelândia.
Carmolândia (TO)	1993	Motivação não encontrada.
Cassilândia (MS)	1948	Em homenagem a Cassinha (alunha de Joaquim Balduino), tomou a denominação de Cassilândia.
Castelândia (GO)	1963	A toponímia é uma junção de Castelo (Ribeirão) com 'Andirá' (Uberlândia) destino da maioria dos viajantes da época.
Catolândia (BA)	1962	Teve o nome mudado para Catão e em 1962 modificou o topônimo para Catolândia, que construiu uma variação do nome Catão.
Cidelândia (MA)	1994	O local onde a Companhia ergueu seu acampamento passou a ser chamado de Entroncamento da CIDA, e mais tarde, com o início da povoação, o batismo de Cidelândia (fusão: Cid + Lândia) pelos seus primeiros moradores, em particular, Júlio Josino e Josias Mendes.
Clevelândia (PR)	1909	Em homenagem ao Presidente Cleveland, árbitro solucionador da questão Brasil-Argentina.
Cordislândia (MG)	1962	O topônimo, que significa terra do coração, originou-se de homenagem prestada ao padroeiro da cidade, Sagrado Coração de Jesus.
Cravolândia (BA)	1962	O nome Cravolândia foi dado em

		homenagem ao seu fundador Mario da Silva Cravo.
Cristalândia (TO)	1953	Nome escolhido pelos seus habitantes, em virtude da grande quantidade de cristal existente no seu subsolo.
Cristalândia do Piauí (PI)	1962	Motivação não encontrada.
Crucilândia (MG)	1948	Existem várias versões sobre a origem do município, cujo nome significa 'Terra da Cruz'.
Curvelândia (MT)	1998	O nome Curva do Boi surgiu na década de setenta: '...vinha uma comitiva de bois da região de Rio Branco, eu era um dos boiadeiros, quando de repente, na curva surgiu um ônibus, atropelando nove bois, a partir deste fato o ponto passou a ser conhecido como Curva do Boi'.
Damolândia (GO)	1943	O topônimo de Damolândia é em homenagem ao seu fundador Antônio Damaso da Silva.
Divinolândia (SP)	1953	Motivação não encontrada.
Divinolândia de Minas (MG)	1962	O nome do município originou-se do culto ao Divino Espírito Santo.
Doverlândia (GO)	1982	O topônimo é em homenagem ao líder político da época, Sr. Dovercino Borges.
Epitaciolândia (AC)	1958	O nome Epitaciolândia é uma homenagem ao Ex-Presidente da República Epitácio Pessoa.
Felixlândia (MG)	1948	Em homenagem ao padre Félix Ferreira da Rocha.
Funilândia (MG)	1948	Surgiu com o nome de Funil, nome dado a esta cidade pelo encontro dos córregos Cabaceiras e Gurita, por causa de sua topografia.
Glaucilândia (MG)	1995	Motivação não encontrada.
Gouvelândia (GO)	1987	Motivação não encontrada.
Guzolândia (SP)	1946	A denominação da cidade com o nome de Guzolândia foi em homenagem ao seu desbravador Américo Guzzo.
Herculândia (SP)	1944	"Herculania", como homenagem ao professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Herculano de Freitas, passando depois ao nome atual de Herculândia.
Hidrolândia (CE)	1965	O topônimo atual, de formação erudita, foi adotado pela lei nº 8296, de 25 de novembro de 1965, tendo como objetivo lembrar a presença na região de águas medicinais magnesianas e sulfurosas e objetivo de grande afluência de pessoas interessadas na cura, por meio delas, de doenças sérias.
Hidrolândia (GO)	1930	Abundância e boa qualidade de suas águas, "Hidrolândia", que quer dizer "terra da água".
Hortolândia (SP)	1953	Motivação não encontrada.

Inaciolândia (GO)	1976	Homenagem a José Inácio, fundador do município?
Israelândia (GO)	1958	O topônimo de Israelândia é homenagem ao grande batalhador pela sua autonomia: Israel de Amorim.
Itaipulândia (PR)	1980	Motivação não encontrada.
Ivolândia (GO)	1952	O topônimo Ivolândia é em homenagem ao Sr. Ivo Moreira Neves, um dos primeiros moradores e doador de 5 alqueires de terras para o Patrimônio.
Joselândia (MA)	1961	Homenagem ao senhor de nome José, do qual se desconhece o nome de família e que ali se fixou?
Luislândia (MG)	1995	O nome Luislândia surgiu para homenagear (Sr. Luís Nanoró e Sr. Luís Xavier) grandes benfeitores para a cidade.
Luzilândia (PI)	1943	Homenagem à Padroeira Santa Luzia.
Marcelândia (MT)	1986	Motivação não encontrada.
Marcolândia (PI)	1989	Motivação não encontrada.
Marilândia (ES)	1980	Os padres Salesianos, em visita a este povoado, deram-lhe o nome de Marilândia, que quer dizer "Terra de Maria", e adotaram Nossa Senhora Auxiliadora como padroeira.
Marilândia do Sul (PR)	1938	Líder religioso muito devoto de Nossa Senhora queria que a cidade tivesse o nome de Terra de Maria, então o agrimensor que veio demarcar a área, e que era da Companhia de Terras Norte do Paraná, sugeriu que fosse chamada de Marilândia, que em Inglês "Mary-Land" significa Terra de Maria.
Matelândia (PR)	1960	O nome "Matelândia" originou-se de Miguel Emidio Matte.
Materlândia (MG)	1962	Homenagem a Nossa Senhora Mãe dos Homens do Turvo.
Maurilândia (GO)	1963	Motivação não encontrada.
Maurilândia do Tocantins (TO)	1991	Motivação não encontrada.
Medicilândia (PA)	1988	Homenagem ao presidente Médiçi.
Mirassolândia (SP)	1959	Por subordinação ao distrito de Mirassol?
Moreilândia (PE)	1963	De Sítio dos Moreiras, devido à plantação construir um sítio e pertencer a família Moreira, tornando-se nome futura cidade.
Mozarlândia (GO)	1963	O topônimo de "Mozarlândia" é em homenagem ao fundador Mozart de Andrade Mota.
Muricilândia (TO)	1991	A origem do nome da cidade é por existir na região grande quantidade de árvores frutíferas chamadas Murici.
Natalândia (MG)	1995	Motivação não encontrada.
Niquelândia (GO)	1938	Em homenagem ao minério que lhe deu riqueza e fama, São José do Tocantins passa a se chamar Niquelândia.
Nortelândia (MT)	1953	Em homenagem aos nordestinos e

		nortistas que contribuíram, de forma decisiva, para com a terra que escolheram para morar.
Nova Brasilândia (MT)	1979	Ao povoado foi dado o nome de Brasilândia em homenagem à Fazenda Brasil. O termo 'Nova' se adotou para distinguir o município de localidades homônimas existentes em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.
Nova Brasilândia D'Oeste (RO)	1988	Motivação não encontrada.
Nova Marilândia (MT)	1991	Motivação não encontrada.
Nova Rosalândia (TO)	1988	Em homenagem à Santa Rosa?
Orlândia (SP)	1909	Em homenagem ao seu fundador (o Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira).
Ourilândia do Norte (PA)	1988	Nome dado em razão dos muitos garimpos existentes na região.
Ourolândia (BA)	1990	Motivação não encontrada
Perolândia (GO)	1991	Devido a grande quantidade de Perobas Rosa (espécie de árvore) existentes nesta região.
Petrolândia (SC)	1962	Na época da criação do município a Petrobrás encontrava-se nas proximidades com aparelhos de pesquisa de petróleo.
Petrolândia (PE)	1909	O município recebeu a atual denominação em homenagem a D. Pedro II.
Portelândia (GO)	1963	Posteriormente a povoação ficou conhecida por Córrego da Porteira, devido à existência de uma porteira às margens do córrego que margeia a localidade. Em 1961, surgiria o nome Portelândia.
Ramilândia (PR)	1991	O nome dado à localidade é homenagem à Fazenda Rami, que no início de suas atividades dedicou-se ao cultivo de rami (tipo de fibra têxtil).
Recursolândia (TO)	1993	De uma sugestão dada pela professora Constancia em homenagem à Fazenda Recurso, onde atualmente localiza-se o Município.
Retirolândia (BA)	?	Formou-se o povoado Retiro, mas em 1951, já bastante desenvolvido, seus moradores resolveram mudar a denominação para Retirolândia.
Riolândia (SP)	1953	Motivação não encontrada.
Rolândia (PR)	1943	De origem germânica, nome dado em homenagem a Roland, legendário herói alemão, que na Idade Média guerreava ao lado de seu tio, Carlos Magno, e seu lema era lutar pela "liberdade e justiça".
Romelândia (SC)	1963?	Topônimo que significa? Terra de Romeu? (homenagem aos irmãos Romeu e Roneci)?
Rondolândia (MT)	1998	A denominação da localidade é uma homenagem ao colonizador e

		indigenista Candido Mariano Rondon
Sanclerlândia (GO)	1963	Denominada em homenagem ao seu fundador Saint Clair Rodrigues de Mendonça.
Sandolândia (TO)	1989	Em homenagem ao senhor Sandoval Lopes Nogueira.
Serrolândia (BA)	1962	Do povoado Serrote?
Sidrolândia (MS)	1953	O topônimo é uma homenagem a seu fundador, Sidrônio Antunes de Andrade.
Simolândia (GO)	1988	Motivação não encontrada.
Tailândia (PA)	1988	Comparação dos conflitos da cidade com os que ocorriam no país asiático Tailândia.
Teofilândia (BA)	1962	Em homenagem a um filho da localidade, Joaquim Teófilo de Oliveira
Teolândia (BA)	1962	Terra de Deus.
Tufilândia (MA)	1994	Em razão do nome do primeiro grande proprietário na localidade, Tufi Malufe.
Turilândia (MA)	1994	Motivação não encontrada.
Turvelândia (GO)	1988	Motivação não encontrada.
Turvolândia (MG)	1962	Ligada ao Rio Turvo que atravessa o município.
Uberlândia (MG)	1929	De Uberaba/Uberabinha?
Varzelândia (MG)	1962	Motivação não encontrada.
Verdelândia (MG)	1995	Motivação não encontrada.
Virgolândia (MG)	1949	Em homenagem à Virgem Maria. A palavra virgolândia, quer dizer 'terra da Virgem'.
Wanderlândia (TO)	1988	Motivação não encontrada.

Fonte: IBGE cidades, com adaptações, acesso: ago. a nov. de 2021.

As informações acerca da datação da atribuição do topônimo ao município dão conta de que as construções com o formativo *-lândia* se tratam de um fenômeno do século XX.

Os três primeiros registros datam todos do mesmo ano, 1909, o que não parece ser apenas uma coincidência. O primeiro registro de que se tem notícia aparece com o município de Clevelândia (PR), que em 29 de março de 1909, deixou de ser identificada como Bela Vista de Palmas e recebeu a nova denominação em homenagem ao presidente norte americano, Grover Cleveland, que, em 1895, mediou, em favor do Brasil, a disputa com a Argentina pelas terras ao sul do Paraná. Por sua vez, Petrolândia (PE) era um antigo povoada designado como Bebedouro de Jatobá, ao ser elevado à condição de município, em primeiro de julho de 1909, recebeu oficialmente a designação de Petrolândia, tendo como motivação a homenagem a D. Pedro II que em 1877 visitou a cidade e ordenou a construção de um cais e de uma ferrovia. Já Orlândia (SP), antigo povoado Vila Orlando, passou a ter nova

designação quando foi elevado à categoria de município, em 25 de novembro de 1909, tendo como motivação o antropônimo de seu fundador Coronel Francisco *Orlando* Diniz Junqueira – nesse caso é importante destacar que o antropônimo motivador já comportava o formativo *-land*, colocando a construção em *-lândia* como uma formação bastante previsível.

Tenham ou não relação de motivação relacionadas, fato é que os topônimos com o formativo em estudo começam a se proliferar pelos estados brasileiros de forma abundante, sobretudo, após o primeiro quartel do século XX, não havendo registros que apontem para usos mais recuados.

Os dados desse quadro também apontam para outro fenômeno bastante relevante, que é a combinação do formativo *-lândia* com antropônimos ocupando a margem esquerda da construção para a formação do topônimo (*André + -lândia; Félix + -lândia; Teófilo + -lândia*, etc.). Porém não só nomes próprios ocupam a primeira posição nos constructos, também é possível encontrar nomes comuns (*babaçu + -lândia; cacau + -lândia; café + -lândia; níquel + -lândia* etc.); contudo, esses casos são, de fato, minoritários.

Ainda considerando os dados levantados pelo quadro 3, diríamos que um topônimo pode motivar um antropônimo, assim como um antropônimo pode motivar um topônimo. Além dos dados apontados pela tabela, podemos entender que muitas das cidades brasileiras tiveram seus topônimos motivados a partir de um antropônimo. Para respaldar nossa afirmação, queremos trazer a lume o caso de uma das regiões administrativas localizada no Distrito Federal, denominada *Gama*¹³. Segundo informações dos sites do Governo do Distrito Federal (GDF)¹⁴, a Região Administrativa é uma das mais antigas do DF. Consta que sua data de aniversário é 12/10/1960. Ainda segundo os sites oficiais do GDF, havia um padre chamado Luiz da Gama Mendonça que sempre levava seus ofícios às massas mais distantes e tinha a admiração das pessoas da região. Por isso, como não havia nenhuma outra família na região com o mesmo sobrenome, supõe-se que o nome da Região Administrativa tenha sido dado em homenagem a ele. Vale ressaltar que, nesse caso, sem alteração nenhuma em sua forma. Tal qual era o antropônimo, é também o topônimo.

¹³ <https://www.gama.df.gov.br/2016/07/01/apresentacao/>

¹⁴ <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>

Nessas acepções que fazemos, das relações entre toponímia e antroponímia, é bastante interessante observarmos, por exemplo, que não é nossa intenção determinar quem veio primeiro, mas é importante que saibamos que em termos de forma, tanto os nomes de lugares quanto os nomes de pessoas guardam relações estreitas na preservação da memória de um povo como afirma Dick (1992, p. 112). Os topônimos parecem ser mais preservadores do que os antropônimos, isso porque a legislação que trata dos nomes de lugares é mais rígida. Os nomes de lugares estão relacionados à vivência das pessoas. Já os antropônimos duram enquanto durar a pessoa. A única exceção são os casos de homenagem com a transposição de um antropônimo para topônimo. E, nesse caso, nomes de pessoas, acabam sofrendo uma espécie de flutuação, isto é, tornam-se nomes de lugares e compartilham entre si informações tanto de referência quanto de afetividade. Vejamos: Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira, nosso famoso INEP. Quando pronunciamos INEP, lembramo-nos sempre das avaliações e pesquisas voltadas à educação. Apesar de conter uma referência direta a Anísio Teixeira, essa informação que provém do antropônimo não é substancial, mesmo sendo uma homenagem. No entanto, não está apagada a ideia de homenagem, ela permanece. Nesse caso, a função referencial e o feixe de descrições definidas voltam-se totalmente ao topônimo. Isso ocorre com intensidade no Brasil. É muito comum vermos antropônimos, que perderam a função primeira de antropônimos, em ruas, edifícios, prédios acadêmicos, escolas e tantos outros lugares.

Por motivos assim, fica claro que um antropônimo pode motivar um topônimo, assim como um topônimo pode motivar um antropônimo. Há um grau de equidade entre eles. As intermediações da LC irão demonstrar que o antropônimo é abarcado por uma entrada lexical, além de uma entrada enciclopédica e um feixe de descrições definidas. Do mesmo modo, será o topônimo. Assim, no caso do formativo em análise, entendemos esse papel de figurar tanto como antropônimo, quanto como topônimo.

Para investigar o percurso da migração do uso toponímico para o uso antroponímico do formativo, buscamos identificar se havia a transcategorização de itens lexicais inteiros que tenham passado de uma esfera a outra. O quadro a seguir identifica quais municípios brasileiros figuram tanto como topônimos

quanto como antropônimos. A década dos primeiros registros no Brasil é fundamental para entendermos como se deu a construção de um paradigma construcional para os antropônimos.

Quadro 4 - 15 municípios que figuram como prenomes e ocorrências

Prenome/Município	Número de Ocorrências		Estado	Década do topônimo	Década do antropônimo
	Masculina	Feminina			
Adelândia (GO)	04	178	Bahia	1988	1970
Andrelândia (MG)	0	33	*	1930	-
Aurilândia (GO)	01	143	Ceará	1948	1970
Cassilândia (MS)	0	64	Bahia	1948	1970
Cidelândia (MA)	0	27	*	1994	-
Joselândia (MA)	07	609	Piauí	1961	1960
Luzilândia (PI)	0	223	Piauí	1943	1960
Marcelândia (MT)	01	103	Bahia	1986	1980
Marilândia (ES)	03	1328	Acre	1980	1950
Maurilândia (GO)	0	23	*	1963	-
Orlândia (SP)	01	259	Ceará	1909	1960
Rolândia (PR)	01	29	*	1943	-
Tailândia (PA)	02	276	Ceará	1988	1980
Uberlândia (MG)	05	507	Paraíba	1929	1960
Wanderlândia (TO)	0	51	*	1988	-

Fonte: IBGE, acesso: nov. 2021.

Embora não possamos considerar como de máxima relevância o número de 15 ocorrências de nomes coincidentes entre usos toponímicos e antroponímicos, é interessante destacar que, excetuando-se os casos de *Adelândia* e *Marilândia*, todos os demais nomes apresentam um uso toponímico em década anterior ou na mesma década do uso antroponímicos. Podemos, com esses dados, afirmar categoricamente que os usos toponímicos precedem os prenomes de pessoa? Não. Mas considerando que existem, pelo menos, sete registros de municípios datados do século XIX e um (*Niquelândia*, 1785) do século XVIII, é possível inferir que usos toponímicos de fato tenham sido o ponto de partida para a difusão do formativo *-lândia* em usos onomásticos brasileiros.

5.3 O MODELO CONSTRUCIONAL DOS TOPÔNIMOS FORMADOS A PARTIR DE *-LÂNDIA*

Levando em conta todas essas associações entre antropônimos e topônimos, faz-se necessário demonstrar, a partir de esquema construcional, a forma dos topônimos constituídos a partir de *-lândia*. Como temos demonstrado

até aqui, entendemos que nos topônimos, diferentemente dos antropônimos, há um processo de composição. Usaremos como exemplo a forma aportuguesada da palavra *England*, que em português resultou em *Inglaterra*. Antes de demonstrarmos o esquema construcional, segmentaremos as duas formas. Vamos à segmentação:

Em *England* teremos, segundo o padrão usado em sua origem, dois itens lexicais (Eng- ‘anglo’ + -land ‘terra’), por isso, o étimo aponta para uma forma composicional em que duas formas livres se unem para formar uma nova unidade lexical com um significado que pode ou não resultar da soma das partes. No português, *Inglaterra*, termo tomado de empréstimo do francês, apresenta a mesma possibilidade de segmentação em que teremos: *Inglaterra* (Ingl- ‘anglo’ + -terra ‘terra, território’) tanto na sua origem quanto na sua tradução a forma composicional é preservada, dois radicais se unem para gerar outra palavra. Nesse caso, embora *terra* seja uma forma livre, ingl- pode ser considerado um radical preso que aparece associado a afixos, como -ês, em *inglês*.

Por esses motivos, diremos que, em relação aos topônimos, temos uma forma construcional apresentada da seguinte maneira:

$$[X\text{-land}]_{\text{Top}} > [\text{terra de/lugar relacionada a } X]_{\text{Top}} - \text{England/Inglaterra}$$

Olhando para os dados coletados, identificamos que, no Brasil, a forma composicional de formar os topônimos parece ter sido preservada. Observando o quadro 3, de motivação dos topônimos brasileiros, separamos, dos muitos topônimos pesquisados, os seguintes para demonstrar a forma de construção composicional: *Mozarlândia* (GO), *Petrolândia* (PE) e *Muricilândia* (TO).

Ao segmentarmos esses topônimos, a partir da motivação encontrada para a origem de sua formação, veremos que haverá sempre a associação de duas formas livres para a geração de uma nova palavra. Em *Mozarlândia* temos (Mozar- ‘antropônimo *Mozart*’ + -*lândia* ‘terra de/lugar relacionado a’), em Petrolina (petros- ‘pedra, pedregulho, de onde se origina o prenome *Pedro*’ + -*lândia* ‘terra de/ lugar relacionado a’ e, por fim, em *Muricilândia* teremos (*murici*- ‘tipo de fruta’ + -*lândia* ‘terra de/lugar relacionado a’). Assim, fica claro que, nos topônimos, predominam as formações de tipo composicional.

5.4 O MODELO CONSTRUCIONAL DOS ANTROPÔNIMOS FORMADOS A PARTIR DE -LÂNDIA

A MC irá demonstrar, por meio da forma e associação dos antropônimos, que a agregação dos formativos a uma das margens (esquerda ou direita) poderá possuir relação estreita com o uso anterior do formativo.

Como bem se pode perceber, os antropônimos constituídos a partir de *-lândia* sempre apresentam esse elemento ocupando a margem direita. A única exceção encontrada até agora foi a ocorrência de *Lândia* como prenome autônomo, que aparece 260 vezes na plataforma do IBGE, em registros de nomes de pessoas no Brasil. Todos os demais antropônimos que apareceram em nossos dados apresentam o *-lândia* como formativo da margem direita. Vale apontar que essa construção guarda estreita relação com os itens lexicais de uso toponímico.

Assim como nos topônimos, o formativo só se associa à margem direita nos antropônimos. Bons exemplos dessa associação são os prenomes *Joselândia*, *Roberlândia* e *Marcilândia*. Se segmentarmos os antropônimos, teremos o seguinte: *José + lândia / Rober + lândia / Marci + lândia*. Como já foi dito, em todas as ocorrências, o formativo ocupa a margem direita.

Quando observamos os municípios brasileiros formados a partir do mesmo elemento, encontramos a situação semelhante. Vejamos: nos topônimos *Acrelândia*, *Epitaciolândia* e *Medicilândia*, claramente, o formativo também ocupa a margem direita. Isso tem estreita relação com a sua origem etimológica e a sua transposição das línguas europeias (sobretudo o inglês) para o português.

Assim, como demonstramos, dizemos que o nosso formativo forma antropônimos, por gramaticalização, a partir da margem direita pelo seguinte esquema:

$$[X_{FA1}\text{-lândia}_{FA1}]_{\text{Antrop.}} > [\text{Nome próprio de pessoa feminino}]_{\text{Antrop.}}$$

Segundo (Bybee 2020, p. 447) “gramaticalização é um processo pelo qual um item lexical ou um sintagma dentro de uma construção assume significado e forma gramatical”. Ainda segundo Bybee,

[o]s morfemas gramaticais podem ser contrapostos aos morfemas lexicais (como substantivos e verbos) por estes serem considerados itens de “classe aberta”, isto é, uma língua pode facilmente acrescentar novos membros à classe, enquanto os morfemas gramaticais são considerados de “classe fechada” porque, uma vez estabelecida uma classe, ela não acrescenta novos membros com facilidade. (Bybee, 2020, p. 209).

A partir desse processo, entenderemos como o formativo em estudo tornou-se um item gramatical que integra a formação de topônimos. Essa gramaticalização se deu, contudo, em algum momento anterior à incorporação desse formativo à língua portuguesa.

O item lexical *land*, usado como forma livre, remonta às línguas germânicas –relacionado a um proto-germânico **landa-* e tem sobrevida com sentidos diversos em línguas dessa origem, a saber: ‘terra’, ‘país’, ‘reino’, ‘porção de terra seca sobre a superfície terrestre’, entre outras. Contudo, no inglês antigo (*old english*), já se registrava seu uso na formação de topônimos, em geral, como forma concatenada, provavelmente ainda como elemento de composição, uma vez que devia haver certa transparência semântica em relação aos formativos do constructo: como, por exemplo, em *Scotland*, literalmente ‘terra dos scots’; *Bretland* ‘terra dos bretões’; *Crēcland* ‘terra dos gregos’. É importante notar que, segundo o dicionário de Bosworth e Toller¹⁵, nesse período – correspondente ao que se denomina *old english*, que vai do séc. V ao XII – ainda é possível encontrar construções como *Irā land* > *Ireland* (ing.) > *Irlanda* (port.), com espaço entre os elementos, apontando para uma clara compreensão de que se tratava de unidades lexicais distintas para os falantes de época.

Na língua portuguesa, a introdução de *-land* vem como um empréstimo, uma vez que, esse elemento foi incorporado a um número significativo de termos toponímicos, de modo que os falantes puderam depreender o padrão de construção $[x-land]_{top} \leftrightarrow [lugar\ relacionado\ a\ X]_{top}$, que veio a dar origem a novos topônimos no Brasil, como aqueles dos quadros 3 e 4.

Portanto, embora o processo de gramaticalização esteja envolvido na cristalização do formativo *-land* como um elemento preso à margem direita, não

¹⁵ Joseph Bosworth and T. Northcote Toller (1898), “land”, in *An Anglo-Saxon Dictionary*, 2nd edition, Oxford: Oxford University Press.

podemos falar desse processo como algo relativo à língua portuguesa, uma vez que isso se dá em momento recuado da história das línguas de origem germânica e esses tipos de construção ainda se apresentam nelas com relativa recorrência.

Acerca da forma, o português não apresenta palavras terminadas em consoante oclusiva, como o são as palavras em que o formativo *-land* ocorre na margem direita em outras línguas. Assim, os topônimos incorporados ao português sofreram adequação ao sistema fonológico da língua, como em *Ireland* > *Irlanda*, *Iceland* > *Islândia*; de onde surgem as formas *-landa* e *-lândia*, respectivamente.

Olhando para os antropônimos, o que podemos observar é que a forma que mais se aplica é *-lândia* para nomes identificados com o gênero feminino. Já para os nomes masculinos, teremos as formas *-lando* (relacionada a nomes tradicionais de origem germânica, como *Orlando* (< alt. al. *Hruodland* de *hrout* 'glória' + *land* 'terra') e *-landio*, provavelmente originada da forma feminina do formativo em português.

A ocorrência de prenomes como *Roland* (port. *Orlando* < *Hruodland*) aponta para a antiguidade da apropriação do formativo *-land* para a construção de antropônimos. Contudo, a recorrência produtiva que *-lândia*, em especial, assume na língua portuguesa do Brasil parece ser um caso muito particular. Se em línguas da família germânica topônimos com *-land* são abundantes e, aparentemente, o esquema se encontra ainda em produtividade, já não se pode afirmar o mesmo para a antroponímia.

Desse modo, a renovação do léxico antroponímico do português brasileiro passa a contar com dois esquemas construcionais produtivos:

- (1) [x- + -lândia/-landa]_{antrop} ↔ [nome de pessoa do gênero feminino + X]_{antrop}
- (2) [x- + -landio/-lando]_{antrop} ↔ [nome de pessoa do gênero masculino + X]_{antrop}

Inferimos, de tudo o que foi acima exposto, que o esquema feminino teria sua origem na transcategorização de formas toponímicas para antroponímicas, e que as formas masculinas em *-lando* teriam sua origem em um paralelo com itens antroponímicos com o formativo *-land*, por sua vez, as formas em *-landio* teriam relação com as formas femininas em *-lândia*. É

possível considerar que os falantes do português reanalisaram as formas em *-lândia*, entendendo que, para os antropônimos, o *-a* final deveria funcionar como um índice de gênero. Dessa maneira, *-lândio* estabelece a oposição sistêmica de tal informação.

As transformações sofridas pelo formativo podem ser descritas com base nas seguintes etapas, representadas por diferentes esquemas morfológicos:

- a) Em um primeiro momento, temos o item lexical *land* formando compostos toponímicos em línguas europeias, sobretudo nas de origem ou influência germânica: $\langle [X\text{-}land] \leftrightarrow [terra\ de\ X]_{TOP} \rangle$, por exemplo *Iceland*.
- b) Esse modelo é incorporado ao português, porém o formativo é acrescido do afixo *-ia*, dando ao formativo uma feição lexical, morfológica e fonológica afeita aos padrões do português: *-lândia*, que, por sua vez, também passa a construir topônimos: $\langle [X\text{-}lândia] \leftrightarrow [terra/lugar/cidade\ de\ X]_{TOP} \rangle$; no português do Brasil temos: *Teofilândia*, *Maurilândia*, *Ceilândia*, entre outros.
- c) Numa etapa posterior, o formativo *-lândia* passa a integrar construções antroponímicas como um elemento da margem direita de antropônimos no português do Brasil: $\langle [X_{FA1}\text{-}lândia_{FA1}] \leftrightarrow [Nome\ próprio\ de\ pessoa\ do\ gênero\ feminino]_{ANTROP} \rangle$, como por exemplo: *Francilândia*, *Josilândia*, *Vanderlândia*, etc.
- d) Em relação aos antropônimos masculinos relacionados a uma forma germânica original *-land*, temos, a nosso ver dois casos distintos: 1) os nomes com o formativo *-lândio* decorrem de uma reanálise da forma *-lândia*, com o estabelecimento de uma oposição sistemática entre os gêneros feminino e masculino, através do contraste morfológico entre $\langle [X\text{-}o] \leftrightarrow [masculino] \rangle$ e $\langle [X\text{-}a] \leftrightarrow [feminino] \rangle$, de onde podemos inferir o esquema $\langle [X_{FA1}\text{-}lândio_{FA1}] \leftrightarrow [Nome\ próprio\ de\ pessoa\ masculino]_{ANTROP} \rangle$; por exemplo: *Aderlândio*, *Francilândio*, *Joselândio*, e outros; 2) os nomes com o formativo *-lando*, que parecem partir de exemplos como o prenome germânico *Orlando*, donde se tira o esquema $[X_{FA1}\text{-}lando] > [Nome\ próprio\ de\ pessoa\ masculino]_{ANTROP}$, com exemplos

como: *Joselando Jorlando, Roberlando*¹⁶.

5.5 SOBRE OS ELEMENTOS QUE OCUPAM A MARGEM ESQUERDA

Levando em conta o fato de que temos a ocorrência de construções inovadoras de antropônimos no Brasil com esses formativos, é importante observar qual a natureza mórfica dos elementos que integram as construções na posição de X, ou seja, na margem esquerda.

Observamos primeiramente que, do ponto de vista estritamente formal, em 38 ocorrências, levantadas a partir dos dados, o formativo está associado a formas monossilábicas para formar antropônimos. Em 55, se associa a formas dissilábicas. Em apenas quatro ocorrências, o formativo está associado às formas trissilábicas. Nessa observação foram desconsideradas as formas que pela segmentação podem se apresentar de forma dúbia quanto as suas sílabas. Essa baixa frequência de formativos trissilábicos está relacionada às características do próprio formativo *-lândia*, que além de ser uma forma dissilábica, puxa para si a tonicidade, formando palavras paroxítonas. Em termos de sonoridade, diríamos que, para o falante, essa associação a formas mono e dissilábicas seria mais produtiva.

Em todos os prenomes analisados nesse estudo, encontramos apenas uma ocorrência em que o formativo *-lândia* ocorre como forma autônoma, é o prenome *Landia* com 258 ocorrências identificadas com o gênero feminino e duas ocorrências com o gênero masculino¹⁷.

5.5.1 As combinações com *splinters*

Um tipo de formação recorrente é aquela formada a partir dos *splinters*. Em muitos casos não é possível, por exemplo, delimitar a fronteira que foi tomada para a construção dos prenomes, além disso, temos que levar em conta que muitos dos formativos associados a *-lândia* já são, por sua própria

¹⁶ Os nomes exemplificados não fazem parte do corpus, mas ocorrem em registros brasileiros segundo o IBGE.

¹⁷ Em muitos casos, o IBGE registra a ocorrência de nomes tradicionalmente associados a um gênero a nomes de pessoas que se identificam com outro gênero, é o caso de *Juliana* que apresenta 562.589 registros como feminino e 2.117 como masculino. Não podemos saber se esses casos se tratam de uso de nome social ou se são erros de categorização dos entrevistadores.

natureza, *splinters*, isto é, apresentam-se como quebras não morfêmicas de outros prenomes e que estão sendo usadas de forma recorrente para formar novos antropônimos. É o que acontece, por exemplo, com o formativo *Francis-* (*Francislândia, Francisleide, Franciscley, Francisvan, Francisval, Francisnete*, etc.).

No entanto, essa não é a única forma que aparece no corpus levantado, vários outros formativos da margem esquerda apresentam a recorrência típica de *splinters*: *Ader-* (*Aderlândia, Aderley, Aderlan, Aderson Aderva* etc.); *Ad-* (*Adlândia, Adnei, Adlan, Adnete, Advan* etc.); *Alde-* (*Aldelândia, Aldecleide, Aldenei, Aldeneide, Aldevan, Aldevânia* etc.); *Ani-* (*Anilândia, Aniele, Aniete, Anivan, Anivaldo, Anierson* etc.); *Auci-* (*Aucilândia, Aucilene, Aucileide, Aucimar Aucinete* etc.); *Delci-* (*Delcilândia, Delcilene, Delcimar, Delcival, Delcivan* etc.); *Eri* (*Erilândia, Eriene, Eriene, Eriberto, Eriane, Eriete, Erivaldo* etc.); *Eris* (*Erislândia, Erislene, Erisberto, Erisvane, Erisnei, Erisvaldo* etc.), *Eu-*, (*Eulândia, Euberto, Euneide, Euvan* etc.); *Ger-* (*Gerlândia, Gerlene, Gerleide, Gervânia, Gervan, Gervaldo* etc.); *Gis-* (*Gislândia, Gislene, Gisleide, Gismara, Gisnara, Gisvania* etc.); *Louri* (*Lourilândia, Lourileide, Lourilene, Lourivaldo, Louriene, Louriete* etc.); *Marci-* (*Marcilândia, Marcilene, Marcileide, Marvan, Marcival* etc.); *Maris-* (*Marislândia, Marislene, Marisnete, Marisvaldo* etc.); *Mar-* (*Marlândia, Marleide, Marcley, Marnei, Marvan* etc.); *Riso-* (*Risolândia, Risonete, Risleide, Risoberta, Risomar* etc.); *Rober-* (*Roberlândia, Roberleide, Roberneide, Robervan, Roberval* etc.); *Vande-* (*Vandelândia, Vandenei, Vandelene, Vandeleide* etc.).

Vemos, então, que as formações por *splinter* parecem ser produtivas para a geração de novos prenomes, mas é importante lembrar que esse processo também tem atuado nas palavras do léxico comum. Temos o *splinter -drastra*, que traz a ideia de “postigo, emprestado” em *avodrastra, irmãdrasta e tiadrasta*, por exemplo.

5.5.2 As combinações com hipocorísticos

A hipocorização é relativamente recorrente na associação com o formativo em análise. Algumas das formas encontradas são hipocorísticos de outros prenomes. Para que a associação seja produtiva, ou até mesmo

atestada, pode ser necessária a inserção de uma vogal de ligação para preservar a sonoridade e a associação a alguma consoante.

O prenome *Crislândia* é, muito provavelmente, formado a partir do hipocorístico *Cris*, de *Cristiano/a*, *Cristine*, *Crisnaldo*. É possível encontrar muitas recorrências de prenomes que foram construídos a partir da associação hipocorístico + *-lândia*. Isso tem estreita relação com a grande quantidade de associações a formas monossilábicas e dissilábicas, já que os hipocorísticos sofrem redução ou algum tipo de reduplicação.

O formativo *-lândia* aparece nos nossos dados em associação aos seguintes hipocorísticos ocupantes da margem esquerda: *Celi* (*hipocorístico de nomes como Celina e Celidalva*); *Cris* (*hipocorístico de nomes como Cistina, Cristiana, Cristiane, Cristiano*); *Jozi* (*Hipocorístico de nomes como Jozeane, Joziane, Jozane, entre outros*); *Luci* (*hipocorístico de nomes como Lúcia, Luciana, Luciane, Luciene, Lucilene*); *Susi* (*hipocorístico de prenomes como Susana, Susan, e Susete*) e *Zé* (*hipocorístico de José*).

5.5.3 As combinações com formas livres

Além das associações observadas, é possível encontrar prenomes formados a partir de combinações com formas autônomas, ou seja, *-lândia* faz combinações com outros prenomes já cristalizados na língua.

Para considerarmos que um prenome se configura como uma forma livre no português brasileiro, partimos do pressuposto que ele apresente recorrência como prenome autônomo nos dados oferecidos pelo IBGE através da plataforma Nomes no Brasil.

Todos as formas a seguir constam dos dados e podem ser encontradas na plataforma do IBGE, algumas inclusive, com grande número de ocorrências, são elas: *Eder* (73.915), *Edir* (12.699), *Jilce* (54)¹⁸, *Jose* (5.754.529), *Juce* (276), *Juci* (1.378), *Jusci* (22)¹⁹, *Meyer* (36), *Nelci* (22.046), *Nize* (456), *Odaci* (664), *Rose* (48.516), *Rosi* (7.189), *Ruth* (45.062), *Vander* (15.447), *Wander* (9.746).

¹⁸ Embora *Jilce* apresente baixa frequência, a sua variante gráfica *Gilce* é bem expressiva com um total de 1.049 registros.

¹⁹ O mesmo vale para *Juce* e *Jusci* que juntamente com outra variante gráfica, *Juci*, apresenta mais de mil ocorrências.

Em alguns dos formativos destacados, encontraremos antropônimos com uso totalmente cristalizado, como os casos dos prenomes *Rose*, *Nelci* e *Vander* e *Wander*.

Esses prenomes, cuja forma já está cristalizada/convencionalizada na língua, podem atuar livremente como formativos da margem esquerda quando o elemento da margem direita é *-lândia*. Para essas construções entendemos que, para além dos demais processos de formação de antropônimos em nossa língua, esse seja um processo que se consolida cada vez mais.

5.5.4 Combinações com quebras não morfêmicas não recorrentes

Em alguns casos de investigação da formação de antropônimos, encontramos associações com elementos da margem esquerda sobre os quais não é possível identificar uma recorrência e nem mesmo supor o nome ou prenome ao qual possa estar associado. Demonstramos que muitos aspectos estão envolvidos quando se trata de inovação antroponímica e, como já vimos, pode haver desde razões sócio-históricas até mesmo motivações puramente sonoras. Por isso, é natural encontrar associações de formativos com formas que não se pode definir a origem ou motivação por diversas razões, dentre elas, o fato de que o falante possui autonomia para produzir a sonoridade que bem lhe parece a fim de criar novos prenomes ou alterar prenomes já convencionais a fim de lhes atribuir um caráter mais individual. Isso acontece também com os prenomes criados a partir do formativo estudado.

Há variadas formas, consideradas aleatórias, em que se faz associação com *-lândia* nos prenomes analisados. Tais formas se apresentam, às vezes, numa única vogal (no caso de *A-*) ou, mais comumente, em formas monossilábicas (*Cir-*, *De-* e outras) ou dissilábicas (*Hilder-*, *Jeso-* e outras).

Estão elencados a seguir os formativos da margem esquerda não recorrentes: *A-*, *Ar-*, *Ber-*, *Cassi(a/o)*, *Ci-*, *Cir-*, *De-*, *Ecir-*, *E-*, *Ele-*, *Erci-*, *Er-*, *Esi-*, *Geor-*, *Geov-*, *Gi-*, *Gior-*, *Gir-*, *Gresse-*, *Hai-*, *Her-*, *Hilder-*, *Ho-*, *I-*, *Ir-*, *Jeso-*, *Jie-*, *Ji-*, *Joce-*, *Jor-*, *Mis-*, *Nive-*, *Nor-*, *Ode-*, *Ofe-*, *Or-*, *Ota-*, *Pol-*, *Shi-*, *Side-*, *Si-*, *Sin-*, *Sir-*, *Tes-*, *Ver-*, *Vir-*, *Zi-*, *Zis-*, *Zo-*. Basta acrescentar o *-lândia* à margem direita a cada um desses formativos da margem esquerda para identificar alguns dos nomes que ocorrem em nosso corpus.

5.5.5 Os casos de antropônimos e topônimos coincidentes

Como já reiterado nesse estudo, a inter-relação entre topônimos e antropônimos com o formativo *-lândia* é bastante estreita, e a transposição de um uso a outro parece ser plenamente viável.

Nos dados analisados, foram encontradas as seguintes ocorrências, sobre as quais suspeitamos de motivação relacionada ao topônimo: 1) *Cinelândia* (e a variante *Sinelândia*), prenome de pessoa possivelmente associado à região da cidade do Rio de Janeiro popularmente conhecida pelo mesmo nome e 2) *Islândia*, que pode ser um prenome formado por um formativo esquerdo *Is-* + *-lândia*, no entanto, parece mais provável que seja uma denominação motivada pelo país nórdico (*Iceland (ingl.)* > *Islândia (port.)*).

Por fim, ainda nesse tópico, há ocorrência de dois prenomes que parecem estar relacionados a topônimos, a saber: *Irlândia* e *Holândia*, que nos parecem ser atualizações das formas toponímicas *Irlanda* e *Holanda*, através da conformação ao formativo mais produtivo em português, no caso, *-lândia*.

5.5.6 Os casos de oposição de gênero

Correlacionado ao nosso formativo, é possível encontrarmos nos dados antropônimos masculinos com o emprego de *-lândio*. Em grande parte das palavras do português, as construções parecem empregar oposição com a vogal *-o* para marcar os nomes masculinos, em face do *-a* para marcar o feminino. Tais tipos de construção se conformam ao seguinte esquema de formação de antropônimos: <[X_{FA1}-lândio] ↔ [Nome próprio de pessoa masculino]_{Antrop}>.

Dos prenomes levantados, é possível encontrar 14 formações masculinas (*Berlândio*, *Ederlândio*, *Girlândio*, *Islândio*, *Jocelândio*, *Odacilândio*, *Odelândio*, *Ofelândio*, *Orlândio*, *Roberlândio*, *Uberlândio*, *Umlerlândio*, *Virlândio*, *Zelândio*). Vale destacar que, segundo os dados oferecidos pelo IBGE, todos os prenomes formados a partir do formativo *-lândio* são correspondentes a pessoas que se identificam com o gênero masculino, diferentemente das formas femininas em *-lândia*, caso em que se verifica o registro de uso por pessoas que se identificam com o gênero masculino.

Sobre a questão de gênero, ainda é preciso destacar que nos dados encontramos prenomes com a mesma formação, apenas apresentando a oposição masculino feminino (*Girlândia X Girlândio; Islândia X Islândio; Roberlândia X Roberlândio; Zelândia X Zelândio*).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A onomástica é um campo das ciências lexicais que se dedica ao estudo dos nomes próprios em geral, em seu arcabouço teórico abriga o interesse não só por nomes próprios de pessoas e de lugares, mas também por nomes próprios de diversas naturezas. A antroponímia é a parte da onomástica que estuda os nomes próprios de pessoa, tendo como objeto de estudo central o antropônimo.

Muitos pesquisadores brasileiros dedicaram-se aos estudos onomásticos sob a perspectiva de dois grandes pilares: a toponímia e antroponímia. Alguns autores, como Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, dedicaram-se aos estudos de topônimos de forma mais sistemática, outros autores, como Eduardo Tadeu Roque Amaral – UFMG; Márcia Sipavicius Seide – UNIOESTE; Juliana Soledade Barbosa Coelho - UFBA/UnB; Nativel Almeida Simões Neto – UEFS; Patrícia de Jesus Carvalhinhos - USP e Letícia Santos Rodrigues - USP têm, ao longo dos últimos 20 anos, se debruçado sobre os estudos antroponímicos no Brasil e contribuído para a divulgação e intensificação da onomástica brasileira, conferindo à pesquisa um caráter didático, científico e autêntico.

Sob a perspectiva desses autores, essa dissertação buscou, além de reunir as principais ideias postuladas por eles, apresentar um conceito de nome próprio diferente daquele tradicionalmente abordado pela gramática, entendendo assim que nome próprio, a partir das ideias de Seide (2021), é um componente singular, armazenado num endereço conceitual na mente do falante, composto de uma entrada lexical, de uma entrada lógica e também de uma entrada enciclopédica.

Nomes próprios também, por sua diversidade, podem apresentar tipologia diversa, especialmente no Brasil. Essa tipologização leva em conta os conceitos de prototipicidade, de uso, de forma e daquilo que é possível de ser aplicado na antroponímia brasileira. Amaral (2011), Amaral e Seide (2021) e Soledade (no prelo) são autores os quais levamos em conta para a classificação dos antropônimos nessa dissertação.

Para termos uma melhor compreensão do fenômeno linguístico envolvendo a criação de prenomes inovadores com o formativo *-lândia*, é

preciso que tenhamos a percepção de como se dá a formação sócio-histórica da antroponímia brasileira, e como fatores históricos acabaram por possibilitar a inovação em nomes de pessoas, através de processos morfológicos, vernaculares e alógenos.

As contribuições mais significativas estão nos elementos pré-latinos, greco-latinos, germânicos e hebraicos. Todavia, é o elemento germânico que se destaca sobremaneira, uma vez que é a partir do modelo germânico (bitemático) que os brasileiros passam a inovar com o uso do modelo biformativo. Além desses elementos destacados na sócio-história da antroponímia no Brasil, precisamos levar em conta o fato de que a interferência da Igreja Católica, que dominou por longos anos o registro civil, além da influência dos colonizadores europeus, levaram ao apagamento da antroponímia indígena e africana em nosso país.

Por isso, cada vez mais na antroponímia brasileira vai se desenhando e consolidando um processo de inovação antroponímica baseado em dois grandes pilares: de um lado, o uso do modelo biformativo herdado dos povos germânicos; do outro, a associação do uso de formativos pelos falantes desconsiderando o caráter etimológico, mas levando em conta um uso feito a partir da valoração afetiva, sonora e social.

No que diz respeito à forma e ao papel que a morfologia desempenha nos prenomes inovadores brasileiros, é fundamental destacar que no Brasil os antropônimos podem se constituir da seguinte maneira, levando em conta o que aponta Soledade (2021): 1 - dois formativos do léxico comum; 2 - um formativo do léxico comum e um formativo do léxico antroponímico e 3 - dois formativos do léxico antroponímico.

Essa dissertação observou o formativo *-lândia*, seu objeto de estudo, e os antropônimos formados a partir dele, sob a perspectiva da Linguística Cognitiva (LC) e da Morfologia Construcional (MC). A Linguística Cognitiva (LC), apesar de não ser uma forma de análise tão recente, ainda é pouco difundida nos estudos linguísticos, mas é, por sua vez, uma forma não modular de análise, antes leva em conta que os processos mentais estão interligados a princípios cognitivos gerais conectados à linguagem e outras capacidades cognitivas. A MC é uma teoria de análise que entende o léxico mediado através de uma rede hierárquica de sentidos[os quais se ativam por meio de

esquemas morfológicos que permitem ao falante interpretar e criar novas palavras.

O processo de formação dos antropônimos brasileiros leva em conta pelo menos, segundo Soledade (2021), oito processos de formações, sendo eles: **transposição do léxico comum para o léxico antroponímico, alterações gráfico-fônicas, hipocorização, construções biformativas, composição por aglutinação e por justaposição, formação na margem esquerda e na margem direita, *splinters* e cruzamento vocabular.**

Quanto ao formativo em estudo, isto é, *-lândia*, destacamos que é um item lexical que inicialmente era uma forma livre na sua língua de origem e que se tornou um afixo no português, o qual ainda aparece nos topônimos com o significado etimológico original relacionado a “*lugar de/terra de*”.

Por esses motivos, temos uma forma construcional apresentada da seguinte maneira:

$$\langle [X\text{-land}]_{\text{Top}} \leftrightarrow [\text{terra de/lugar relacionada a } X]_{\text{Top}} \rangle - \text{England/Inglaterra.}$$

No caminhar desse processo, podemos encontrar no Brasil prenomes formados a partir de *-lândia*, na margem direita, sem que haja relação direta ao significado etimológico pelo seguinte esquema de formação:

$$\langle [X_{\text{FA1}}\text{-landia}_{\text{FA1}}]_{\text{Antrop.}} \leftrightarrow [\text{Nome próprio de pessoa feminino}]_{\text{Antrop}} \rangle$$

No entanto, a partir da renovação do léxico antroponímico, foi possível constatar dois esquemas construcionais produtivos, sendo eles:

(1) $\langle [x\text{-} + \text{-lândia/-landa}]_{\text{antrop}} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero feminino} + X]_{\text{antrop}} \rangle$

(2) $\langle [x\text{-} + \text{-landio/-lando}]_{\text{antrop}} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do gênero masculino} + X]_{\text{antrop}} \rangle$

Notamos, portanto, que há o surgimento de um novo afixo no rol dos formativos antroponímicos, oriundo de uma forma livre (*land*), *-lândia* virá a se tornar um elemento de construção de antropônimos inovadores no Brasil através de um processo de gramaticalização que envolve várias etapas históricas em línguas diferentes.

A partir desses esquemas, inferimos que os nomes femininos são oriundos das formas toponímicas, já as formas masculinas em *-lando* são uma associação das femininas para o masculino, a partir de uma transcategorização.

Além disso, há formações por *splinter* que aparecem de maneira produtiva na geração de novos prenomes e a hipocorização é relativamente recorrente na associação com o formativo em análise.

Em alguns casos de investigação, não é possível identificar uma recorrência ou supor associações a prenomes, uma vez que a reciprocidade entre topônimos e antropônimos, a partir do formativo em análise, é totalmente possível.

Constatamos antropônimos com o formativo *-lândio*. Tais tipos de construção se adéquam ao seguinte esquema de formação de antropônimos:

$$\langle [X_{FA1}\text{-landio}] \leftrightarrow [\text{Nome próprio de pessoa masculino}]_{\text{Antrop}} \rangle$$

Apesar desse estudo estar voltado para a análise dos prenomes, precisamos considerar que existem outros usos com esse formativo que não se esvaziam totalmente do sentido semântico que apresentam nos topônimos, sofrendo apenas uma extensão de sentido. Vejamos os casos dos substantivos *macholândia* e *bozolândia*. Na ocorrência dessas duas palavras, claramente, se presentifica a ideia de “*lugar cheio de*” e não de “*terra de*”. Assim, entendemos que nesses usos, há um distanciamento parcial da ideia de pertencimento, o que se sobressai, ao que nos parece, é, de certa forma, a intenção de fazer uma crítica que pode soar majoritariamente negativa, designando não um topônimo, ou seja, um local fixo cujo nome seja esse, mas sim qualquer lugar onde haja uma reunião de indivíduos com determinado comportamento ou ideologia. O locus nem sempre é físico, muitas dessas ocorrências apontam para comunidades nas redes sociais. Com muita frequência se pode encontrar críticas diversas a certas aglomerações de pessoas com o uso do *-lândia*.

Outro caso que nos chama bastante atenção é o do uso da palavra *cracolândia*. Esse termo é usado pela grande mídia para denominar qualquer lugar em que exista uma população em situação de rua e que faz uso do crack.

Como se pode notar, o uso dessa expressão também estaria distante do que podemos encontrar no topônimo tradicional. Fica mais presente a ideia “de lugar/ cheio de pessoas em situação de rua e que são usuárias de crack”.

Olhando para essas formas, entendemos que o emprego da forma *-lândia* está cada vez mais acentuado e instaurado na língua. Para além das fronteiras toponímicas e antroponímicas, nosso formativo está se consolidando como afixo da língua no uso de associações que não façam correlação direta ao seu uso primeiro de topônimo, mas sim com novas configurações que se adequem totalmente à representação daquilo que o usuário da língua tem necessidade de expressar, sejam nomes comuns ou próprios.

Assim, existem outros usos com o formativo *-lândia* que sofreram uma extensão de sentido. Entendemos que nesses usos, há um distanciamento parcial da ideia de pertencimento, sobressaindo uma ideia majoritariamente pejorativa para denominar um lugar cheio de indivíduos com as mesmas ideologias.

Uma das intenções iniciais dessa pesquisa era investigar se os prenomes em *-lândia* estariam presentes com maior frequência nos estados onde a inovação antroponímica parece ser mais pujante, segundo as indicações das pesquisas de Sousa (2019, 2020) e Soledade (2023, no prelo), a saber: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. No entanto, a difusão generalizada do formativo, tanto para usos toponímicos como antroponímicos, não nos permitiu fazer inferências a esse respeito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4168>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AMARAL, E. T. R. O nome social como uma categoria antroponímica para a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana. **CALIGRAMA: Revista de estudos românicos, ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/14989/1125612866>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes Próprios de Pessoa: Introdução à Antroponímia Brasileira**. São Paulo: Blücher, 2020. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/453>.

BASILIO, Margarida. **Formação e Classes de palavras no português do Brasil**, 3ª ed. 5ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2021.

BOOIJ, G. Compounding and derivation: evidence for construction Morphology. In: DRESSLER, W. et al. (Ed.). **Morphology and its demarcations**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p.109-131.

BOOIJ, Geert. Construction Morphology and the Lexicon. In: MONTERMINI, F.; BOYÉ, G.; HATHOUT, N. (Ed.). **Selected proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse**. Somerville: Cascadilla Press, 2007. p.34-44.

BOOIJ, Geert. **Construction Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOSWORTH, Joseph; TOLLER, Northcote. **An Anglo-Saxon Dictionary**, 2nd edition, Oxford: Oxford University Press, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

BYBEE, Joan. **Mudança Linguística**, RJ: Vozes, 2020. – (Coleção de Linguística).

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. – (Coleção de Linguística).

CARVALHINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2011. DOI: 10.14393/DL1-v1n1a2007-9. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CARVALHINHOS, Patrícia. Aplicações da teoria dos signos na Onomástica. *Língua e Literatura*, n. 27, p. 301-311, 2001.

DICK, M. V. de P. do A. Memória Paulistana: os Antropônimos Quinhentistas na Vila de São Paulo do Campo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 33, p. 112-127, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i33p112-127. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70477>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DICK, M. V. de P. do A. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 24, p. 75-96, 1982. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i24p75-96. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69706>. Acesso em: 23 maio. 2022.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. 1. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

FIGUEIREDO SILVA, M. C; MEDEIROS, A. **Para Conhecer Morfologia**, São Paulo: Contexto, 2016. – (Coleção para Conhecer).

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. L. de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 58, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5771>. Acesso em: 26 jul. 2021.

GONÇALVES, C. A.; VITAL, F. S.; BERNARDO, S. P. De -landia a -olândia: abordagem morfossemântica das construções X-lândia no português do Brasil. **Signum: Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 386–407, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/25480>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Atuais tendências em formação de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Morfologia construcional: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Morfologia**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAKRAKIS, Solange. **O registro civil no Brasil**. 2000. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. *Varia Historia*, n. Jan. 2004, p. 13-20, 2004Tradução. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marcilio_ML_15_1433943_OsRegistrosParoquiaisEAHistoriaDoBrasil.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

PAYNE, Thomas E. **Exploring Language Structure A Student's Guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RIO-TORTO, Graça; RODRIGUES, ALEXANDRA SOARES; PEREIRA, Rui; RIBEIRO, Sílvia; PEREIRA, Isabel. **Gramática Derivacional do Português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/29692/6/Gramatica%20Derivacional.pdf>.

ROCHA, Luis Carlos de Assis, **Estruturas morfológicas do português**, Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RODRIGUES, Letícia Santos. **Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos**. Salvador: EDUFBA, 2022.

RODRIGUES, Letícia Santos. **Neologia Antroponímica: o que nos nomes de origem germânica têm a nos dizer?** 2019. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Letícia Santos. **Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RODRIGUES, Letícia Santos. O papel da morfologia construcional na formação de antropônimos neológicos. **Revista Linguística**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 108-123, 2020. Acesso em: 12 fev. 2023.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia geral**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

SEIDE, M. S.; FRAI, P. H. Antroponímia comparada: um estudo sobre os nomes inovadores na antroponímia da Espanha e do Brasil. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, São Luís, v. 4, n. 12, p. 64–86, 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/11443>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SEIDE, Márcia Sipavicius. A Antroponomástica Comparada. **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 83–102, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25488>. Acesso em: 29 set. 2021.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nome próprio e identidade em Marechal Cândido Rondon. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 43, n. 01, p. 212–225, 2015. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/432>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Proposta de definição interdisciplinar de nome próprio. **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 70–94, 2021. DOI: 10.48075/odal.v0i0.27562. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/27562>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. **Confluência**, n. 44-45, p. 165–184, 2013. Disponível em: <https://confluencia.emnuvens.com.br/rc/article/view/610/375>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Usos de antropônimos como elementos coesivos. **Fórum Linguístico**, v. 5, n. 2, p. 23–35, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2008v5n2p23/11029>. Acesso em: 29 set. 2022.

SIMÕES NETO, N. A. Morfologia Construcional e alguns desafios para a análise de dados históricos da língua portuguesa. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 468–501, 2017. DOI: 10.14393/DL30-v11n3a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/36837>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; RODRIGUES, Letícia Santos. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. **Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos**, Unilab, v. 1, n.2, p. 110-127, 2017.

SOLEDADE, J. Alcoolgelson, covidson e coronalda: prenomes de pessoas em tempos de pandemia no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 69, p. 260–280, 2021. DOI: 10.9771/ell.v0i69.44299. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/44299>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOLEDADE, J. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, p. 1295-1350, 2018.

SOLEDADE, Juliana, SIMÕES NETO, Natival Almeida. **Nomes Próprios: Abordagens Linguísticas**. Salvador: EDUFBA, 2021.

SOLEDADE, Juliana. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador:

EDUFBA, 2012. p.323-336.

SOLEDADE, Juliana. **Os brasileiros e seus nomes: Aspectos teóricos e sócio históricos da antroponímia no Brasil (No prelo).**

SOLEDADE, Juliana; Gonçalves, Carlos Alexandre; Simões Neto, Nival. **Morfologia construcional avanços em língua portuguesa.** Salvador: EDUFBA, 2022.

SOLEDADE, Juliana; LOPES, M. S. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: COELHO, J. S. B.; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTANA, Elisângela (org.). **Para a construção de saberes lexicais.** 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 127-159.

SOLEDADE, Juliana; SIMÕES NETO, Nival (org.). **Nomes próprios: abordagens linguísticas.** Salvador: EDUFBA, 2022.

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado.** 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

VAN LANGENDONK, Willy. **Theory and Typology of Proper Names.** Berlin/ New York, Mouton de Gruyter, 2007.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia.** 1. ed., 2ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2020.

VIARO, Mário Eduardo. **Manual de etimologia do português.** 2. ed. São Paulo: Globo Livros, 2013.

VIARO, Mário Eduardo. **Por trás das palavras: manual de etimologia do português.** São Paulo: Globo Livros, 2004.

APÊNDICE A – Segmentação dos Prenomes Formados a partir de *-lândia*

Tabela formativo -lândia									
Nº	Nome	Masc.	Fem.	Região	Ano	Segmentação		Dicionário	Observações
						Formativo ME	Formativo MD		
1.	<i>Aderlandia</i>	2	197	<i>Bahia /nordeste</i>	1980	<i>Ader</i>	<i>-landia</i>	<i>DNB</i>	<i>Adervan (174), Aderlan (1.142), Aderson (5.548), Aderval (1.903), Aderbal (3.695).</i>
2.	<i>Adlandia</i>	*	*	*	*	<i>Ad</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Advan (604), Adnei (519), Adnete (78), Adelaide (37), Admara (127).</i>
3.	<i>Alandia</i>	*	84	*	1990	<i>A-</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
4.	<i>Aldelandia</i>	01	30	*	*	<i>Alde</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Alderson (242), Alderlan (498), Aldervan (57), Alderleide (21), Alder (634).</i>
5.	<i>Anilandia</i>	*	*	*	*	<i>Ani</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Anita (37.323), Anice (1.801), Anicleide (170), Anivania (25), Aniete (265), Anileide (76).</i>
6.	<i>Arislandia</i>	*	*	*	*	<i>Ar ou Ari (s)</i>	<i>-landia ou -islandia</i>	<i>Não consta</i>	-
7.	<i>Arlândia</i>	*	112	<i>Ceará /nordeste</i>	1980	<i>Ar</i>	<i>-lândia</i>	<i>DNB</i>	-
8.	<i>Aucilândia</i>	0	21	*	*	<i>Auci</i>	<i>-lândia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Aucivan (37), Aucione (879), Auciliadora (191), Aucilia (57).</i>
9.	<i>Aviderlandia</i>	*	*	*	*	<i>Avider</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Existem elementos da margem esquerda que se combinam com lândia sobre os quais não é possível fazer segmentações</i>

									ou afirmações de origem quaisquer, uma vez que do ponto de vista morfológico não são transparentes. O único nome que implica em alguma relação seria Abder, que aparece em 24 ocorrências.
10.	<i>Berlandio</i>	63	0	*	1980	<i>Ber</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	<i>Bernardo (56.893), Bernadete (36.211), Bernan (34), Bernaldo (572).</i>
11.	<i>Cassilandia</i>	0	64	<i>Bahia/nordeste</i>	1980	<i>Cassi(a/o)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Cassia (67.901), Cassiane (14.079), Cassandra (4.538), Cassiano (22.089).</i>
12.	<i>Celilandia</i>	*	*	*	*	<i>Celi(a/o)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
13.	<i>Cilandia</i>	1	138	<i>Ceará/nordeste</i>	1970	<i>Ci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Muitas vezes uma sílaba pode ser um formativo. Ex: Jo-, Ci-.</i>
14.	<i>Cinelandia</i>	0	275	<i>Bahia/nordeste</i>	1960	<i>Cine</i>	<i>-landia</i>	<i>Machado, p.417</i>	-
15.	<i>Cirlandia</i>	5	532	<i>Acre/norte</i>	1980	<i>Cir</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
16.	<i>Crislandia</i>	2	481	<i>Piauí/nordeste</i>	1990	<i>Cris</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>No caso de Cris, que aparece de forma autônoma, é claramente, um hipocorístico derivado a partir de nomes como Cristiane.</i>
17.	<i>Delandia</i>	0	110	<i>Ceará/nordeste</i>	1980	<i>De</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
18.	<i>Delcilandia</i>	*	*	*	*	<i>Delci</i>	<i>-lancida</i>	<i>Não consta</i>	<i>Delcio (6.267), Delciane (403), Delcivan (115), Delcides (1.051), Delciano (34).</i>
19.	<i>Ecirlandia</i>	*	*	*	*	<i>Ecir</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
20.	<i>Ederlandio</i>	35	0	*	*	<i>Eder</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
21.	<i>Edilandia</i>	05	677	<i>Ceará/nordeste</i>	1980	<i>Edi</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
22.	<i>Edirlândia</i>	0	49	*	1980	<i>Edir</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-

23.	<i>Elandia</i>	03	879	<i>Acre/norte</i>	1980	<i>E</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
24.	<i>Elelandia</i>	*	*	*	*	<i>Ele</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
25.	<i>Ercilandia</i>	*	*	*	*	<i>Erci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
26.	<i>Erilandia</i>	03	345	<i>Ceará/nordeste</i>	1980	<i>Eri</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Erica (232.056), Erida (924), Eri-la (49), Erimar (1.341), Eriomar (309), Erivan (18.213).</i>
27.	<i>Erislandia</i>	0	224	<i>Ceará/nordeste</i>	1990	<i>Eris</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Erislene (590), Erislan (193), Erisvaldo (14.731), Erisnaldo (843), Erismar (4.641).</i>
						<i>Er</i>	<i>-islandia</i>		
28.	<i>Erlandia</i>	09	1830	<i>Acre/Norte</i>	1980	<i>Er</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
29.	<i>Esirlandia</i>	*	*	*	*	<i>Esir</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
30.	<i>Eulandia</i>	0	138	<i>Bahia/nordeste</i>		<i>Eu</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Eulalia (11.320), Eudes (14.283), Eudiran (25), Eudimar (772), Euso (99), Euza (5.736).</i>
31.	<i>Francislandia</i>	02	113	<i>Piauí/nordeste</i>	1990	<i>Francis</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Francisco (1.772.197), Francisvan (46), Francislan (124), Francismar (2.824), Francisnaldo (285).</i>
32.	<i>Georlandia</i>	0	22	*	*	<i>Geor</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
33.	<i>Geoverlandia</i>	*	*	*	*	<i>Geov (er) -lândia</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Formativo retirado de nomes como Geovane, Geovana ou mesmo Geová, uma vez que ocorre no Brasil 5.387 ocorrências desse nome.</i>
34.	<i>Geovolandia</i>	*	*	*	*	<i>Geov(o) -landia</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
35.	<i>Gerlandia</i>	09	2.115	<i>Paraíba/nordeste</i>	1980	<i>Ger</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Germano (15.53), Geraldo (340.357), Gerlan(1.979), Gerian (63), Gerlane (11.154).</i>
36.	<i>Gilandia</i>	01	71	<i>Bahia/nordeste</i>	1980	<i>Gi</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
37.	<i>Giorlandia</i>	*	*	*	*	<i>Gior</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-

38.	<i>Girlandia</i>	06	884	<i>Bahia/nordeste</i>	1980	<i>Gir</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
39.	<i>Girlandio</i>	167	02	<i>Paraíba/nordeste</i>	1980	<i>Gir</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
40.	<i>Gislandia</i>	03	446	<i>Piauí/nordeste</i>	1980	<i>Gis</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	<i>Gisele (165.343), Gise (57), Gisa (508), Gisane (397), Giseane (80), Gisane (397).</i>
						<i>G</i>	<i>-islandia</i>		<i>Dislandia, Jislandia, Mislandia, Nislandia, Cislandia, Sislandia e Wislandia são construções em que, a partir da construção com uma consoante, formam novos nomes com produtividade.</i>
41.	<i>Gresselandia</i>	*	*	*	*	<i>Gresse</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
42.	<i>Hailandia</i>	*	*	*	*	<i>Hai</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
43.	<i>Herlandio</i>	104	01	<i>Ceará/nordeste</i>	1980	<i>Her</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
44.	<i>Hilderlandia</i>	0	21	*	*	<i>Hilder</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
45.	<i>Holandia</i>	*	*	*	*	<i>Ho</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
46.	<i>Ilandia</i>	0	111	*	1980	<i>I</i>	<i>landia</i>	<i>Não consta</i>	-
47.	<i>Irlândia</i>	*	37	*	*	<i>Ir(i)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
48.	<i>Irlândia</i>	03	807	<i>Acre/norte</i>	1980	<i>Ir</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Existe correlação com o topônimo Irlanda?</i>
49.	<i>Islandia</i>	05	1.251	<i>Ceará/nordeste</i>	1980	<i>Is</i>	<i>-landia</i>	<i>Machado, p.810 / DNB</i>	<i>É preciso considerar que há, nesse caso, uma particularidade. Não é possível saber se há uma separação na forma Is - lândia ou se há uma unidade integral em Islândia.</i>
50.	<i>Islandio</i>	177	0	<i>Paraíba/nordeste</i>	1980	<i>Is</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
51.	<i>Izislandia</i>	*	*	*	*	<i>Izis</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-

52.	<i>Jesolandia</i>	*	*	*	*	<i>Jeso</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
53.	<i>Jielandia</i>	*	*	*	*	<i>Jie</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
54.	<i>Jilcelandia</i>	*	*	*	*	<i>Jilce</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
55.	<i>Jiolandia</i>	*	*	*	*	<i>Ji(o)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Provavelmente correlação com Geo.</i>
56.	<i>Jocelandia</i>	0	56	*	1980	<i>Joce</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
57.	<i>Jorlandia</i>	1	142	<i>Bahia/nordeste</i>	1980	<i>Jor</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
58.	<i>Jozilandia</i>	*	*	*	*	<i>Jozi</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
59.	<i>Jucelandio</i>	34	*	*	*	<i>Juce</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
60.	<i>Jucilandia</i>	*	210	<i>Piauí/nordeste</i>	1980	<i>Juci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
61.	<i>Juscilandia</i>	20	*	*	*	<i>Jusci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
62.	<i>Landia</i>	02	258	<i>Amazonas/norte</i>	1970	<i>Formativo autônomo</i>		<i>Machado, p.853</i>	-
63.	<i>Lourilandia</i>	*	*	*	*	<i>Louri</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Lourival (31.107), Louriane (198), Lourian (34), Louriene (94).</i>
64.	<i>Lucilandia</i>	01	444	<i>Piauí/nordeste</i>	1980	<i>Luci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
65.	<i>Macirlandia</i>	*	*	*	*	<i>Marci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Márcia (553.706), Marcione (2.196), Marcivan (108), Marcilan (41), Marcial (1.383).</i>
66.	<i>Marislandia</i>	0	76	<i>Minas Gerais/centro-oeste</i>	1980	<i>Maris</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Marisvaldo (1.408), Maristela (45.433), Marista (29), Marisnete (81).</i>
						<i>Mar</i>	<i>-islandia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Marleide (16.046), Marcley (258).</i>
						<i>Mar(i)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
67.	<i>Meyrelandia</i>	*	*	*	*	<i>Meyer</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
68.	<i>Mislandia</i>	02	95	<i>Ceará/nordeste</i>	1990	<i>Mis</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
69.	<i>Nelcilandia</i>	*	*	*	*	<i>Nelci</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-

70.	<i>Nivelandia</i>	*	*	*	*	<i>Nive(a)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
71.	<i>Nizelandia</i>	*	*	*	*	<i>Nize</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
72.	<i>Norlandia</i>	63	*	<i>Bahia/nordeste</i>	*	<i>Nor</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
73.	<i>Odacilandio</i>	*	*	*	*	<i>Odaci</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
74.	<i>Odelandio</i>	*	*	*	*	<i>Ode</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
75.	<i>Ofelandio</i>	*	*	*	*	<i>Ofe</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
76.	<i>Orlandio</i>	01	259	<i>Ceará /nordeste</i>	1980	<i>Or</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
77.	<i>Otalandia</i>	*	*	*	*	<i>Ota</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
78.	<i>Pollandia</i>	*	*	*	*	<i>Pol</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
79.	<i>Risolandia</i>	*	114	<i>Pernambuco/nordeste</i>	1970	<i>Riso</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
80.	<i>Roberlandia</i>	03	517	<i>Ceará /nordeste</i>	1980	<i>Rober</i>	<i>-landia</i>	<i>DNB</i>	<i>Roberlan (644), Robervan (802), Robervaldo (999), Roberaldo (22).</i>
81.	<i>Roberlandio</i>	275	0	<i>Paraíba/nordeste</i>	1980	<i>Rober</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
82.	<i>Roselandia</i>	0	746	<i>Piauí /nordeste</i>	1970	<i>Rose</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
83.	<i>Rosilandia</i>	02	917	<i>Acre/norte</i>	1980	<i>Rosi</i>	<i>-landia</i>	<i>DNB</i>	-
84.	<i>Ruthilandia</i>	*	*	*	*	<i>Ruth (i)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
85.	<i>Shislandia</i>	*	*	*	*	<i>Shi (s) ou sh</i>	<i>-landia ou -islandia</i>	<i>Não consta</i>	-
86.	<i>Sidelandia</i>	01	42	<i>Bahia/nordeste</i>	1980	<i>Side</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
87.	<i>Silandia</i>	01	203	<i>Piauí /nordeste</i>	1980	<i>Si</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
88.	<i>Sinelandia</i>	01	268	<i>Bahia/nordeste</i>	1970	<i>Sine</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Possivelmente VG de Cinelandia</i>

89.	<i>Sinolandia</i>	*	*	*	*	<i>Sin (o)</i>	<i>-lanadia</i>	<i>Não consta</i>	-
90.	<i>Sirlandia</i>	05	1.203	<i>Acre/norte</i>	1980	<i>Sir</i>	<i>landia</i>	<i>Não consta</i>	-
91.	<i>Susilandia</i>	*	*	*	*	<i>Susi-</i>	<i>landia</i>	<i>Não consta</i>	-
92.	<i>Teslandia</i>	*	*	*	*	<i>Tes</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
93.	<i>Uberlandio</i>	247	01	<i>Paraíba /nordeste</i>	1980	<i>Uber</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
94.	<i>Umberlandio</i>	*	*	*	*	<i>Umber</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	<i>Umberto (única forma encontrada)</i>
95.	<i>Vandelândia</i>	01	24	*	*	<i>Vande (a)</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Vanda (76.593), Vandelio (67),</i>
96.	<i>Vanderlândia</i>	03	778	<i>Acre/norte</i>	1980	<i>Vander</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	<i>Vander (15.447), Vanderlina (967). -</i>
97.	<i>Verlandia</i>	0	243	<i>Paraíba /nordeste</i>		<i>Ver</i>	<i>- landia</i>	<i>Não consta</i>	-
98.	<i>Virlandio</i>	30	01	*	*	<i>Vir</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
99.	<i>Zelandia</i>	02	944	<i>Santa Catarina/sul</i>	1970	<i>Ze</i>	<i>-landia</i>	<i>DNB</i>	<i>Parece uma formação típica do português a partir do hipocorístico zé, de José + o formativo landia. Mas não podemos desconsiderar que existe o formativo lândia na construção Nova Zelandia.</i>
100.	<i>Zelandio</i>	42	0	<i>Bahia/nordeste</i>	*	<i>Ze</i>	<i>-landio</i>	<i>Não consta</i>	-
101.	<i>Zilandia</i>	0	308	<i>Amazonas/norte</i>	1980	<i>Zi</i>	<i>-landia</i>	<i>DNB</i>	-
102.	<i>Zislandia</i>	*	*	*	*	<i>Zis</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-
103.	<i>Zolandia</i>	*	*	*	*	<i>Zo</i>	<i>-landia</i>	<i>Não consta</i>	-

*Vide nota 03 do site: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>